

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

HELONEIDA SOUZA DA MATTA

**DO AUTORITARISMO AO COLUNISMO POLÍTICO: a Produção da
Coluna Informe JB no Governo Geisel (1974-1979)**

NITERÓI
2015

HELONEIDA SOUZA DA MATTA

**DO AUTORITARISMO AO COLUNISMO POLÍTICO: a Produção da
Coluna Informe JB no Governo Geisel (1974-1979)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Comunicação da Universidade Federal Fluminense,
como requisito para obtenção do Título de Mestre em
Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Roxo da Silva

**NITERÓI
2015**

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

M435 Matta, Heloneida Souza da.
DO AUTORITARISMO AO COLUNISMO POLÍTICO: a
produção da coluna Informe JB no governo Geisel (1974-1979) /
Heloneida Souza da Matta. – 2015.
123 f. ; il.
Orientador: Marco Antonio Roxo da Silva.
Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal
Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, 2015.
Bibliografia: f. 104-113.
1. Jornalismo; aspecto político. 2. Ditadura militar, 1964-1979.
3. Jornal do Brasil. I. Silva, Marco Antonio Roxo da. II. Universidade
Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social.
III. Título.

HELONEIDA SOUZA DA MATTA

**DO AUTORITARISMO AO COLUNISMO POLÍTICO: a Produção da
Coluna Informe JB no Governo Geisel (1974-1979)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Comunicação da Universidade Federal Fluminense,
como requisito para obtenção do Título de Mestre em
Comunicação.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marco Antonio Roxo da Silva (Orientador)
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Afonso de Albuquerque (Examinador)
Universidade Federal Fluminense

Prof^ª. Dra. Leticia Cantarela Matheus (Examinadora)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj)

AGRADECIMENTOS

A DEUS, por cuidar de mim como a “menina dos seus olhos”;

À minha FAMÍLIA, pois mesmo distante sempre se fez presente em minha vida;

A RECIERE ANTONIO PEREIRA, pelo apoio incondicional e afetivo;

Ao PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, pelo privilégio de ingressar nessa casa;

Ao PROF. DR. MARCO ANTONIO ROXO DA SILVA, pela difícil tarefa de orientar-me;

Ao PROF. DR. AFONSO DE ALBUQUERQUE e à PROF^a. DR^a. LETICIA CANTARELA MATHEUS, pela gentileza de aceitarem compor esta banca;

AO PROF. DR FERNANDO RESENDE, pelas críticas construtivas para desenvolvimento desta pesquisa;

À IVONE MAYER, por auxiliar-me na formatação da dissertação.

À LUCIANA BARCELOS E SILVIA CAMPOS, pela amizade e atenção.

RESUMO

Esta dissertação analisa o modo de produção das colunas políticas no Brasil. E tem como principal objetivo discutir de que forma um conjunto de relações sociais estabelecidas num contexto autoritário foi determinante para definir o papel desempenhado pelo colunista político e, por conseguinte, influenciou a gênese das notícias. Para atingir esse fim, faz um estudo de caso baseado na coluna Informe JB, publicada pelo Jornal do Brasil, durante o Regime Militar, no período entre 1974-1979. Argumentamos que o jornalismo presente nas colunas políticas é construto social e, por sua vez, a conduta do colunista político varia conforme o contexto sócio-político no qual ele está inserido.

Palavras-chaves: Colunismo Político; Regime Militar; Jornal do Brasil; Colunista Político, Notícias.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the mode of production of political columns in Brazil. It aims to discuss how a set of social relations in an authoritarian context was crucial to define the role played by political columnist and therefore influenced the genesis of the news. To the end, it is a case study based on the Informe JB column, published by Journal of Brazil, during the military regime in the period 1974-1979. We argue that this journalism in the political columns is social construct and, in turn, conduct political columnist varies by socio-political context in which the political columnist is inserted.

Keywords: Political Columnism; Military Regime; Journal of Brazil; Political Columnist, News.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. IMPRENSA E AUTORITARISMO	15
1.1 As relações entre a Imprensa e o Governo Geisel	15
1.2 O Jornal do Brasil durante o Regime Militar	18
1.3 Da formação do Governo Geisel às eleições de 1974.....	20
1.4 Golbery e a chegada de um comensal no Informe JB	25
2. O COLUNISTA POLÍTICO	28
2.1 O perfil de Elio Gaspari	28
2.2 Colunista Político: o Comensal	36
2.3 Colunista Político: o Agente Político	41
2.4 Colunista Político: o Agente de Estabilidade	45
2.4.1 O Caso das Filipinas	47
2.4.2 O Caso da Coreia do Sul	48
2.4.3 O Caso da Indonésia	49
2.4.4 O Caso do Brasil	51
3. ESTADO AUTORITÁRIO BUROCRÁTICO	53
3.1 Burocratizando a Imprensa – Autocensura, Censura prévia e Propaganda oficial	56
3.2 Os limites entre o Jornalismo e a Propaganda	62
3.3 Colunismo Político: Canal de Comunicação Intra-elites	64
4. INFORME JB	70
4.1 Informe JB - uma história de anonimato	70
4.2 A metáfora da raposa	82
4.3 Do jornalismo à fofoca	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	104
ANEXOS	114

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A formação do Governo Geisel	24
Figura 2 – Coluna Segunda Seção. Edição 02 de Agosto de 1963	78
Figura 3 – Coluna Informe JB, antiga coluna Segunda Seção. Edição: 09 de Março de 1965....	79
Figura 4 – Coluna Informe JB. Edição: 15 de Março de 1974. (Parte Superior)	80
Figura 5 – Coluna Informe JB. Edição: 15 de Março de 1974. (Parte Inferior)	81

LISTA DE SIGLAS

ABI	– Associação Brasileira de Imprensa
ACM	– Antônio Carlos Magalhães
AERP	– Assessoria Especial de Relações Públicas
AI-1	– Ato Institucional Nº1
AI-5	– Ato Institucional Nº5
APPRP	– Associação Profissional de Profissionais de Relações Públicas
ARENA	– Aliança Renovadora Nacional
BA	– Bureaucratic-Authoritarian ¹
BNDE	– Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico
CPI	– Comissão Parlamentar de Inquérito
DOI	– Destacamento de Operações Internas
DPF	– Departamento de Polícia Federal
EsAO	– Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
FNFi	– Faculdade Nacional de Filosofia
INPS	– Instituto Nacional de Previdência Social
IPEA	– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDB	– Movimento Democrático Brasileiro
PCB	– Partido Comunista Brasileiro
SECOM	– Secretaria de Comunicação Social
SNI	– Serviço Nacional de Informações
USP	– Universidade de São Paulo

¹ Bureaucratic Authoritarian: Estado Autoritário Burocrático.

INTRODUÇÃO

Presentes em quase todos os jornais, as colunas políticas consagraram-se como uma das seções de maior prestígio no jornalismo. Já a imagem dos colunistas políticos varia de especialistas a porta-vozes do governo. Assim, nesta dissertação, nossa atenção recai sobre o modo de produção das colunas políticas, no Brasil. Para atingirmos esse fim, particularizamos para um momento específico da história e do jornalismo brasileiro: o período da ditadura. Nosso objetivo é discutir de que forma um conjunto de relações sociais estabelecidas num contexto autoritário foi determinante para definir o papel desempenhado pelo colunista político e, por conseguinte, influenciou a gênese das notícias. Não foram poucas as inquietações que nos levaram a delinear tal objetivo. Os colunistas políticos seriam mesmo especialistas ou seriam porta-vozes do governo? Poderíamos denominar o material publicado nas colunas políticas de ‘notícias’? Aliás, o que são ‘notícias’? Muito embora o termo notícias seja empregado corriqueiramente, é difícil encontrar uma definição satisfatória que abarque todo o conteúdo disponível nos jornais. Todas essas questões ganham mais relevância se analisadas à luz do autoritarismo, afinal é um período em que as ações da imprensa passam pelo crivo do governo.

Para objeto de análise, selecionamos a coluna Informe JB, publicada pelo Jornal do Brasil, dando ênfase às edições referentes ao governo Geisel. Atualmente divulgada na versão online do Jornal do Brasil², a coluna Informe JB somava junto às colunas Coisas da Política e Coluna do Castello o que havia de mais importante no noticiário político do jornal carioca, na década de 1970. Criada por Wilson Figueiredo em 1963 sob o título de Segunda Seção, a coluna só recebeu o nome de Informe JB em 1965, quando passou para as mãos do colunista político Pedro Andrade Gomes. Curiosamente, os títulos Segunda Seção e Informe JB fazem, respectivamente, alusão ao serviço de inteligência das Forças Armadas e aos informativos que circulavam nos bastidores do regime militar. Apesar do entrosamento de ambos os colunistas políticos com o meio militar, a julgar pela escolha dos títulos da coluna, no período posterior a 1966 até findar o regime, o Jornal do Brasil omitiu a(s) identidade(s) do(s) titular(es) do Informe JB temendo represálias do governo. Porém, sabemos que a partir de acordo entre Manoel Francisco de Nascimento Brito, então proprietário do Jornal do Brasil, e o general Golbery do Couto e Silva, chefe do Gabinete Civil, o jornalista Elio Gaspari foi designado ao posto de titular do Informe JB.

² Disponível em: <http://www.jb.com.br/informe-jb/>

Conhecido pela amizade com Golbery do Couto e Silva e também com Heitor Ferreira, assistente do general no Gabinete Civil, Elio Gaspari construiu uma carreira no jornalismo marcada por polêmicas. Elio Gaspari ingressou no jornalismo trabalhando no semanário *Novos Rumos*, editado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). A seguir, tornou-se colaborador do colunista social Ibrahim Sued, junto a quem passou a frequentar as rodas da alta sociedade carioca. Apoiado na popularidade de Ibrahim Sued, Elio Gaspari fez amizades e ampliou o contato com pessoas de renome, incluindo os militares. Pouco antes de assumir a titularidade do *Informe JB*, Elio Gaspari ficou preso na Ilha de Cobras e na Ilha de Flores (RJ), mas foi solto graças a um habeas corpus concedido pelo vice-almirante Augusto Hammann Rademaker Grunewald, um dos redatores do Ato Institucional Nº 1 (AI-1). Embora no passado tivesse exercido atividades ligadas ao PCB, Elio Gaspari destacou-se como um dos comensais recebidos pelo presidente Geisel no gabinete presidencial. Desde o início do golpe de 64, os militares tinham por hábito convidar jornalistas e colunistas políticos a participarem de encontros secretos, em que se acordavam a publicação de notícias. Para os críticos, a transição de Elio Gaspari do PCB a defensor do regime foi possível porque o jornalista mascara a própria identidade, no intuito de acompanhar o fluxo do poder.

Essa é uma das razões que nos levaram a restringir o exame de nosso objeto empírico – as edições do *Informe JB* – ao governo Geisel. Como dissemos, o objetivo desta dissertação é discutir o modo como um conjunto de relações sociais estabelecidas num contexto autoritário definiu o papel do colunista político e influenciou a gênese das notícias. E sabemos que durante do governo Geisel, Elio Gaspari foi um dos colunistas políticos cooptados pelo regime, ou pelo menos uma parte dele, para atuar a favor do projeto de transição política, encabeçado pelo “general-amigo” Golbery. Tal premissa veio a se confirmar quando, findado o governo Geisel, Elio Gaspari trocou o *Jornal do Brasil* pela revista *Veja*. Os ventos eram outros e o comensal já não tinha mais tanta serventia à frente de uma das colunas políticas mais lidas do país. Depois, uma série de políticas de avanço e retrocesso demarcaram as relações entre imprensa e governo no período entre 1974-1979. Assim, partimos do pressuposto que a instabilidade do governo Geisel fomentou ora medidas mais austeras, ora menos abrasivas no trato com a imprensa. Portanto, é de nosso interesse investigar como tais medidas afetaram o trabalho do colunista político e impactaram na publicação das notícias. Ao tomarmos como pano de fundo a conjuntura do governo Geisel, esperamos ampliar a discussão acerca de quem é o colunista político e do modo como são produzidas as notícias.

Particularmente no caso do Brasil, há pesquisas sobre Imprensa e Autoritarismo em que abordagem semelhante encontra-se subdividida em dois núcleos de estudos distintos. De um

lado, um grupo de pesquisadores dedicou-se a investigar as formas de interação entre Estado e imprensa mediante um cenário de autoritarismo. Entre tais pesquisadores, destacamos Maria Aparecida de Aquino (1994, 1999), cujos trabalhos destinaram-se a captar as intenções do Estado Autoritário brasileiro ao lançar mão da censura política, bem como as reações da imprensa ante à opressão. Acrescente-se à lista as pesquisadoras Celina Rabello Duarte (1983, 1987) e Alzira Alves de Abreu (2004), ambas defensoras do argumento de que o protagonismo da mídia no processo de redemocratização do país foi uma resposta às políticas de liberalização da imprensa orquestradas pelo governo Geisel. Celina Rabello Duarte critica inclusive uma certa instrumentalização da imprensa brasileira pelo grupo comandado por Geisel, uma vez que o fim da censura aos principais veículos de comunicação foi acordado com jornalistas proeminentes e proprietários de jornais em troca do apoio incondicional ao projeto de abertura política do governo. Temos ainda a pesquisa de Anne-Marie Smith (2000), cuja temática central reside na inércia da imprensa frente à burocratização da censura e autocensura imposta pelos militares.

Do outro lado, temos um grupo de pesquisadores (EMERICH: 1997; RAMOS: 2002; SOUZA: 2009) que atentaram para o conteúdo das colunas políticas produzidas durante o regime militar. Nota-se que, enquanto o primeiro grupo de pesquisadores tomou como alvo as instituições – a imprensa e o Estado –, o segundo grupo de pesquisadores focalizou o teor das colunas políticas. A pesquisa de Layanna Cristina Lourenço de Azevedo (2013) tem uma estrutura mais próxima do que propusemo-nos a desenvolver nesta dissertação, pois reúne os dois aspectos no mesmo trabalho: as formas de interação entre imprensa e governo num dado contexto e a prática jornalística. Segundo Azevedo (Idem), a Coluna do Castello funcionou como um espaço de interlocução fundamental entre o Estado e as elites políticas comprometidas com transição democrática. Afora a estrutura semelhante, esta dissertação apresenta resultados bem diferentes daqueles descobertos por Azevedo. Temos como hipótese principal que o jornalismo presente nas colunas políticas é um construto social, ou seja, está sujeito às injunções dos agentes envolvidos nesse processo, leia-se, o colunista e as fontes. Por sua vez, a conduta atribuída a cada um dos agentes varia conforme o contexto sócio-político no qual tais agentes estão inseridos. Logo, em função da citada instabilidade do governo Geisel, argumentamos que o titular do Informe JB tenha desempenhado papéis múltiplos – comensal, agente político e agente de estabilidade –, enquanto as notícias situaram-se no limiar entre informações anônimas, boatos, fofocas e metáforas políticas.

Para chegarmos a tais conclusões, analisamos o Informe JB no período compreendido entre 15 de março de 1974 a 14 de março de 1979, adotando os seguintes procedimentos metodológicos:

1) Mapeamento das fontes citadas com maior incidência na coluna a fim de traçarmos um perfil dos potenciais colaboradores do colunista político. Por meio desta variável, foi possível constatar que as fontes de elite são preponderantes nas colunas políticas.

2) Identificação, seleção e classificação dos formatos discursivos encontrados no Informe JB: discurso direto (transcrição exata da fala das fontes), discurso indireto (intervenção do colunista político ao utilizar as próprias palavras para reproduzir as falas das fontes) e discurso não autenticado (informação cuja origem é desconhecida, pois não é atribuída ao colunista político tampouco à fonte conhecida). Associamos tais formatos discursivos a distintos modos de produção noticiosa, valendo-se do emprego de informações anônimas, informações oficiais, e publicação de boatos e fofocas.

3) Comparação entre as primeiras edições da coluna Coisas da Política (Jornal do Brasil), publicadas entre o final do século XIX e início do século XX, e o Informe JB; no intuito de estabelecermos um paralelo entre o modo de produção das colunas políticas no passado e na década de 1970.

4) Estudos comparativos sobre o papel da imprensa em países também em fase de transição democrática, a exemplo das Filipinas, Coreia do Sul e Indonésia. A experiência nesses países demonstrou que a imprensa por si só não é capaz de desencadear o processo de transição política, caso não tenha respaldo e adesão de outros setores da sociedade. O que de certo modo contraria a perspectiva de que a imprensa atuaria como um agente de transição, levando-nos, portanto, a repensar qual é a real função de um colunista político.

Tecidas as conjecturas, seguimos com a organização dos capítulos. No capítulo 1, discutiremos a natureza das relações entre imprensa e fontes do poder. Assim, relataremos a postura ambivalente mantida pelo Jornal do Brasil com os militares desde o Golpe de 6. Na sequência, descreveremos as articulações políticas em torno da formação do governo Geisel, destacando a participação das figuras mais proeminentes do regime. Por último, discorreremos como as constantes negociações entre os militares e o Jornal do Brasil contribuíram para que o jornalista Elio Gaspari assumisse a titularidade do Informe JB. O capítulo 2 é totalmente dedicado à figura do colunista político. Nele, recuperamos a trajetória profissional de Elio Gaspari e elaboramos três perfis que sintetizam a atuação do colunista político. Primeiramente, expusemos a imagem do colunista como comensal, ou seja, alguém que é “convidado” a fazer uma cobertura favorável sobre as fontes em troca de vantagens pessoais. Depois, atribuímos ao

colunista político a função de um agente político. Por último, definimos o colunista como um agente de estabilidade, encarregado de ajudar na preservação da ordem social e política. Esta função, em especial, foi de extrema importância durante o governo Geisel, em virtude dos conflitos internos e externos que ameaçavam a estabilidade do regime.

Já no capítulo 3, enfatizamos um dos aspectos mais marcantes do governo Geisel: a burocratização. A discussão vem acompanhada do debate em torno do Estado Autoritário Burocrático, um tipo particular de autoritarismo que ganhou relevo na América Latina, nos anos 60. Embora haja toda uma crítica relativa ao uso do termo – Autoritarismo Burocrático –, interessa-nos acentuar o viés econômico-desenvolvimentista atribuído a tal forma de Estado. A seguir, examinaremos o modo como o governo utilizou-se duplamente da burocracia, tanto para censurar a imprensa, quanto para fazer circular informação que era de seu próprio interesse. E, conforme veremos, o Estado Autoritário Burocrático não sem legítima sem uma economia sólida e o apoio das elites. Logo, destacaremos como as colunas políticas converteram-se num canal de comunicação intra-elite, sendo utilizadas pelas fontes para enviar mensagens cifradas aos aliados. O capítulo final versa sobre o Informe JB e o modo como as relações entre o titular da coluna e as fontes ressoaram na publicação, seja através do anonimato, do boato, da fofoca e também por meio das metáforas políticas.

IMPrensa E AUTORITARISMO

Iniciamos o primeiro capítulo da dissertação com uma crítica do pesquisador John Nerone (2012, p. 447), segundo o qual o modelo ocidental hegemônico de jornalismo dominante nas discussões normativas estaria defasado, pois se refere a um conjunto de práticas e relações concernentes a jornais diários e agências de notícias do final do século XIX, cujo pressuposto é de que as organizações noticiosas são relativamente autônomas do Estado, enquanto os jornalistas se consagram como agentes independentes e representantes do público. De acordo com Nerone, as normas referentes ao modelo ocidental hegemônico de jornalismo não condizem com o atual cenário de produção noticiosa, em que o sensacionalismo, a fofoca, o partidarismo, as notícias de tabloide, dentre outros, têm possibilitado uma redefinição do conceito de jornalismo.

De certo modo, parte das inquietações de Nerone converge para nossa pesquisa: considerando que os modelos normativos de jornalismo não correspondem em sua totalidade àquilo que os jornalistas exercitam na prática, tencionamos discutir como o papel do colunista e das fontes se define a partir da conjuntura de um determinado contexto sócio-político – especificamente o governo Geisel. E, simultaneamente, perceber como as injunções desses agentes (colunista político e suas fontes) num cenário de autoritarismo podem expandir a nossa percepção do que convencionamos chamar de “notícia”. Com esta finalidade, problematizamos no primeiro e segundo tópico do capítulo 1 o quão ambivalente e contraditória são as relações entre imprensa e fontes do poder, uma vez que o comportamento de ambos é regido por fatores de ordem social, política e econômica. No tópico 3, apresentamos a formação do governo Geisel, bem como o resultado das eleições de 1974, a fim de ressaltar quem são as figuras mais proeminentes do regime, cujo protagonismo ressoou no relacionamento com a imprensa, em especial o Jornal do Brasil, e por conseguinte afetou as publicações da coluna Informe JB.

1.1 AS RELAÇÕES ENTRE A IMPrensa E O GOVERNO GEISEL:

Chamem-me de madrugada, à hora que for, às três, às quatro, não interessa, mas me liguem, acordem-me. Pelo amor de Deus, podem me acordar! Era preferível assim à publicação de uma inverdade. Quando não era possível responder na hora, fazia-o assim que as coisas ficavam claras.

A frase acima é de autoria de Humberto Esmeraldo Barreto (2010, p.135), secretário de Imprensa e Relações Públicas do governo Geisel e se refere ao tratamento dispensado aos jornalistas, em especial àqueles que faziam a cobertura do Palácio do Planalto. Conforme o relato de Barreto, os jornalistas – e também editores, proprietários de veículos de comunicação – tinham liberdade para procurá-lo em casa a qualquer hora da noite, sendo recebidos como ilustres “comensais”. Segundo Humberto Barreto (Ibid., p.149-151), o então ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen, ciente das visitas dos jornalistas, costumava abastecê-lo com caixas de uísque: “(...) de vez em quando, chegava lá em casa uma encomenda com seis ou mais caixas de uísque. Quem mandou? O ministro Mário Henrique, porque sabia que o pessoal ia sempre lá.”

Por força do cargo, Humberto Barreto agia como uma espécie de mediador entre o governo e a imprensa. A decisão de aloca-lo na Secretária de Imprensa não fora impensada: Geisel não gostava de dar entrevista, mas era bastante próximo de Humberto Barreto. Logo, boa parte da rotina na Secretária de Imprensa girava em torno da afinidade do presidente com o secretário. De segunda à sexta, Humberto Barreto atendia aos cerca de trinta repórteres credenciados na Sala de Imprensa, onde sempre tinham à disposição “máquinas de escrever, telefones, chás, biscoitos e refrigerantes” (ROMANCINI; LAGO *apud* MARCONI: 1980, p.102). Fora do expediente, os repórteres procuravam-no para esclarecer alguma informação ou pedir favores. Não raro, Humberto Barreto saía para almoçar com os jornalistas. De acordo com Humberto Barreto (Op. Cit., p.135):

Havia encontros frequentes com Villas-Bôas, Elio Gaspari, o próprio Castellinho, Armando Nogueira, Walter Fontoura, Walder de Góes, Marcos Sá Corrêa, Carlos Chagas, Toninho Drummond, Murilo Melo Filho e o Honsi – os dois últimos da Manchete – e muitos outros. (...) O próprio Roberto Marinho era um interlocutor frequente. O Nascimento Brito, do Jornal do Brasil, esteve comigo algumas vezes.

Todavia, a tentativa de estabelecer um diálogo mais cordial não fora uma particularidade do governo Geisel tampouco uma iniciativa exclusiva dos militares. O jornalista Carlos Chagas (2006. p.96) ressalta que desde o governo do marechal Humberto Castello Branco, jornalistas costumavam frequentar o gabinete do presidente: “*Heron Domingues, Evandro Carlos de Andrade, Carlos Castello Branco, Heráclio Salles, Villas Boas Corrêa, Oyama Telles e eu, Carlos Chagas, fomos comensais do presidente em Brasília e no Rio*”. Embora os militares optassem por se aproximar de profissionais da imprensa que gozassem de algum *status*, muitos jornalistas e colunistas políticos ganharam prestígio devido à proximidade – e por que não

amizade – com fontes situadas no alto escalão do governo. Em contrapartida, os principais veículos de comunicação do país conviviam com a presença física de censores na redação. Longe de parecer contraditória, a atitude dos militares pode ser sintetizada numa explicação: cercear as informações prejudiciais ao governo e divulgar dados favoráveis à manutenção do regime.

Da mesma forma, tanto a imprensa quanto organizações ligadas ao meio jornalístico mantiveram uma postura ambivalente em relação ao regime – vários veículos apoiaram o golpe em 64 e mesmo após a decretação do Ato Institucional Nº5 (AI-5) continuaram a defender as medidas econômicas tomadas pelo governo. Apesar de criticarem a falta de liberdade de expressão, muitos jornais se beneficiaram no período com a aquisição de empréstimos a juros reduzidos. Outros veículos, como o Jornal do Brasil, obtiveram isenção de impostos para importação de máquinas, já que esta competência era facultada ao presidente da república. Esse mesmo comportamento ambíguo foi apontado pela pesquisadora Denise Rollemberg (2010) em relação à Associação Brasileira de Imprensa (ABI), haja vista que a instituição denunciava as prisões dos jornalistas perseguidos pela ditadura, porém cultivava laços de afinidade com os militares, oferecendo-lhes banquetes e homenagens. Segundo Rollemberg (Ibid., p.33), tal dualidade ocorre em regimes autoritários, pois estes não se sustentam exclusivamente por meio da repressão, ou ainda, se sustentam *“na zona cinzenta, o espaço entre apoio e rejeição, o lugar no qual é possível atuar nos dois sentidos”*. Para Rollemberg, portanto, não há contradição no fato de a ABI posicionar ora a favor, ora contra os militares.

Já a pesquisa desenvolvida pela historiadora Beatriz Kushnir (2004) vai além do proposto por Rollemberg: sugere que a proximidade entre imprensa e fontes do poder não se limita a relações contraditórias, podendo resultar inclusive numa certa apropriação das funções desempenhadas por cada grupo. Com ênfase na chamada *“imprensa alternativa”*, Kushnir (Ibid., p.36) descreve a participação de jornalistas trabalhando como policiais, e também a presença de policiais cumprindo expediente nas redações, assinando colunas e artigos:

Muitos dos jornalistas (...) tinham também uma atividade profissional ligada à Secretaria de Segurança Pública, e alguns dos censores, por outro lado, haviam sido jornalistas ou o jornalismo era a única atividade que podiam exercer concomitantemente com a função de técnico da Censura. Além desse traço, ao prestarem os concursos do DPF [Departamento de Polícia Federal], tornavam-se policiais e passavam a exercer uma atividade camuflada com a chancela de intelectual.

Apesar da relevância, os trabalhos de Rollemberg e Kushnir deixaram uma lacuna importante: não explicitam por que tais vínculos são estabelecidos de modo ambivalente. No

entanto, nossa pesquisa segue outro viés: a partir desse contexto autoritário, no qual a posição dos indivíduos está sujeita à conjuntura sócio-política do período analisado, pretendemos discutir o papel desempenhado pelo colunista político e, conseqüentemente, os reflexos na gênese das notícias. A análise do colunismo político é emblemática, sobretudo, por colocar em evidência as articulações dos grupos envolvidos no processo de transição conduzido por Geisel.

1.2 O JORNAL DO BRASIL DURANTE O REGIME MILITAR:

Na esteira do Diário Carioca, o Jornal do Brasil foi submetido a profundas transformações gráficas e redacionais, na década de 1950. A mudança mais significativa, entretanto, ocorreu na linha editorial: apelidado de “jornal das cozinheiras”, dado o número excessivo de anúncios que ocupavam as primeiras páginas, o Jornal do Brasil pretendia recuperar sua importância como órgão noticioso voltando a debater assuntos de interesses nacionais. De acordo com Ferreira e Montalvão (2013), *“durante essa fase de transição, o Jornal do Brasil manteve sua linha de descrição, não participando das campanhas radicais que envolviam o governo de Getúlio Vargas.”*

E assim foi até meados da década de 1950, quando a então proprietária do Jornal do Brasil, a condessa Pereira Carneiro, convidou o jornalista Odilo Costa Filho para coordenar a reforma do jornal. Odilo Costa organizou uma nova equipe formada por jornalistas egressos do Diário Carioca e da Tribuna da Imprensa, dentre eles: Jânio de Freitas, Carlos Castello Branco, Carlos Lemos, Wilson Figueiredo, Amílcar de Castro, Hermano Alves, Lúcio Neves, Luís Lobo, Ferreira Gullar e José Carlos de Oliveira. Influenciado pelo estilo agressivo da Tribuna da Imprensa, o Jornal do Brasil criticava abertamente o governo Kubitschek, acusando-o de corrupção, além de responsabilizá-lo pelos problemas relativos à construção de Brasília.

Com a chegada dos militares ao poder, o Jornal do Brasil já não evitava mais o partidarismo explícito. Do ponto de vista formal, a relação do jornal com os militares, durante todo o regime, fora marcada ora por apoio, ora por rejeição, em função de uma série de divergências no plano político-econômico. Periódico *“católico, liberal-conservador e defensor da iniciativa privada”* (FERREIRA; MONTALVÃO: Idem.), o Jornal do Brasil, inicialmente, apoiou a intervenção militar, alegando que a democracia estava “ameaçada” pelas reformas propostas por Jango. Motivo pelo qual, o jornal também se mostrou favorável à indicação do general Humberto Castello Branco à presidência. Na edição do dia 18 de julho de 1964, o Jornal do Brasil declarou publicamente seu “Voto de Confiança” (JORNAL DO BRASIL: 1964, p.06)

no governo, saudando a prorrogação do mandato do general Humberto Castello Branco. A boa convivência com os militares respaldava-se ainda no incentivo do Jornal do Brasil à candidatura do udenista Carlos Flexa Ribeiro ao estado da Guanabara.

O clima de animosidade entre o Jornal do Brasil e os militares arrefeceu em 1967, com a indicação do general Costa e Silva para a presidência. Uma vez anunciado o fim do governo Castello Branco, o Jornal do Brasil se opôs terminantemente à candidatura do general Costa e Silva, julgando-o incapaz de controlar os “radicais”. A resposta de Costa e Silva veio no dia seguinte à decretação do AI-5: censores invadiram a redação do Jornal do Brasil e vetaram a publicação de artigos, editoriais e reportagens. Com a ascensão de Médici e as medidas econômicas orquestradas pelo ministro da Fazenda Antonio Delfim Neto, o Jornal do Brasil voltou a se aproximar do governo. Contudo, novos desentendimentos surgiram na gestão de Geisel: rotulado de centralizador e estatizante, o presidente era acusado pelo Jornal do Brasil de enfraquecer o poder de negociação do empresariado. Foi o estopim para o Jornal do Brasil perder a concessão de dois canais de TVs – um no Rio, outro em São Paulo.

Porém, nenhum desses desentendimentos foi o bastante para romper uma certa cordialidade entre o Jornal do Brasil e os militares. Como dito anteriormente, desde o governo Humberto Castello Branco, jornalistas eram convidados a frequentar o gabinete presidencial. Muitos desses encontros eram organizados por Heráclio Salles, titular da Coluna Coisas da Política, uma das mais antigas publicações do Jornal do Brasil. Segundo Carlos Chagas (Op. Cit. p.96), “*Heráclio cumpriu a missão de levar e informar companheiros para ouvir o presidente*”. Mesmo quando o governo impôs censura prévia ao Jornal do Brasil, esta não atingiu todos os profissionais:

Aí escapavam pelo prestígio e habilidade de redação o principal colunista político do país, Carlos Castello Branco, e o escritor Barbosa Lima Sobrinho, católico praticante ao qual não poderia ser aplicada a pecha de comunista ou subversivo. (JORNAL DO BRASIL: 2010, p.05)

O secretário de Imprensa e Relações Públicas Humberto Barreto relembra um episódio no qual o presidente Geisel teria beneficiado o Jornal do Brasil. Segundo Humberto Barreto (Op. Cit. p. 151), Walter Fontoura, na época editor-chefe do Jornal do Brasil, decidiu procurá-lo a fim de que intercedesse junto ao presidente a respeito de um processo sobre isenção de impostos para importação de máquinas. A pedido de Humberto Barreto, o processo foi despachado no dia seguinte do Ministério da Indústria e Comércio para o Gabinete Civil. Uma semana depois, Geisel mandou chamar Humberto Barreto para conversar. O diálogo foi breve: “*Bom dia, presidente!*” “*Bom dia, Humberto! Senta aí. Tudo bem?*” “*Tudo bem.*” “*Fale com*

seus amigos... que eu deferi o processo deles. ' *Muito obrigado, vou falar agora* '”. Não foi a única vez que o Jornal do Brasil e os militares entraram em acordo – haveria outros envolvendo diretamente a coluna Informe JB. De acordo com Celina Rabello Duarte (1987, p. 90), antes de Geisel tomar posse, os principais assessores do futuro presidente reuniram-se diversas vezes com jornalistas proeminentes e donos de jornais para apresentar o projeto político do governo, além de garantir que a censura seria brevemente suspensa. Duarte afirma que (Ibid., p.101):

Dos contatos realizados entre os assessores mais diretos do general Geisel e os homens de imprensa, formou-se, no Rio de Janeiro e em São Paulo, um grupo de jornalistas influentes, completamente engajado no projeto político do governo. Esse grupo detinha especial influência nos jornais O Estado de S. Paulo, Jornal do Brasil, e nas revistas Veja e IstoÉ. Esses jornalistas chegavam a participar da elaboração de projetos e estratégias políticas junto com o grupo palaciano.

Esse grupo de assessores era formado pelo ministro da Justiça Armando Falcão, pelo presidente do Gabinete Civil, o general Golbery do Couto e Silva; pelo assistente de Golbery, Heitor Ferreira de Aquino; e pelo secretário de imprensa Humberto Barreto. Contudo, o grupo logo se viu dividido por conta de divergências internas nas Forças Armadas. Enquanto a ala encabeçada por Golbery e seu fiel escudeiro Heitor Ferreira defendia a saída dos militares, a outra ala, da qual Armando Falcão fazia parte, mostrava-se confiante na permanência dos militares no poder. O resultado das eleições de 1974, favorável à oposição, acirrou ainda mais os conflitos entre os militares chamados “moderados” e “radicais”. O grupo de assessores a princípio reunido com a meta de negociar os termos da transição política, logo passou a valer-se do contato com a imprensa para favorecer a proposta ora dos “moderados”, ora dos “radicais”. Adiante, veremos como as disputas entre os militares reverberam para nosso objeto de pesquisa, a coluna Informe JB. Antes, recuperaremos os fatos que culminaram para que o Informe JB e o titular da coluna estivessem no centro dos conflitos entre as duas alas militares.

1.3 DA FORMAÇÃO DO GOVERNO GEISEL ÀS ELEIÇÕES DE 1974:

Para começar, apresentaremos a formação do governo Geisel, descrevendo os órgãos que compunham a Presidência da República e como se deu a ocupação dos principais cargos do Executivo. Atentaremos, porém, apenas às figuras mais proeminentes do regime, cujas ações foram decisivas para os rumos do governo e influenciaram a produção jornalística. Ocasionalmente, faremos uso das expressões “moderados” e “radicais” para fazermos uma distinção entre os militares, cientes de que tais categorias são restritivas e não sintetizam a

diversidade ideológica das Forças Armadas. Geisel, por exemplo, dificilmente poderia ser qualificado como um militar “moderado” ou “radical”: embora fosse favorável à abertura política, ignorava as denúncias de tortura e, por diversas ocasiões, lançou mão do AI-5.

Um dos presidentes militares com o perfil mais burocrático, Geisel redefiniu e ampliou as funções dos órgãos de assessoramento, no intuito de aumentar o controle sobre o Estado, cercando-se de aliados, e assim assegurar as medidas necessárias para dar início ao processo de transição. Até então, a administração federal vinha sendo regulamentada pelo Decreto-Lei Nº 200, assinado pelo general Humberto Castello Branco. De acordo com o Decreto-Lei Nº 200, a Presidência da República era constituída pelo Gabinete Civil e Gabinete Militar, e assessorada pelos seguintes órgãos: o Conselho de Segurança Nacional, o Serviço Nacional de Informações (SNI), o Estado-Maior das Forças Armadas, o Departamento Administrativo do Pessoal Civil, a Consultoria Geral da República e o Alto Comando das Forças Armadas.

Apesar das alterações realizadas no período entre 1967 e 1972, o Decreto-Lei Nº 200 passou por mudanças significativas durante a gestão de Geisel. Enquanto a Lei 6.036 instituiu o Conselho de Desenvolvimento Econômico, com a Lei Nº 6.118 foram criados mais dois órgãos de assessoramento: o Conselho de Desenvolvimento Social e a Secretaria de Planejamento. Afora isso, Geisel contava com mais dezesseis ministérios. São eles: Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Fazenda, Ministério dos Transportes, Ministério da Agricultura, Ministério da Indústria e do Comércio, Ministério das Minas e Energia, Ministério do Interior, Ministério da Educação e Cultura, Ministério do Trabalho, Ministério da Previdência e Assistência Social, Ministério da Saúde, Ministério das Comunicações, Ministério da Marinha, Ministério do Exército e Ministério da Aeronáutica.

No entanto, Geisel preservou a mesma base de formação dos governos anteriores. O general Golbery do Couto e Silva foi designado para o Gabinete Civil da Presidência da República. Arquiteto do SNI, Golbery é apontado como um dos homens mais influentes do governo. Militar dito “moderado”, Golbery se valia do contato com jornalistas para denunciar casos de tortura – desde que não fosse revelada a sua identidade – a fim de enfraquecer os “radicais”. A chefia do SNI coube a João Baptista de Oliveira Figueiredo, chefe do Gabinete Militar no governo Médici. Por sua vez, o Gabinete Militar passou a ser presidido pelo general Hugo Abreu. Embora fosse quase um desconhecido para Geisel, Hugo Abreu ganhara prestígio combatendo a guerrilha do PC do B no Araguaia e o “terrorismo” no Rio de Janeiro. Para o Ministério do Exército foi nomeado o chefe do Estado-Maior Vicente de Paula Dale Coutinho. Já a vaga de Dale Coutinho foi preenchida pelo Comandante do I Exército Sylvio Couto Coelho da Frota. Pouco mais de 70 dias no governo, Dale Coutinho sofreu um enfarte e morreu.

Conforme as regras de sucessão, o general Sylvio Frota assumiu o Ministério do Exército. Homem da “linha-dura”, Sylvio Frota fora responsável pela morte de 29 pessoas enquanto esteve à frente do Destacamento de Operações Internas (DOI) do I Exército, no Rio de Janeiro, entre fevereiro de 1972 e março de 1974. Seria um dos maiores desafetos de Golbery. O Ministério da Justiça ficou sob o comando do general Armando Falcão, ex-ministro da Justiça, de Juscelino Kubitschek. Bem relacionado na imprensa, tinha fama de mexeriqueiro. Tornar-se-ia um dos principais porta-vozes do governo. Em tempos de crises, limitava-se a dizer: “Nada a declarar”.

Concluída a formação ministerial, um dos maiores desafios do governo Geisel consistia na reunificação das Forças Armadas. Enquanto os “moderados” defendiam a volta dos civis ao poder, os “radicais” intensificavam os atos de tortura e repressão. Geisel tinha consciência que o regime não perduraria mais uma década: a inflação estava alta, os protestos estudantis aumentavam e os discursos da oposição – representada, sobretudo, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – estavam cada vez mais contundentes. De imediato, Geisel precisava rearticular o regime para garantir a sucessão de Figueiredo. A longo prazo, viabilizar o retorno dos civis ao comando do país, elegendo para isso um parlamentar da Aliança Renovadora Nacional (Arena). Não era pouca coisa. Portanto, as eleições de 74 seriam o fiel da balança. Em outubro, eleger-se-iam indiretamente 22 governadores. Em novembro, haveria eleição direta para um terço do Senado, a Câmara dos Deputados e as assembleias legislativas. Para Geisel, a vitória além de certa, era fundamental: caso obtivesse o apoio de dois terços do Congresso, o presidente poderia reformar a constituição como bem entendesse, sem para isso precisar lançar mão do AI-5.

Se até meados de setembro, os dirigentes partidários do MDB davam como certas as derrotas em sete estados (Alagoas, Bahia, Maranhão, Pará, Piauí, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte); segundo informações do SNI, a oposição perderia em outros sete estados: Acre, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraná e Sergipe. Contudo, na segunda metade de outubro, as projeções do MDB indicavam um resultado melhor do que nas eleições de 1970: ganharia em São Paulo e Rio Grande do Sul, e estava empatado em Santa Catarina. Com poucos institutos de pesquisas funcionando no país, as incertezas quanto aos resultados das eleições ganhavam destaque nas páginas dos jornais. No dia 18 de novembro, o Jornal do Brasil publicou uma reportagem na capa do Primeiro Caderno noticiando que a bancada de cinco estados dera ao MDB um terço da Câmara. Todavia, o resultado das eleições fora muito pior do que o esperado pelo governo: o MDB crescera 21,4% no Senado e 16,5% na Câmara. Ao eleger 186

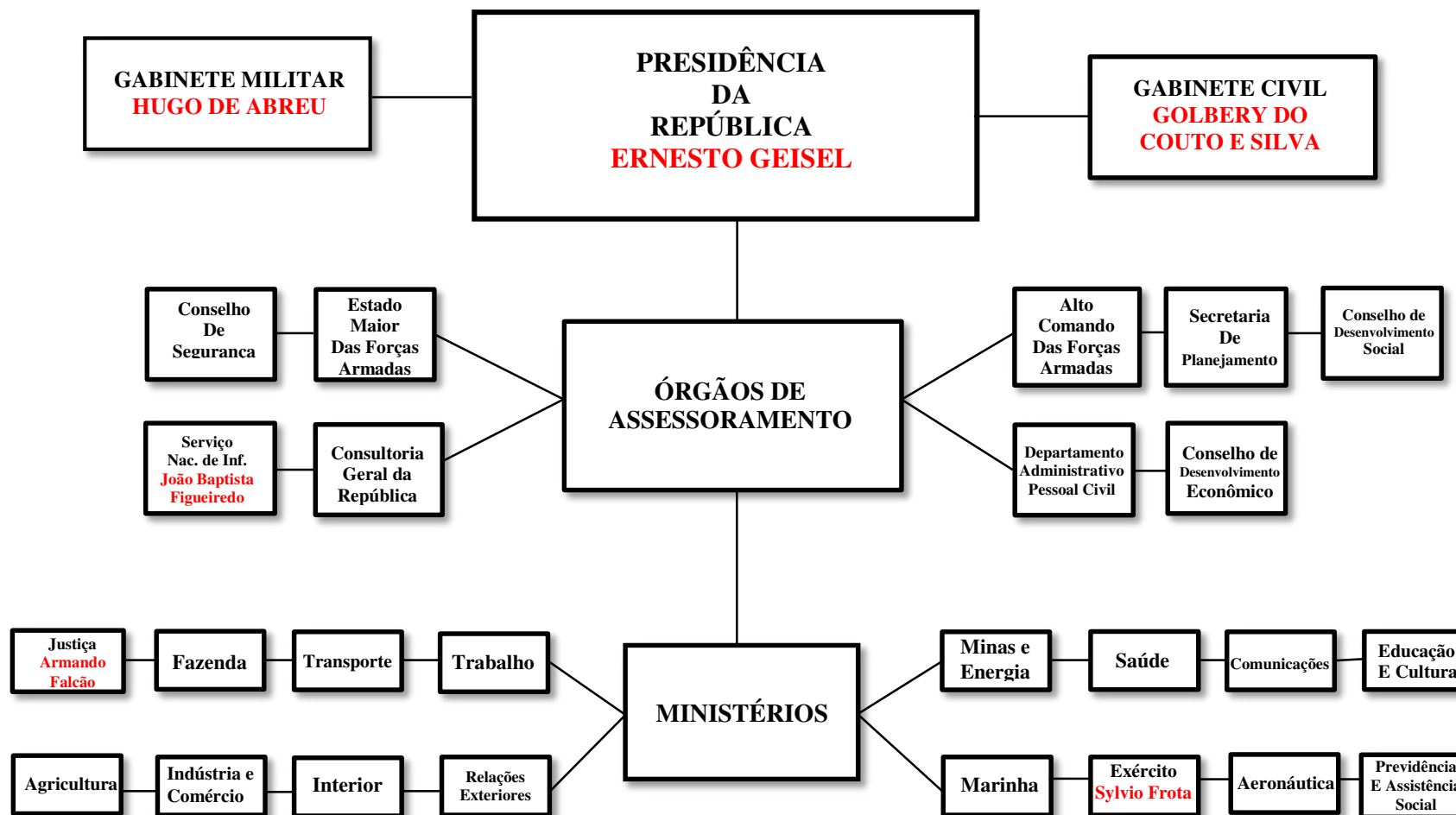
congressistas, o MDB superara os 144 votos necessários para bloquear os projetos de alterações constitucionais.

A vitória do MDB também provocou um realinhamento de forças no interior do governo – os militares “radicais” elevaram o tom do discurso e ameaçaram partir para o extremismo. Por força das circunstâncias, o projeto de “distensão”, encabeçado por Golbery (Gabinete Civil) fora momentaneamente sepultado. Uma das vozes mais ativas ao lado do presidente Geisel, Golbery acabou perdendo espaço no governo para o general Hugo Abreu, do Gabinete Militar. Hugo Abreu atribuiu a derrota nas eleições aos candidatos da Arena e sugeriu que o governo reformulasse a “política de comunicação”, pois esta teria favorecido o MDB. Tal reforma incluía desde mudanças na regulamentação da propaganda eleitoral à imposição de uma censura mais “adequada” aos meios de comunicação. Ronaldo da Costa Couto (2010, p. 195) esclarece que:

Ao analisar as eleições de 1974, o governo concluiu que o acesso relativamente livre ao rádio e à televisão tivera influência acentuada na vitória oposicionista. (...) Daí, o passo inicial mais significativo foi a edição da Lei nº 6.339, de 1º de julho de 1976, que disciplinou e limitou o uso do rádio e da televisão para fins eleitorais. Ficou conhecida como Lei Falcão, referência ao ministro da Justiça, Armando Falcão.

Fortalecido no governo após o resultado das eleições de 1974, o ministro da Justiça Armando Falcão recebeu autorização do presidente Geisel para frequentar o gabinete dos demais ministros. Contrariando os planos de Golbery em dar visibilidade ao desaparecimento de presos políticos, Armando Falcão se recusava veementemente em discutir o assunto com a imprensa. Prova disso, meses antes, Armando Falcão reestabeleceu a censura na revista Veja depois de o jornalista Millôr Fernandes publicar o desenho de um cidadão acorrentado à parede de uma masmorra, acompanhado dos dizeres: “Nada Consta”. Como sanção, a revista Veja deveria enviar todos os textos para Brasília até terça-feira à noite, dificultando a publicação de qualquer notícia que ocorresse de quarta à sexta-feira. Juntamente com o general Hugo Abreu, o ministro da Justiça Armando Falcão impôs severas restrições à imprensa.

Fig.1 – A formação do Governo Geisel:



1.4 GOLBERY E A CHEGADA DE UM COMENSAL NO INFORME JB:

Findada as eleições de 1974, Golbery deixou de ser o principal conselheiro de Geisel: os “radicais” convenceram o presidente de que os “comunistas” estavam se reorganizando para tomar o controle do país. Entretanto, Golbery aproveitou-se da posição dentro do governo para influir no noticiário. Autor da reportagem “Descendo aos porões”, publicada pela revista Veja, em 21 de fevereiro de 1979, o jornalista Antonio Carlos Fon (Apud SEQUEIRA: 2005, p.160) admitiu que a pauta fora sugerida por Golbery, com quem o diretor de redação Roberto Guzzo havia se encontrado dias antes em Brasília: *“Esse fato fez muitos, como eu, levantarem a hipótese de que o verdadeiro ‘dono da pauta’ tinha sido o próprio Golbery, detentor de um poder incrível no governo Geisel, que chegava até à cúpula dos jornais”*. Ao colaborar com a imprensa denunciando casos de tortura, Golbery tentava diminuir a influência dos “radicais” sobre o presidente. Com esse mesmo propósito, Golbery articulou um esquema para ter um “comensal” trabalhando a seu favor à frente de uma das colunas políticas mais lidas do país, o Informe JB. O jornalista Alberto Dines (2003, p.108/109) revelou parte do esquema:

Quem é o jornalista que é respeitabilíssimo, mas era profundamente ligado ao Golbery? Elio Gaspari. O Jornal do Brasil não tinha maiores contatos. O Castellinho falava com o Golbery, mas não era do esquema; aliás, não era do esquema de ninguém, era do esquema dele. Mas havia jornalistas em São Paulo que eram do grupo do Golbery: Elio Gaspari e Mino Carta. (...) Elio Gaspari era homem do Golbery. E o Jornal do Brasil entrou inteiramente nessa linha.

Conforme explica Alberto Dines, Elio Gaspari era “profundamente ligado” a Golbery. No entanto, o principal elo entre o general e o jornalista residia nos “trinta anos de amizade” (GASPARI: 2003, p.17) que Elio Gaspari partilhara com Heitor Ferreira. Ex-assistente do general Golbery no SNI (1964-1967) e ex-secretário particular de Geisel na Petrobrás (1972-1979), Heitor Ferreira era um dos homens mais bem informados do país. Após Geisel assumir a presidência, Heitor Ferreira fora convidado a juntar-se a Golbery no Gabinete Civil. Apesar de não ser possível afirmar o dia exato em que Elio Gaspari assumiu a titularidade do Informe JB, há fortes indícios de que o jornalista colocou a coluna a serviço de Golbery, para insatisfação dos “radicais”, que ameaçavam boicotar o Jornal do Brasil:

Isso ficou mais claro em 1977, quando o jornalista Elio Gaspari, na época redator principal do Informe JB, divulgou um documento em que o general Hugo Abreu, chefe do Gabinete Militar do presidente Ernesto Geisel, delineava estratégia para sufocar o jornal. ‘A atuação do Jornal do Brasil, sua ação contestadora e subversiva permanente está (sic) a exigir medidas

repressivas do governo’, afirmava o militar. Hugo Abreu enumerava medidas como a suspensão de toda a publicidade oficial, incluindo na restrição editais e outras publicações que, por força de lei, devem ser divulgadas em jornais. Não satisfeito, o general propunha ainda pressões contra empresas e organizações privadas, no sentido de que deixassem de veicular anúncios no jornal, sob pena de suspensão de qualquer crédito oficial. Abreu sugeria ainda devassa fiscal do jornal e investigação da conduta política de todos os integrantes de sua direção. E como melhor forma de censura preconizava a apreensão do jornal depois de impresso para impor-lhe prejuízos financeiros. (JORNAL DO BRASIL: 2010, p.07)

Vale frisar que, governos ditatoriais frequentemente recorrem a sanções como essas planejadas por Hugo Abreu contra o Jornal do Brasil para coibir críticas públicas ao regime. Segundo Siebert, Peterson e Schramm (1963, p. 19), prática semelhante já acontecia na Inglaterra dos séculos XVI e XVII: *“Esses métodos indiretos de controle da mídia de comunicação de massa têm a vantagem de combinar o ataque das fontes, uma vez que é difícil, senão impossível, rastrear a origem da corrupção”* (Tradução nossa). Para Siebert, Peterson e Schramm (Idem), tais sanções são eficazes, já que as autoridades sempre podem recorrer ao argumento de que assim como a iniciativa privada usa a imprensa em benefício próprio, o governo também tem o direito de usar todos os meios a sua disposição para criar uma atitude favorável em relação a seus membros e políticas.

Outro ponto que merece ainda atenção é que a amizade entre Elio Gaspari, Heitor Ferreira e Golbery expõe um aspecto controverso relativo ao ofício do colunista político: a impossibilidade de se produzir diariamente uma coluna política, com conteúdo sobre os bastidores da República, sem desfrutar de qualquer intimidade/familiaridade com as fontes. O próprio Castello Branco (2006, p.140), o colunista político mais famoso do período, admitiu que o contato com o ex-presidente Humberto Castello Branco não era meramente profissional: *“Realmente somos da mesma família. Ele era muito parecido com minhas tias velhas do Piauí. Tinha aquele tipo de coisa, aquele tipo de cara, era da geração do meu pai, o terceiro avô. Temos a genealogia de uma mesma família.”* Apontado por alguns como precursor do colunismo social no Brasil, a lista de amigos de Ibrahim Sued incluía personagens como o casal Paulo Maluf, o ex-presidente Costa e Silva e o general Antonio Luiz de Barros Nunes, o Cacau.

Ninguém o conhecia por Antonio Luiz, nem parecia general. Solteirão, boêmio, loquaz e irreverente, era o típico carioca de Vila Isabel. (...) Resolvia qualquer problema, fosse para procurar um preso na Vila Militar ou para conseguir um lugar na tribuna de honra do Maracanã. Abria qualquer porta, tanto no SNI como na noite do Rio, onde era bom amigo do colunista Ibrahim Sued (GASPARI, Op. Cit. p.107).

Embora a amizade com fontes seja cultivada por profissionais de todas as editorias, esse vínculo é mais explícito em se tratando do noticiário político, pois, em especial no caso brasileiro, remete ao jornalismo realizado em Brasília, onde os jornalistas e as fontes estão mais isolados do convívio social. A partir da amizade entre os colunistas políticos e as fontes, retomamos a questão central dessa dissertação: como podemos definir com clareza a figura do colunista político e, simultaneamente, qualificar o conteúdo publicado numa coluna política?

Por conta da influência do jornalismo norte-americano no Brasil, existe uma percepção equivocada de que o colunista político publica somente a opinião pessoal, enquanto as colunas políticas são constituídas apenas de comentários e textos analíticos. Segundo Michael Schudson (2010), a experiência dos jornalistas norte-americanos na virada do século XX, com a ascensão do profissional de relações públicas e a propaganda de guerra do governo, levou à instituição da objetividade como critério jornalístico. E, por conseguinte, a separação entre fato e opinião. A fim de se adequar a essa suposta cisão na forma de conceber e organizar as notícias, os jornais destinaram um lugar diferenciado para as colunas políticas e as reportagens. Quer nos jornais brasileiros ou norte-americanos, as colunas políticas possuem páginas e dias fixos e são encabeçadas por uma “testeira”, onde consta o título ou nome do autor. Algumas colunas políticas são margeadas por linhas espessas, formando uma espécie de box, para facilitar o reconhecimento pelo leitor. Contudo, os recursos gráficos empregados pelos jornais não extinguiu as semelhanças no modo de obter informações pelos colunistas políticos e jornalistas tampouco no conteúdo divulgado nas colunas políticas e nas reportagens. Estaria o colunista político no limiar entre o repórter e um analista? Desdobraremos no capítulo seguinte.

O COLUNISTA POLÍTICO

Uma vez que assumiu a titularidade do Informe JB por recomendação do ministro Golbery, o jornalista Elio Gaspari poderia facilmente ser rotulado de representante dos militares, porta-voz do governo e até de jornalista “patrocinado”. Ao reconstituirmos a trajetória de Elio Gaspari no jornalismo, projetamos a imagem do colunista político como um agente disfarçado, cuja identidade é definida e reconfigurada em função do fluxo do poder. Outra possibilidade apresentada neste capítulo é a de o colunista político ser um comensal – para usufruir do benefício de receber informações exclusivas, o jornalista reporta as notícias sob a ótica das fontes. Quando comparamos a conduta de um colunista político no Brasil a de um repórter filiado ao clube de imprensa japonesa, inevitavelmente o termo “comensal” aparece como sinônimo de “serviçal”, isto é, alguém que presta um serviço às fontes. Ao mesmo tempo, a concepção do colunista político enquanto comensal tem estreita ligação com a percepção do colunista político como um agente político, que atua em defesa das causas de determinados grupos de elite. Nesse caso, a exemplo do que acontece na Tailândia, o colunista político é equiparado a um lobista, informalmente recrutado pelas fontes para persuadir os leitores acerca da veracidade de um dado ponto de vista. Assim sendo, admitimos também que o colunista político seja um agente de estabilidade, cujo trabalho objetiva consolidar o *status quo*, bem como formas de governo e regimes hegemônicos. Sobretudo, o papel do colunista político como um agente de estabilidade foi explorado pelos militares, já que o projeto de transição política do governo Geisel não implicava uma ruptura com as classes políticas e econômicas há séculos dominantes no Brasil.

2.1 O PERFIL DE ELIO GASPARI:

Nascido em Nápoles, na Itália, Elio Gaspari mudou-se para ao Brasil em 1949, aos cinco anos de idade, na companhia da mãe Anna Giacchetti. Elio Gaspari conquistou o primeiro emprego na embaixada de Cuba, no Rio de Janeiro, onde recortava jornais para arquivo. Filou-se ao PCB em 1962, quando cursava História na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi). No mesmo ano, começou a trabalhar como jornalista no semanário Novos Rumos, editado pelo PCB. A primeira reportagem de Elio Gaspari publicada em Novos Rumos abordava uma invasão de terra em Campos (RJ). Clandestino, Novos Rumos se automeava vanguardista do

pensamento político da classe operária e intérprete dos comunistas brasileiros. Além de destinar considerável espaço ao programa do PCB, *Novos Rumos* divulgava análises do quadro social do país – os textos eram redigidos em tom panfletário, repetitivo e continham palavras de ordem. Diferentemente de outros jornalistas que utilizavam pseudônimos, Elio Gaspari assinava os textos como Elio Parmigiani. Já nesse período, Elio Gaspari desenvolveu um estilo de escrita que aperfeiçoaria ao longo da carreira: narrar os assuntos políticos de maneira jocosa, caricata, irônica e humorada.

Envolvido nas disputas do Diretório Acadêmico da FNF, pela renovação da direção da faculdade, Elio Gaspari foi expulso da instituição com outros 14 universitários, por meio de uma resolução do diretor Eremildo Luiz Viana. Ressentido com o episódio, anos depois, Elio Gaspari criou o personagem Eremildo, o idiota, uma sátira àqueles que usam inadvertidamente o dinheiro público. Elio Gaspari também é autor da personagem Madame Natasha, professora de português que “condena a tortura do idioma” e concede “bolsa de estudo” a quem fala errado. Com o golpe militar, Elio Gaspari perdeu o emprego devido ao fechamento de *Novos Rumos*. Três meses depois, Elio Gaspari foi contratado por uma agência de notícias que operava no aeroporto Galeão, por onde transitavam muitos políticos que embarcavam em voos matutinos para Brasília. Diariamente, Elio Gaspari encarregava-se de entrevistar passageiros famosos, redigir os textos nas salas de imprensa e tirar cópias num estêncil a álcool, antes de enviá-las aos jornais. Todavia, como o tempo de embarque e desembarque era reduzido, Elio Gaspari passou a escrever as entrevistas e oferecê-las aos políticos – aqueles que concordavam tornavam-se autor das falas. De acordo com Mario Sergio Conti (2012, p.73), “*os entrevistados agradeciam porque, além de estarem nos jornais, às vezes pareciam mais inteligentes ou engraçados do que realmente eram*”. Mario Sergio Conti (Idem) revela que a frase “*O povo gosta de luxo, quem gosta de miséria é intelectual*”, atribuída ao carnavalesco Joãozinho Trinta, foi inventada por Elio Gaspari nessas circunstâncias.

Foi na mesma época em que escrevia para agência de notícias localizada no Galeão que Gaspari começou a trabalhar para Ibrahim Sued – o colunista social migrara do jornal *O Globo* para o *Diário de Notícias*. A rotina no escritório de Ibrahim Sued era intensa: Elio Gaspari começava o expediente ao meio-dia e tinha que entregar duas laudas de notas exclusivas até às quatro horas da tarde. Segundo depoimento de Fernando Andrade (2014), para dar conta da tarefa, Elio Gaspari continuava inventando histórias:

Fechar uma coluna era uma coisa dramática porque o espaço está lá aberto, você tem que ocupar aquele espaço. Nós tínhamos que partir às vezes para inventiva. Às vezes fazíamos uso de periódicos estrangeiros. E aí nós

criávamos uma mala enviada por Ibrahim, que na verdade saía das revistas estrangeiras.

Além da fama de explosivo, Ibrahim Sued pagava mal: Elio Gaspari trabalhava sem carteira assinada, não tinha direito à férias tampouco 13º salário. Em contrapartida, Ibrahim Sued era um colunista bem-relacionado e, frequentemente, convidava Elio Gaspari para ir à sauna aos sábados e acompanhá-lo à noite nas rondas das boates e dos restaurantes. Ibrahim Sued compensava o salário ruim apresentando Elio Gaspari a pessoas renomadas. Mario Sergio Conti (Op. Cit., p. 74) ressalta que, “*mal entrado nos anos vinte, comunista e remediado, Gaspari frequentava as mesas da alta sociedade carioca*”:

Conheceu não apenas dondocas e locomotivas. Estabeleceu contatos com capitães da indústria, ilustres senadores da República, tubarões das finanças e advogados dos grandes negociatas. Sua formação avançara: sabia quem era os malandros, os comunistas e a elite.

Em razão da militância política, Elio Gaspari foi preso na Ilha de Cobras e, posteriormente, na Ilha de Flores, em 1969, por ordem dos militares. Depois de ficar 59 dias detido, Elio Gaspari foi solto graças a uma das muitas amizades que cultivara com os militares: redator do AI-1, o vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald concedeu um habeas corpus ao jornalista. Uma vez solto, Elio Gaspari ficaria sob a custódia de Ibrahim Sued. No dia 1º de setembro de 1969, Elio Gaspari começou a trabalhar na sucursal da revista Veja. De lá, ligou para o general Golbery do Couto e Silva e agendou uma conversa. Estrategista, Elio Gaspari pediu sugestões de livros a Golbery, sabendo que o general fazia o tipo letrado e, assim, o jornalista conseguiria um segundo encontro. Tornaram-se confidentes e Golbery antecipou a Elio Gaspari a escolha de Geisel para suceder Médici na presidência. Elio Gaspari preservou o contato até a morte de Golbery – por conta da amizade, herdou o acervo pessoal do general, a partir do qual o jornalista produziu uma série de livros sobre os bastidores do regime militar: *A Ditadura Envergonhada*, Volume I (2002); *A Ditadura Escancarada*, Volume II (2002); *A Ditadura Derrotada*, Volume III (2003); e *A Ditadura Encurralada*, Volume IV (2004).

Tão articulista quanto Elio Gaspari, Golbery aceitou a proximidade do jornalista, pois tentava interferir na produção noticiosa. Isolado nas Forças Armadas, Golbery enfrentava forte resistência da ala mais “radical” dos militares, que se opunha veementemente ao projeto de transição e defendia o endurecimento do regime. Ao colaborar com Elio Gaspari, entre outros jornalistas/colunistas, Golbery planejava dar visibilidade aos excessos cometidos pelos “radicais”, no intuito de enfraquecê-los politicamente. Há evidências de que a chegada de Elio

Gaspari ao Jornal do Brasil foi negociada por Golbery com Nascimento Brito, proprietário do jornal. Nascimento Brito substituiu Alberto Dines por Walter Fontoura, na direção do Jornal do Brasil. Coincidentemente, Walter Fontoura negociou a contratação de Elio Gaspari em janeiro de 1974, poucos meses antes da posse de Geisel, para assumir a titularidade do Informe JB, uma das colunas políticas de maior prestígio entre as autoridades e grupos de elite. Elio Gaspari não concordaria com menos: na mesma ocasião, Mino Carta oferecera ao jornalista o cargo de editor-chefe da revista *Veja*, o segundo na hierarquia da redação. O “arranjo” entre Golbery e Nascimento Brito, porém, tinha prazo de validade: Elio Gaspari permaneceu no Jornal do Brasil somente até o primeiro semestre de 1979, quando findou o governo Geisel.

Durante a estadia no Jornal do Brasil, Elio Gaspari e Marcos Sá Corrêa, na época repórter especial do jornal, divulgaram uma série de documentos que revelavam a existência da Operação Brother Sam: em 1964, os Estados Unidos se preparavam para invadir o Brasil, caso houvesse resistência ao golpe. O “furo” foi descoberto em 1975, quando Elio Gaspari e Corrêa frequentavam a casa do almirante Paulo Castello Branco (filho do marechal Humberto de Alencar Castello Branco), onde ficavam armazenados documentos importantes do começo do regime, elaborados por dezenas de historiadores. Corrêa (2008) contou como tudo aconteceu:

O Castello Branco era do período letrado do regime militar. Gostava de escrever, tinha papéis da conspiração, e o filho abria aquilo sem nenhuma restrição. Você ia lá, metia a mão e encontrava providências sobre a tortura, coisas que não estavam em nenhum outro acervo oficial. Em uma dessas ocasiões, o Paulo comentou que, semanas antes, um brasileiro da Universidade do Texas chamado John Dulles, filho do Foster Dulles, passou por lá e disse que documentos importantes sobre o período de 1964 começavam a ser liberados na biblioteca presidencial do Lyndon Johnson. Isso foi em meados do ano. Passada a correria inútil da cobertura da eleição municipal, o Elio se lembrou: “Vamos ver aquilo?”. E fui parar em Austin.

Em Nova Iorque, Corrêa fez cópias de centenas de documentos sobre a Operação Brother Sam, todos identificados com uma tarja azul. Aconselhado por Elio Gaspari, Corrêa deixou cópia das cópias dos documentos na casa da correspondente do Jornal do Brasil em Nova Iorque, temendo que os papéis fossem apreendidos no aeroporto. Na volta ao Brasil, Corrêa e Elio Gaspari foram conversar com Walter Fontoura que, diante da gravidade, sugeriu que discutissem o assunto diretamente com Nascimento Brito. Ao certificar-se que Elio Gaspari e Corrêa não roubaram os documentos, Nascimento Brito autorizou a divulgação do material. Para isso, montou uma força-tarefa na redação com o objetivo de produzir todo o conteúdo em até quatro dias. Apesar da repercussão, não houve represálias dos militares tampouco os jornais foram apreendidos na banca, como era esperado.

Em 1979, Elio Gaspari retornou à Veja como diretor adjunto e, em 1988, tornou-se correspondente da revista em Nova Iorque. Mario Sergio Conti (Op. Cit. p. 76) relata que ao chegar à Veja, Elio Gaspari foi recebido com frieza e hostilidade por parte da redação:

Havia motivos profissionais e políticos para a rejeição. Profissionais porque ele rodava a baiana, estava sempre insatisfeito, queria saber detalhes que ninguém lembrara de perguntar, exigia precisão, capricho. Mais trabalho, em suma. Fazia as matérias serem reescritas várias vezes, deixando inseguros os redatores mais tarimbados. E motivos políticos porque Gaspari era visto por alguns como agente do general Golbery do Couto e Silva na imprensa. (...) Sua relativa impopularidade era reforçada pelo humor agressivo (“A matéria vai sair assim porque sou inteligente e você não, dizia”), pelo egocentrismo assumido (“O sistema é heliocêntrico, e foi Copérnico quem disse”), e por tiradas que, na 17ª repetição, molestavam almas mais sensíveis (“Vocês que perderam em 1964 fiquem aí trabalhando que eu vou jantar”, era o seu bordão ao ir embora, de madrugada).

No decorrer dos anos, Elio Gaspari tem acumulado críticas (seja das fontes, seja de profissionais da imprensa) a respeito de duas características que marcaram sua trajetória no jornalismo: a capacidade de “inventar histórias” e de posicionar-se ao lado de lideranças políticas, instituições e grupos de elite com interesses divergentes. O que ajuda a compreender como foi possível ao jornalista transitar do PCB a defensor do regime militar em tão pouco tempo. Para muitos, Elio Gaspari adota tal postura a fim de mascarar a verdadeira identidade. Em 2008, Paulo Henrique Amorim (2013) chamou a atenção para o perfil múltiplo de Elio Gaspari, definindo-o como um colunista que usa muitos chapéus:

O chapéu da família Marinho. O chapéu da família Frias. O chapéu tucano. O chapéu contra a privatária, embora jamais tenha falado do Daniel Dantas. O chapéu anti-Lula. O chapéu “independente”. O chapéu contra a tortura. O chapéu Golbery. O chapéu contra a ditadura. O chapéu Geisel. O chapéu Harvard. O chapéu Jorge Paulo Lehman. O chapéu Heitor Aquino Ferreira. O chapéu Companhia das Letras. O chapéu família Moreira Salles. O chapéu comunista. O chapéu americano. É por isso que não se entende o que ele diz. É uma charada. (...) É o malabarista que joga muitas garrafas para cima – e, de vez em quando, uma cai no chão ... É porque, na verdade, todos esses chapéus são um disfarce.

Com ironia, Paulo Henrique Amorim sublinha o discurso contraditório de Elio Gaspari ao se colocar a favor da “família Marinho” e “família Frias”, duas das maiores proprietárias de veículos de comunicação no país, e consagrar-se ao mesmo tempo como um colunista “independente”. Ou ainda: quando Elio Gaspari criminaliza a tortura e a ditadura, mas veste o “chapéu Geisel” e o “chapéu Golbery”. Embora não sejam infundados, os comentários de Paulo Henrique Amorim devem ser analisados com restrição, afinal Paulo Henrique Amorim, hoje, integra a chamada “mídia alternativa”, que contrapõe-se à grande imprensa, na qual Elio

Gaspari tem se destacado com um dos principais expoentes. Logo, é natural haver entre ambos certa rivalidade. Opinião semelhante a de Paulo Henrique Amorim é partilhada por Tarso Genro (2013), ex-governador do Rio Grande do Sul, segundo o qual, Elio Gaspari “*dispara para todos os lados, mas nunca diz realmente qual é a sua posição*”. A frase de Tarso Genro foi publicada num artigo intitulado “O alto comissariado do Golbery não toma jeito”, em resposta a um outro artigo escrito por Gaspari (2013), em que o jornalista acusa Tarso Genro de fisiologismo ao propor uma reforma política que autorizasse o financiamento público para as campanhas eleitorais e estabelecesse o voto em lista para deputados e senadores. A resposta de Tarso Genro a Gaspari foi divulgada na página da Carta Maior:

A estratégia usada por Elio Gaspari para promover suas crônicas foi muito comum na época da ditadura, quando o SNI - através de articulistas cooptados - recheava de informações manipuladas a grande imprensa, sobre a “subversão” e as “badernas estudantis”. O regime tentava, desta forma, tanto manter o controle da opinião pública, como dividir a oposição legal e a clandestina, num cenário em que povo já estava cansado do regime. Elio Gaspari parece que se contaminou com este vício e combinou-o com uma arrogância olímpica: desqualifica todo mundo, não respeita ninguém, o que pode significar uma volúpia de desrespeito a si mesmo, ensejada pela sua trajetória como jornalista com ideias muito próximas de um ceticismo anarco-direitista.

Independentemente de qualquer juízo de valor, as atitudes de Elio Gaspari objetivam o mesmo fim: consolidar seu prestígio. Sabemos, porém, que o prestígio é almejado por profissionais de diversos segmentos, inclusive do meio jornalístico. O sociólogo Norbert Elias (2001, p.83) considera imprescindível os esforços em busca de prestígio pelas camadas mais altas: “*Trata-se de um instrumento indispensável à autoafirmação social, especificamente quando – como é o caso na sociedade de corte – todos os participantes estão envolvidos numa batalha ou competição por status e prestígio*. Cobiçado por focas³ e jornalistas veteranos, o prestígio influencia desde os salários à distribuição de cargos numa redação, seja em termos de imprensa nacional ou estrangeira. Segundo Renate Köcher (1986, p.10), quatro em cada sete jornalistas alemães tentam se autopromover embalados pelo prestígio das autoridades, já que na Alemanha o jornalismo é equiparado a uma carreira política.

No entanto, o prestígio representa mais do que uma conquista ou aspiração pessoal para um colunista político. É, sobretudo, através do prestígio que o colunista político afirma-se como um profissional de elite. Isso porque todo jornalista que aspire à titularidade de uma coluna política necessita de fontes. Mas não quaisquer fontes: o sucesso de um colunista político é proporcional ao grau de envolvimento com fontes de *status* elevado, ou seja, fontes de elite.

³ Foca: apelido dado aos jornalistas iniciantes.

Estabelece-se, assim, um círculo vicioso: quanto maior o número de fontes de elite com as quais o colunista político se relaciona, maior é o prestígio desse colunista político. Por conseguinte, quanto mais prestígio detém um colunista político, maiores são as chances de o colunista político manter contato com fontes de elite. Logo, seria um contrassenso indagar qual(is) atitude(s) um colunista político deve adotar a fim de adquirir prestígio, na medida em que o prestígio é um fator condicionante ao posto de colunista político, pelo menos em se tratando de veículos de grande circulação. De modo que, essa questão deve desdobrar-se em duas outras perguntas: “Como se tornar um colunista político?” e “O que um colunista político faz para preservar seu prestígio profissional?”.

Atentemos à primeira questão. Quando analisamos a trajetória de Elio Gaspari, é notável o esforço do jornalista em circular junto às classes dominantes. Enquanto trabalhava para Ibrahim Sued, Elio Gaspari ganhava um salário irrisório, contudo, o jornalista beneficiava-se da fama de Ibrahim Sued para tornar-se conhecido na alta sociedade carioca. Isso porque um colunista político de sucesso é admirado por figuras importantes. Não obstante, Elio Gaspari preocupou-se em adequar-se à conjuntura política, mudando de lado sempre que as circunstâncias exigiram: o jornalista filiou-se ao PCB no auge das atividades do partido no Brasil, aderiu ao militarismo dada a permanência dos militares no poder e também não poupou críticas ao regime quando a saída dos militares mostrou-se inevitável. Motivo pelo qual, Elio Gaspari foi rotulado por Paulo Henrique Amorim como um colunista de muitos chapéus. Na prática, sempre que o poder muda de mão, o colunista político adorna um chapéu diferente. Crítico costumaz de Elio Gaspari, o colunista político da revista *Veja*, Reinaldo Azevedo (2012), sustenta que Elio Gaspari “*escreve a favor do fluxo do poder, que parece dar como eterno. (...) Não é a primeira vez que ele está com os que mandam, com ou sem farda*”.

Apesar de nenhum colunista político admitir, a fidelidade às fontes varia conforme a influência exercida e a relevância das informações. Em 1988, enquanto estava na *Veja*, Elio Gaspari cultivava uma espécie de “pacto de sangue” com Antônio Carlos Magalhães (ACM), então ministro das Comunicações. Assim como Elio Gaspari, ACM também pertencia ao seletivo “clube de Geisel”, tendo sido nomeado pelo general presidente da Eletrobrás em 1975 e indicado governador da Bahia em 1978. Falastrão, ACM era o tipo de fonte que os jornalistas adoram: eleito três vezes deputado estadual na Bahia, fez carreira política atuando próximo ao governo federal. A experiência como redator, no jornal *Estado da Bahia* e na Assembleia Legislativa Baiana, permitiu a ACM acumular conhecimento sobre como manipular informação: pronunciava frases impactantes, falava exatamente o que os jornalistas desejavam ouvir. Não por acaso, durante anos, ACM foi uma das mais assíduas fontes de Elio Gaspari.

No entanto, fontes afastadas do centro das decisões políticas e econômicas tendem a ser esquecidas, quando não desacreditadas. Se envolvidas em escândalos ou sob ameaça de denúncias graves, as fontes deixam de ser potenciais colaboradoras dos colunistas políticos e viram alvo de ataques. Grosso modo, os colunistas políticos são fiéis aos “donos do poder” e não às fontes. A inconstância dos colunistas políticos em relação às fontes decorre de uma certa pressão a que os colunistas políticos são submetidos para manter o prestígio elevado e também de um sistema de filiações que tem permeado o jornalismo brasileiro: em geral, as coberturas jornalísticas são realizadas em função dos laços e das afinidades. Por sua vez, tais laços e afinidades são decisivos para determinar uma trajetória de sucesso ou fracasso no jornalismo. De acordo com as filiações, um colunista político pode ganhar ou perder a titularidade de uma coluna. Discípulo de Ibrahim Sued e Mino Carta, Elio Gaspari fundou uma nova linhagem, ao lado de Marcos Sá Corrêa, quando migrou para o Jornal do Brasil. Com a saída de Elio Gaspari do Jornal do Brasil, Marcos Sá Corrêa constituiu um novo clã: transferiu a titularidade da coluna Informe JB e a chefia da editoria de Política para Ancelmo Gois.

O que nos remete à segunda questão: “O que um colunista político faz para preservar seu prestígio profissional?”. Paradoxalmente, um dos métodos empregados por Elio Gaspari para manter o prestígio em alta consiste em “desqualificar todo mundo”, como assinalou Tarso Genro. Elio Gaspari adquiriu credibilidade ao direcionar seus comentários ácidos contra tudo e contra todos, apoiado num discurso mítico de que o “bom jornalismo” é isento e imparcial. Como no Brasil, admite-se que a imprensa é responsável por fiscalizar as instituições e os agentes públicos, acredita-se que os jornalistas/ colunistas não expressam opinião quando avaliam negativamente, por exemplo, as ações do governo. Há um mantra no jornalismo brasileiro, segundo o qual, para ser credível é preciso falar mal, ser da oposição. Elio Gaspari domina com maestria a arte de maldizer. Com isso, Elio Gaspari atraiu inúmeros leitores, por todo o país. Depois de passar por publicações de destaque como a revista Veja, o Diário de São Paulo e o Jornal do Brasil; Elio Gaspari está radicado no jornal Folha de São Paulo desde 1996, tendo seus artigos difundidos pelos jornais O Globo (Rio de Janeiro), Gazeta do Povo (Paraná) e O Popular (Goiás). Elio Gaspari também escreveu para os jornais Correio do Povo (Porto Alegre) e A Tribuna (Vitória).

O próprio fato de Elio Gaspari não expor com clareza suas reais posições políticas, já que condena a todos, tem facilitado o diálogo com elites rivais e, por efeito, contribuído para o jornalista sobressair-se como um profissional de prestígio. Seguindo a mesma lógica, o colunista político é comparado a um agente disfarçado, cujas ideologias e convicções são suprimidas (ou camufladas) de modo a garantir o acesso a grupos e indivíduos que compõem

as altas esferas do poder. Nem todos os colunistas políticos fazem questão de esconder um certo partidarismo: alguns são claramente de “esquerda”, outros de “direita”. Entretanto, o posicionamento político explícito é mais comum entre os colunistas políticos veteranos, menos sujeitos a demissões conforme as mudanças do panorama político. E não somente os colunistas políticos, mas as fontes também disfarçam suas predileções: recentemente, num mapeamento (Mídia e política 2015) realizado na Câmara dos Deputados, sobre os hábitos de informação e monitoramento político, 49% dos deputados federais entrevistados não souberam ou não quiseram citar quais são os(as) colunistas ou comentaristas de política de sua preferência. Afora esse dado, 39% dos deputados federais entrevistados não souberam ou não quiseram citar o nome do colunista ou comentarista de política mais influente no debate da política nacional. No anterior (Mídia e política 2015), o percentual de deputados federais entrevistados que não souberam ou não quiseram citar o nome do colunista ou comentarista de política mais influente foi de 26%. Tanta cautela tem uma explicação: a maioria dos colunistas políticos “exigem” exclusividade. As fontes, por sua vez, tentam ocultar tal parceria, pois uma informação rejeitada por um colunista político pode ser publicada por outro.

A maneira rebuscada de escrever é outra estratégia empregada pelos colunistas políticos em prol de prestígio. Ao contrário dos jornalistas, que são estimulados a escrever de modo simples, os colunistas políticos habitualmente adotam um estilo de escrita mais refinado, de difícil compreensão. Os textos de Elio Gaspari são prolixos, repletos de palavras requintadas e trazem referências a fatos políticos e históricos que um leitor de baixa escolaridade não é capaz de assimilar. Ao redigir os textos numa linguagem cifrada, os colunistas políticos intentam nivelar o público-leitor das colunas políticas e delimitar o acesso às informações àqueles cuja identidade é um indicativo de status elevado. Por meio da escrita, os colunistas políticos reforçam a imagem de que integram uma elite intelectual e, portanto, estão aptos a dialogar com um público mais esclarecido. Também através da escrita, os colunistas políticos procuram demonstrar que detêm um conhecimento especializado, distinguindo-se como profissionais de renome da editoria de política.

2.2 COLUNISTA POLÍTICO – O COMENSAL:

Esperança

Ontem à tarde, o Secretário de Imprensa da Presidência da República, Sr. Humberto Barreto, fechou sala cultivando uma ambiciosa esperança. Se tudo der certo, pela primeira vez, desde a posse, terá um final de semana em casa. (...) A próxima etapa de seu trabalho será a instalação, no terceiro andar, onde

está o gabinete presidencial, de uma sala para os jornalistas. (Informe JB: 1974, p. 06)

A nota acima foi extraída da coluna Informe JB e revela uma clara preocupação do governo Geisel: controlar a imprensa. Não obstante a censura, o governo pretendia gerenciar indiretamente o noticiário. Para tanto, os jornalistas foram instalados numa sala próxima ao gabinete presidencial, de onde o Secretário de Imprensa Humberto Barreto orientava-os a respeito da cobertura de temas autorizados pelo governo. Eventualmente, Humberto Barreto levava um ou outro jornalista para falar com o presidente – eram os comensais. Os comensais pertenciam a veículos de circulação de massa, como O Globo, o Jornal do Brasil e a Revista Manchete. Todos os comensais concordavam em não publicar nenhuma notícia que contrariasse o governo. É sabido que alguns comensais, como os colunistas Carlos Castello Branco e Elio Gaspari empregavam recursos estilísticos como gírias, metáforas e trocadilhos a fim de burlar a censura, porém restam dúvidas se os leitores eram capazes de compreender as mensagens. Os comensais integravam ainda a comitiva presidencial para viagens no exterior e pelo interior do país.

O comensal é antes de tudo alguém que se coloca a serviço do governo, dentre outras fontes de poder. São colunistas e jornalistas dispostos a se submeterem às regras de convivência e acessibilidade daqueles que estão em posse da informação. Para se tornar um comensal, o colunista político firma um acordo tácito de mútua cooperação, com o qual o colunista político recebe material exclusivo, mas fica sujeito a reportar os acontecimentos sob a ótica das fontes. Foi o que aconteceu durante a ditadura: apesar de muitos jornalistas do período alegarem que se não tivesse cedido às exigências do governo não conseguiriam divulgar notícias sobre os bastidores do regime, é questionável o quanto dessas notícias os próprios militares não desejavam trazer a público.

No Japão, acordo semelhante tem funcionado como uma barreira para conter o avanço da imprensa estrangeira no país e surpreende pelo nível de organização e sofisticação. Fundado há mais de um século, o clube de imprensa japonesa (*kisha*) é formado por um grupo de empresas de comunicação que detém o monopólio das informações do governo e de setores econômicos. A importância de um clube é mensurada pela proximidade com as fontes do poder. Estima-se que dezessete empresas – incluindo cinco jornais nacionais, quatro grandes jornais regionais, duas agências de notícias e seis empresas de radiodifusão – tenham acesso privilegiado ao Gabinete do Primeiro-Ministro e à sede dos partidos políticos. Os membros do clube *kisha* também dispõem de escritórios localizados na sede da Polícia, da Bolsa de Valores de Tóquio (*Tokyo Stock Exchange*), da Federação Japonesa de Negócios (*Nippon Keidanren*),

dentre outras instituições. As empresas de comunicação filiadas ao *kisha* podem enviar até dez jornalistas para um determinado clube. De maneira que, conforme a relevância do órgão, os clubes chegam a abrigar centenas de jornalistas. Os sócios usufruem de instalações amplas, com linhas de telefone e fax gratuitos. Alguns clubes disponibilizam refeitórios e quartos de dormir. Outros oferecem serviço de office-boy e foram equipados com poltronas confortáveis, aparelhos de chá e tabuleiros de jogos.

Na prática, os clubes operam como um cartel, com regras rígidas que controlam as atividades dos membros. Dentro dos clubes, os repórteres, geralmente, têm acesso aos mesmos recursos, recebem os mesmos briefings e comparecem aos mesmos eventos. Os repórteres também se revezam na função de secretário do clube, cuja principal atribuição consiste em recolher as perguntas antes das coletivas de imprensa para repassá-las às fontes. As empresas de comunicação filiadas ao *kisha* fiscalizam umas as outras para impedir a publicação de notícias impróprias. Quando um membro ameaça divulgar um escândalo contrário aos interesses do clube, os demais membros se mobilizam para dissuadi-lo. Cada clube dispõe de autonomia para desenvolver as próprias regras de punição. Na maioria dos clubes existe um “quadro negro” com informações sobre quais assuntos os repórteres não devem escrever. Se um jornalista, por exemplo, publica uma história baseada numa declaração *off-the-record*, o veículo para o qual ele trabalha pode ser temporariamente proibido de participar das atividades do clube. Ao antecipar a divulgação de um briefing ou publicá-lo numa data posterior ao combinado, o veículo deve retratar-se com os demais membros. As regras de punição visam evitar atritos entre os repórteres e as fontes.

Embora haja centenas de clubes espalhados pelo país, para ingressar no *kisha* é preciso ser filiado a Publicações de Jornais Japoneses e Associação de Editores (*Japan Newspaper Publishers & Editors Association*) ou organização similar. A filiação também está sujeita à aprovação de, no mínimo, dois membros do clube. Contudo, a adesão não é gratuita: todo veículo de comunicação filiado ao *kisha* tem que pagar uma quantia mensal referente a cada repórter associado. A existência dos clubes divide opiniões. Os membros alegam que os clubes têm “forçado” o governo a divulgar, em tempo ágil, informações que beneficiem os leitores. Para os críticos, no entanto, a maior parte do conteúdo dos jornais e noticiários de TV é composta de anúncios do governo, há uma certa uniformidade na seleção das notícias, na abordagem a determinados assuntos e no processo de edição. Não obstante, os críticos afirmam que o *kisha* incita um comportamento inadequado dos jornalistas junto a empresários, legisladores e funcionários do governo. Segundo o pesquisador Yamamoto Taketoshi (1989, p.382), apesar de mal vista, a relação entre as autoridades e os jornalistas associados é

extremamente vantajosa para ambos: “*O Clube de Imprensa Japonesa tem facilitado a vida de todos. Os jornalistas não precisam se preocupar em escavar informações. E os ministros não precisam se preocupar que informações indesejáveis cheguem ao público*”.

Todavia, as críticas mais contundentes não são direcionadas ao funcionamento dos clubes em si, mas a quem é concedido os privilégios. Os clubes de imprensa vendam a participação de empresas de comunicação estrangeiras, jornalistas de web, *freelancers* e revistas japonesas. De modo geral, a imprensa internacional tem pressionado o governo japonês a permitir o acesso às informações oficiais e às coletivas de imprensa. Em 2003, a União Europeia divulgou um relatório acusando os clubes de imprensa de excluírem os correspondentes estrangeiros. Entretanto, de acordo com Kanako Takahara (2007), essa situação começou a mudar. Depois de muitas negociações, a *Reuters*, a *Associated Press* e a *Bloomberg* se tornaram membros-observadores de alguns clubes em Tóquio, com direito a assentos, porém sem autorização para fazerem perguntas durante as coletivas de imprensa. Takahara não esclarece os termos das negociações tampouco se as agências de notícias tiveram que pagar para ingressar no clube. Noutro episódio descrito por Takahara (Idem), em 2001, o governador Yasuo Tanaka fechou dois clubes e no lugar inaugurou um centro de mídia aberto a todos os jornalistas, inclusive *freelancers* e redatores de websites e revistas.

Apesar dos episódios narrados por Takahara, qualquer tentativa de abolir o *kisha* encontra resistência, já que os clubes satisfazem as investidas do governo em controlar a mídia e, simultaneamente, eliminam a concorrência entre as empresas de comunicação filiadas. Embora não neguem as vantagens obtidas pelos membros do clube, Pak Hung Au e Keiichi Kawai (2011, p. 09) veem o *kisha* como um símbolo de captura da mídia pelo governo, com respaldo da própria mídia: “*Em vez de antecipar histórias e dar forma emergente às notícias, a imprensa japonesa responde principalmente a uma agenda do discurso político que já tenha sido definida.*” De fato, os jornalistas associados ao *kisha* não publicam nenhum tipo de material condenando as ações do governo. No Japão, o jornalismo investigativo é produzido somente por iniciativa dos repórteres excluídos dos clubes.

Para Pak Hung e Keiichi Kawai, não há instituição similar ao *kisha* fora do Japão. Porém, durante o regime militar, havia no Rio de Janeiro o Clube dos Repórteres Políticos, formado por um grupo de repórteres que, ocasionalmente, convidavam uma pessoa ilustre para almoçar. Apesar da organização informal, o Clube dos Repórteres Políticos tinha uma lógica semelhante ao *kisha*: facilitar a cooperação entre os repórteres e as fontes. A principal diferença é que o Clube dos Repórteres Políticos dispunha de menos recursos – cada repórter pagava o próprio almoço, enquanto as despesas do convidado eram divididas entre os membros do clube.

Há também uma clara inversão de papéis: enquanto no *kisha*, são os políticos e as autoridades que se esforçam para estreitar as laços com os repórteres; no Clube dos Repórteres Políticos são os repórteres que buscam aproximar-se das fontes.

Não obstante, a criação do *kisha* e do Clube dos Repórteres Políticos tem algo em comum: disputa pelo controle da informação. Desde a fundação do primeiro *kisha*, o governo japonês tem manipulado a produção de notícias no país. Já o Clube dos Repórteres Políticos foi criado numa tentativa de burlar a censura militar, embora Luiz Antonio Villas-bôas Corrêas (1998, p.20) alegue que o clube servisse ao propósito de desenvolver uma agenda política no Rio de Janeiro, uma vez que a cidade perdera importância no cenário político em virtude da transferência da capital para Brasília. A fim de satisfazer esse objetivo, políticos e autoridades deslocavam-se de Brasília, para participar de entrevistas coletivas, a convite do Clube dos Repórteres Políticos. Ulysses Guimarães foi um dos convidados mais assíduos do clube: “Almoça sexta-feira, no Clube dos Repórteres Políticos do Rio, o presidente nacional do MDB, Deputado Ulysses Guimarães” (Informe JB: 1976, p.06). Segundo Dácio Malta (2008, p.09), tamanha era a notoriedade do Clube dos Repórteres Políticos que Ulysses Guimarães lançou a candidatura no clube.

Ademais, quando Pak Hung e Keichi Kawai afirmam não haver instituição similar ao *kisha*, os autores ignoram determinadas práticas que, por questões éticas ou busca por legitimidade, foram dissociadas do jornalismo. Comparativamente, a conduta do colunista político e de um repórter filiado ao *kisha* é a mesma: ambos condicionam as notícias às expectativas das fontes, seja para preservar o contato com as fontes, seja para obter regalias. No entanto, no Japão, o envolvimento entre os repórteres e as fontes é explícito, enquanto no Brasil está encoberto por critérios e valores herdados do modelo de jornalismo norte-americano, como a objetividade e a imparcialidade, segundo os quais os jornalistas devem ser independentes. Mais do que independentes: os manuais de redação orientam os jornalistas a não romperem os limites do “profissionalismo” e se envolverem com as fontes. Todavia, longe dos holofotes, essa convivência nem sempre é conflituosa ou *stricto* senso profissional, principalmente no que se refere à Brasília, onde jornalistas e fontes muitas vezes compartilham relações afetivas, familiares, de compadrio e de amizade, mesmo em períodos de crise política. Os mais céticos, talvez, olhassem com estranheza a seguinte notícia:

Jarbas Passarinho (Arena), Arnaldo Prieto (Arena), Marcos Freire (MDB), Fernando Lira (MDB), Francisco Amaral (MDB) e José Roberto Faria Lima (Arena), eis os atletas que deverão formar o escrete de voleibol do Congresso para a revanche desta noite, em Brasília, contra o time da imprensa. Na primeira, perderam feio (Informe JB: 1975, p.06).

Porém, se existe um ímpeto de rotular tal comportamento como imoral, inadequado e corruptível; é porque do outro lado há um forte discurso de que a imprensa e as instituições políticas e econômicas não têm qualquer grau de afinidade ou interesses em comum. Em contrapartida, quando a realidade se mostra diferente, o assunto tende a ser encoberto pela imprensa, quando não tratado como um escândalo ou exceção à regra. E foi essa a reação (encobrir) de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), da Assembleia Legislativa do Paraná, instalada no regime militar, para apurar irregularidades nas relações entre o governo do Estado e a imprensa: “[as relações] são meramente comerciais e não interferem na linha editorial dos veículos” (Informe JB: 1975, p.06). O caso veio à tona através da denúncia de que há várias décadas o governo do Paraná adquirira o hábito de pagar mesadas fixas aos jornais e às emissoras. O esquema de pagamentos de mesadas repercutiu na imprensa:

O Palácio Iguazu estabelecia tarifas e enviava páginas e páginas de notícias oficiais laudatórias do governador e de seus assessores para os jornais. Estes, as publicavam sem qualquer caracterização publicitária. Ou seja, o leitor passou anos pensando que lia o trabalho de um repórter acerca de uma viagem do Governador quando, na realidade, estava diante de um texto preparado pelo próprio Governo. Se o jornal lhe tivesse sido dado de graça, isso seria razoável. Mas, levando-se em conta que se paga pela notícia, é claro que há na transação flagrante engodo do distinto público (Idem).

Embora no texto acima, escrito por um colunista do Jornal do Brasil, o episódio envolvendo a imprensa e o governo do Estado do Paraná tenha sido retratado com um caso isolado, fica evidente que o hábito de publicar relatórios oficiais como se fossem notícias não é uma especificidade do *kisha*, mas afeta também a imprensa brasileira. Entretanto, o tema é difícil ser investigado, pois atinge direta ou indiretamente grandes empresas de comunicação no Brasil.

2.3 COLUNISTA POLÍTICO – O AGENTE POLÍTICO:

Com enfoque na imprensa tailandesa, o pesquisador Duncan McCargo (2000, p.30) definiu os colunistas como agentes políticos claramente partidários, que participam ativamente da arena política, impulsionados, porém, por motivações pessoais. Traçaremos neste item um paralelo entre o perfil do colunista tailandês e o colunista político brasileiro. Afora as características comuns entre ambos, conjecturaremos que o colunista político brasileiro também é um agente político.

Por volta de 1992, McCargo (Ibid., p.31) avalia que existiam na Tailândia mais de doze jornais publicados em língua tailandesa, seis em língua chinesa e mais dois em língua inglesa. Esses jornais se subdividiam em quatro grupos: jornais de circulação de massa, com perfil sensacionalista (*Thai Rath*, *Daily News* e *Khao Sot*); jornais com ênfase em economia e política (*Matichon*, *Siam Rath* e *Siam Post*); e jornais mantidos por indivíduos ricos com interesse em política (*Daily Mirror*, *Dao Sayam* e *Ban Muang*). Tradicionalmente, o jornalismo na Tailândia funciona muito mais como um instrumento de poder político e econômico do que como uma atividade lucrativa. Somente uma minoria dos jornais tailandeses obtém lucro regular e consistente, dentre eles: o *Thai Rath*, *Daily News*, *Matichon*, *Khao Sot*, *The Nation*, *Krungthep Thurakit* e o *Bangkok Post*. O *Daily News*, o segundo jornal mais vendido no país, talvez, seja o único cujos proprietários não estejam envolvidos em atividades políticas.

Do ponto de vista formal, os proprietários legais do jornal são aqueles que detêm ações na empresa. Contudo, os jornais tailandeses apresentam ainda proprietários informais, isto é, colunistas proeminentes e editores que controlam determinadas páginas ou seções do jornal, dispostos a vender ou alugar esses espaços em troca de favores e dinheiro. Portanto, o poder e a influência dos jornais tailandeses concentram-se não só nas mãos dos proprietários, mas dos editores e colunistas. Os colunistas políticos, em especial, têm a capacidade de influir na conjuntura política, valendo-se da coluna para apoiar determinados indivíduos, grupos e instituições.

O conteúdo político dos jornais tailandeses é dividido em duas categorias: “notícias” (opinião de figuras proeminentes, como políticos e burocratas) e “comentários” (opinião de profissionais de relevo do universo do jornalismo). Como o acesso a informações na Tailândia é uma questão de privilégio, não há possibilidade de se publicar histórias exclusivas sem estabelecer laços pessoais com as fontes. A afinidade com as fontes é tamanha que muitos colunistas se colocam à disposição de interesses partidários para obter bens materiais, como casas, carros de luxo e até salários fixos. Uma vez que a legislação do país proíbe a participação de políticos em empresas jornalísticas, muitos políticos acabam efetuando pagamentos clandestinos a colunistas políticos e editores para ganhar visibilidade midiática. Outros políticos, no entanto, desrespeitam a legislação e assinam colunas políticas usando pseudônimos.

McCargo (Ibid., p.145) classifica os colunistas políticos tailandeses em três grupos: “populares”, “escritores” e “acadêmicos”. Conhecidos por *nakkian*, os “escritores” se dirigem a um público mais escolarizado e utilizam as colunas políticas para defender padrões éticos e morais na vida pública. Já os colunistas “acadêmicos” são formados por *freelancers* e

professores universitários, adeptos à produção de análises sobre questões sociais e políticas, desenvolvidas num estilo de escrita erudita e de difícil compreensão. Tal como o nome sugere, os colunistas “populares” escrevem para um público de massa, de modo totalmente partidário. São os colunistas “populares” que melhor exercem a função de agente político, procurando intervir nos debates públicos e nas questões concernentes ao Estado. Independente de classificação, os colunistas políticos agem como uma espécie de lobista, sempre em defesa de alguma causa que possa trazer-lhes vantagens pessoais.

Na Tailândia, os repórteres são profissionais de status secundário. Ao contrário dos colunistas, os repórteres não têm autorização para expressar opinião e trabalham como se fossem relações públicas, reproduzindo pronunciamentos oficiais. Em geral, não são os repórteres que procuram as fontes, são as fontes que vão atrás dos repórteres para fornecer algum tipo de informação. A maioria dos jornais tailandeses não possui repórteres contratados nas áreas de província, preferindo recorrer aos *freelancers* da região. Os *freelancers* raramente reportam as notícias com objetividade, pois estão envolvidos com empresários e autoridades locais. Habitados com a cobertura jornalística realizada na capital, a maioria dos repórteres não demonstra qualquer interesse em se deslocar para as províncias, exceto quando é para acompanhar algum político ou durante as eleições.

Por questões de hierarquia, no Brasil, os editores e também colunistas políticos seguem a linha editorial definida pelos proprietários dos jornais. Embora as colunas políticas sejam vistas como espaço de opinião, o conteúdo produzido pelos colunistas não costuma contrariar as orientações vindas de cima. Assim como os colunistas políticos tailandeses, os colunistas políticos brasileiros se veem como “formadores de opinião”. Prova disso é que os jornais investem pesadamente na imagem do colunista como um especialista, correlacionando o conteúdo das colunas políticas a um discurso de autoridade. Consequentemente, Rogério Martins de Souza (Op. Cit. p.223) argumenta que há um certo exagero no número de colunistas nos jornais e denomina esse processo de “colunização da mídia impressa”.

Contudo, os colunistas políticos brasileiros não desfrutam do mesmo grau de autonomia dos colunistas políticos tailandeses. Apesar de usufruírem de relativa liberdade para escrever, os colunistas políticos brasileiros são mais suscetíveis a substituições e demissões, conforme mude o panorama político. Em parte isso acontece porque, ao contrário dos colunistas políticos tailandeses, alguns colunistas políticos brasileiros tendem a se manter fiel a um determinado partido ou corrente política. Basta uma leitura um pouco mais atenta para ser capaz de identificar qual colunista político brasileiro é “oposição” ou “situação”. Por sua vez, os colunistas políticos tailandeses se colocam simultaneamente a serviço de vários partidos, desde

que tais alianças sejam vantajosas. Em síntese, podemos afirmar que os colunistas políticos tailandeses são partidários e “promíscuos”.

Quer na Tailândia, quer no Brasil, o colunista político se destaca por ter acesso privilegiado às informações, em decorrência da afinidade com as fontes. Nesse aspecto, os colunistas políticos brasileiros se aproximam dos repórteres tailandeses: os colunistas não procuram as fontes, as fontes têm maior interesse em contactá-los. As colunas políticas despertam fascínio nas fontes, pois sintetizam o que há de mais relevante no noticiário político. Frequentemente, os assuntos abordados pelos colunistas políticos rendem novas reportagens. Esse seria mais um diferencial das colunas políticas, no Brasil: elas não são constituídas estritamente de material opinativo, há também notícias, vazamentos, denúncias e escândalos, divulgados com a cooperação das fontes.

Não existe, porém, evidências de que as os colunistas políticos brasileiros recebam bens materiais para favorecer políticos e autoridades. O tema em si é complexo para ser investigado, em razão do isolamento dos colunistas e fontes, em Brasília. A princípio, os colunistas adquirem recursos por outros meios: quanto mais próximos de fontes do poder, maior a probabilidade de divulgar informações exclusivas. E quanto mais informações exclusivas, maior é o prestígio dos colunistas junto aos leitores e à direção do jornal. Por conseguinte, os colunistas têm mais chances de permanecerem no cargo e conquistarem salários mais elevados em comparação aos repórteres.

É justamente a proximidade com as fontes que faz do colunista político brasileiro um agente político “claramente partidário”. Se atentarmos para o governo Geisel, eram inúmeras as fontes que ansiavam em colaborar com o colunista: funcionários públicos insatisfeitos com o regime, militares “moderados”, políticos da oposição, exilados políticos, empresários, intelectuais, burocratas, membros da cúpula do governo, líderes sindicais etc. Todavia, nem todas as fontes tinham suas reivindicações atendidas tampouco dispunham da mesma visibilidade. Enquanto agente político, o colunista político valia-se da notoriedade pessoal para defender e legitimar certas causas, quando não intervir diretamente no debate público, propondo soluções para a crise política e econômica na qual o Brasil estava submerso.

Por outro lado, na condição de comensal, o colunista político está mais propenso a “tomar partido” nas questões do governo. Assim, o colunista político cumpre a mesma função de um lobista, ou seja, alguém que foi “contratado” (informalmente) para convencer outros acerca de um determinado ponto de vista. E durante o governo Geisel, o protagonismo do colunista político enquanto lobista era fundamental, pois era preciso persuadir a sociedade de que o presidente tinha sob controle uma série de problemas que ameaçavam o regime, como: a

queda do produto interno bruto, o aumento da inflação, a insubordinação dos militares “radicais”, o fortalecimento da oposição, a onda de violência, dentre outros.

2.4 COLUNISTA POLÍTICO – O AGENTE DE ESTABILIDADE:

Neste tópico, apresentamos outra definição para o papel do colunista político, ou seja, o colunista político é um agente de estabilidade. O termo foi extraído da obra do pesquisador Duncan McCargo (2003), para quem a imprensa é caracterizada como uma instituição polivalente e que desempenha três funções: “agente de estabilidade”, “agente de contenção” e “agente de mudança”. De acordo com McCargo, a imprensa atua como “agente de estabilidade” ao contribuir para a preservação da ordem social e política, como “agente de contenção” ao monitorar as ações do governo e como “agente de mudança” quando está diretamente envolvida na transição de um regime (ou governo) para o outro. Ao caracterizar a imprensa como polivalente, McCargo sugere que a instituição pode desempenhar alternadamente as três funções. É possível ainda atuar simultaneamente como “agente de contenção” e “agente de mudança” – nesse caso, a imprensa se empenha em denunciar irregularidades de um determinado regime/governo a fim de que outro seja estabelecido.

Em nota, a expressão “agente de contenção” tem um significado semelhante à concepção da imprensa como “cão de guarda” (*watchdog*), a quem caberia a função de manter o governo sob um controle externo (ALBUQUERQUE: 2009). Todavia, a percepção da imprensa como “cão de guarda” tem sido cada vez mais criticada, sobretudo, por não incorporar os interesses dos cidadãos. Isso porque, para muitos autores, a noção de interesse público no jornalismo seria apenas um subterfúgio, já que a imprensa tem mantido relações complacentes com Estado e o mercado financeiro. Segundo Silvio Waisbord (2000), pelo menos até 1970, seria inadmissível usar a expressão “cão de guarda” para se referir ao jornalismo produzido na América Latina, pois a imprensa latino-americana durante décadas ignorou os abusos cometidos pelas autoridades para apoiar candidatos e promover dogmas de partido e alianças políticas.

Especificamente num regime autoritário, a função da imprensa enquanto “agente de contenção” tem uma eficácia restrita, pois o governo adota uma série de medidas para minar o poder de fiscalização da imprensa, como: controlar o acesso às informações, cassar concessões públicas, cortar subsídios de empresas de comunicação privadas no intuito de levá-las à falência e até mesmo decretar o fechamento de veículos. A imprensa também deixa de atuar como

“agente de contenção” quando se coloca a serviço de um governo autoritário e passa a desempenhar a função de “agente de estabilidade”, conferindo legitimidade ao regime. Logo, argumentaremos que a imprensa, representada na figura do colunista político, operou como um agente de estabilidade.

Já a pesquisadora Layanna Azevedo (Op. Cit.), ao investigar as relações entre imprensa e Estado no Brasil, tendo como foco a coluna política do jornalista Carlos Castello Branco, também dando ênfase ao período de transição (1974-1979), concluiu que o colunista político exerce uma função análoga a de um “agente de mudança”. Mesmo que Azevedo não tenha utilizado a expressão “agente de mudança”, tal significado está implícito quando a pesquisadora (Ibid., p.15) afirma que o referido estudo pretende “*atentar para o papel do próprio colunista como agente na transição política...*”. De certo, Azevedo não ignora o fato de que a transição política no Brasil ocorreu de modo autoritário, tanto à esquerda quanto à direita do quadro político. Motivo pelo qual, muitos autores, incluindo a própria Azevedo, recorrem à expressão “modernização conservadora”, cunhada por Barrington Moore Jr. (1983), ao se referir ao processo de transição democrática brasileira: é uma “revolução vinda de cima”, feita pelas classes dominantes.

Porém, Azevedo não se detém em discutir como a transição política reverberou para a Coluna do Castello. A atenção de Azevedo recai sobre os agentes envolvidos nesse processo – as elites políticas e o jornalista Carlos Castello Branco. Nesse sentido, Azevedo (Ibid., p.30) atesta que Carlos Castello Branco foi “**um agente de relevo**” [grifo nisso]. Independentemente de a transição política ter representando ou não uma mudança efetiva, para Azevedo a maior relevância está no comprometimento dos agentes com o processo, sobretudo o jornalista Carlos Castello Branco. Posto assim, o jornalista Carlos Castello Branco é um agente de mudança responsável por negociar com as elites do país, por meio da coluna política, o projeto de Geisel. Isso fica evidente numa das citações de Azevedo:

Já durante o período de distensão, (...), o presidente Ernesto Geisel não sabia como convencer a opinião pública de que continuava com a intenção inalterada, mesmo depois de ter fechado o Congresso e ter baixado o “Pacote de abril” [1977]. **O ministro da Justiça, Petrônio Portella, interessado em dar prosseguimento ao processo de abertura política, aconselhou-o: ‘Só há um homem no Brasil que fará com que se acredite que o senhor quer mesmo fazer a abertura política. Este homem é o jornalista Carlos Castello Branco’.**

(AZEVEDO apud PEREIRA, 2007: p. 9. Grifo de Azevedo)

Entretanto, propomos outra chave interpretativa, segundo a qual o colunista político é um “agente de estabilidade”. Ademais, a experiência em outros países revelou que apesar de

fundamental, a imprensa por si só não é capaz de desencadear o processo de transição. Para reforçar nosso argumento, relataremos brevemente o caso das Filipinas, da Coreia do Sul e da Indonésia.

2.4.1 O Caso das Filipinas:

Ao contrário do que acontece em muitos países, os jornais nas Filipinas não são voltados para o lucro – a maioria depende pesadamente do subsídio dos proprietários. Em decorrência, os jornais refletem as vozes dos proprietários e também de grupos políticos e empresariais. Durante o governo de Ferdinand Marcos (1965-1986), muitos desses subsídios foram angariados por grupos ligados ao presidente. Por outro lado, publicações hostis a Marcos enfrentaram perseguições ou mesmo foram fechadas. Marcos foi eleito presidente pelo Partido Nacionalista em 1964, sendo reeleito em 1969 e 1981. Uma vez empossado, Marcos elaborou uma nova constituição atribuindo mais poderes ao presidente. Devido à crescente insatisfação da população para com o governo, Marcos decretou a lei marcial e mandou prender opositores, dentre eles o ex-senador Benigno “Ninoy” Aquino. Na prisão, Aquino sofreu um ataque cardíaco e acabou se mudando com a família para os Estados Unidos, em busca de tratamento médico.

Aquino planejava voltar para as Filipinas para desafiar Marcos nas eleições de 1984. No entanto, ao regressar ao país, Aquino foi misteriosamente baleado no Aeroporto de Manila, no dia 21 de agosto de 1983. Com a morte de Aquino, aumentou a insatisfação popular e Marcos se viu obrigado a convocar novas eleições, em 1986. A oposição então se reuniu em torno da viúva de Aquino e esta venceu as eleições. Tão logo a viúva de Aquino assumiu a presidência, Marcos se exilou no Havaí. Embora não tenha sido o motor da crise política nas Filipinas, a imprensa contribuiu para a queda de Marcos. Depois do assassinato de Aquino, jornais pequenos e independentes se multiplicaram pelo país fazendo críticas ao governo. A oposição também se empenhou em minar a credibilidade de jornais apoiadores de Marcos. A atuação da Rádio Veritas, estação controlada pela Igreja Católica, foi fundamental para a derrocada de Marcos. No dia 22 de fevereiro, a Rádio Veritas transmitiu um apelo à população para que se abrigassem em acampamentos do Exército. Dois dias depois, os transmissores da Rádio Veritas foram destruídos por tropas leais a Marcos, desencadeando outra onda de protestos. A Rádio Veritas continuou a transmitir seus comunicados através de estações clandestinas. Finalmente, no dia 25 de fevereiro, Marcos foi expulso das Filipinas.

Baseado no caso das Filipinas, McCargo (2003, p.33) conclui que a imprensa pode até auxiliar na transição de um regime, desde que receba o apoio da classe média. Mas a imprensa

não tem a capacidade de iniciar o processo de transição tampouco conduzi-lo sozinha. Tanto a Radio Veritas quanto os jornais independentes foram decisivos para o colapso do regime de Marco. Porém, se a população não estivesse insatisfeita com o governo, o número de pessoas que aderiram aos protestos seria menor, mesmo porque muitos jornais eram favoráveis a Marcos.

2.4.2 O Caso da Coreia do Sul:

A Coreia do Sul esteve sob o domínio de regimes militares por mais de três décadas (1960/1970/1980). Nesse período, a imprensa foi usada para legitimar os governos militares e perpetuá-los no poder. Não obstante a liberdade restrita, jornais e emissoras de televisão eram pressionados a divulgar assuntos do interesse do governo. Contudo, a transição democrática não implicou numa ruptura definitiva com o passado autoritário. Embora a imprensa sul-coreana tenha se tornado mais livre, o Estado continuou ditando as regras de convivência. Se antes a imprensa mantinha uma relação de conluio com o governo, desde a democratização o diálogo tem sido pautado conforme a possibilidade de obter benefícios políticos e econômicos.

O controle direto sobre a imprensa sul-coreana só arrefeceu a partir de 1987, quando o governo militar liderado por Roh Tae-Woo (1987-1992) anunciou a liberalização da mídia, concedendo assim uma liberdade de imprensa limitada. Tae-Woo aboliu o sistema de credenciamento – para ter acesso privilegiado às informações do governo – e o sistema de licenciamento, que só permitia um jornal por província. Apesar de as mudanças terem tornado a cobertura jornalística mais plural, a imprensa atuava invariavelmente dentro dos limites estabelecidos pelo regime. Os jornalistas puderam produzir reportagens mais críticas e buscar informações junto a fontes não governamentais, como os partidos de oposição. Temas anteriormente considerados tabus ganharam destaque, a exemplo da questão da Coreia do Norte e notícias militares. No entanto, para Ki-Sung Kwak (2005, p.124), ao ceder às exigências do governo, a imprensa sul-coreana desempenhou um papel irrisório na transição democrática. Segundo Ki-Sung Kwak (Idem), o processo de transição política na Coreia do Sul evidenciou uma certa polarização entre o Estado e os meios de comunicação: enquanto os jornais conservadores se alinharam aos partidos de oposição, as emissoras de TV se posicionaram a favor do governo e do partido que estava no poder. De modo que, qualquer tentativa do governo em enfraquecer a imprensa encontrava resistência dos jornais conservadores.

Em 1993, a Coreia do Sul elegeu pela primeira vez em três décadas um presidente civil. O surgimento de um governo fraco e a estrutura de poder descentralizada contribuíram para que a imprensa aparentemente operasse livre. Todavia, por trás da fachada de autônoma, a imprensa

sul-coreana continuou a sofrer interferências do governo. Eleito presidente em 1997, Kim Dae-Jung submeteu as empresas de comunicação a auditorias fiscais e à taxaço de impostos. Pelas normas do direito tributário sul-coreano, toda empresa com mais de 10 bilhões em ativos deve ser submetida à auditoria fiscal, pelo menos uma vez a cada cinco anos. Até então, as empresas de comunicação vinham sendo poupadas de tais auditorias em troca de atenuar as críticas ao governo. Ao romper com o “acordo”, Kim Dae-Jung foi acusado pelos partidos de oposição e jornais conservadores de cercear o trabalho de imprensa. Entretanto, Kim Dae-Jung encontrou nas auditorias fiscais um mecanismo legal para manter o controle sobre os meios de comunicação: *“Enquanto os governos autoritários adotaram medidas de controle mais sutis e indiretos a fim de melhor camuflar sua ilegitimidade política, os governos civis usaram medidas mais diretas e legítimas - auditorias fiscais e ações judiciais (KWAK, Op. Cit., p.134).”*

A experiência da Coreia do Sul evidencia que o processo de transição pode representar muito mais um discurso político do que uma mudança real. A instituição de um regime democrático na Coreia do Sul não extinguiu determinadas práticas autoritárias, sobretudo relativas à imprensa. E, tal como nas Filipinas, a imprensa sul-coreana também não foi responsável pela mudança de regime, embora tenha sido um ator relevante. É possível constatar ainda que a imprensa não é uma instituição homogênea: como dito anteriormente, os jornais conservadores atuaram simultaneamente como “agentes de contenção”, unindo-se à oposição para fiscalizar as ações do governo, e “agente de mudança”, propagando o fim de governo autoritário de Roh Tae-Woo; enquanto as emissoras de TV desempenharam o papel de “agente de estabilidade”, apoiando os governantes.

2.4.3 O Caso da Indonésia:

Hadji Mohamed Suharto governou a Indonésia entre 1966 e 1998. Suharto chegou à presidência através de um golpe de estado que destituiu o presidente Achmed Sukarno, este no poder desde o fim da colonização holandesa. Suharto impôs um regime nacionalista, anticomunista, centralizado, militarizado, com restrita participação política popular e liberdade de imprensa. Dentre os métodos empregados para controlar a imprensa, havia censura formal (e informal), suspensão temporária ou permanente de publicações, rigoroso regime de licenciamento para todas as publicações e monitoramento dos jornalistas por meio de uma associação financiada pelo Estado, denominada *Persatuan Wartawan Indonesia*.

Assim como no caso brasileiro, os altos índices de crescimento econômico contribuíram para que Suharto permanecesse na presidência apesar da violência perpetrada pelo governo. Estimasse-se que o regime de Suharto tenha executado quase um milhão de pessoas, sendo 200 mil só no Timor Leste, em 1975 (CERQUEIRA: 2008). Contudo, entre os anos 60 e 90, a Indonésia compunha os chamados “tigres asiáticos”, juntamente com a Coreia do Sul, Malásia, Taiwan, Cingapura, Tailândia e Hong Kong. Considerados modelos de desenvolvimento, esses países cresciam às custas do capital estrangeiro, de recursos naturais e mão de obra barata. Para atrair mais investimentos para o país, Suharto baixou um decreto isentando os grupos estrangeiros de impostos por cinco anos. Todavia, na segunda metade dos anos 90, o modelo sustentado pelos tigres asiáticos ruiu devido ao declínio das exportações de bens de consumo, ao aumento do déficit público e à dependência de empréstimos estrangeiros. A necessidade de financiamento externo deixou os tigres asiáticos vulneráveis a ataques especulativos, levando a economia desses países à falência. Só a Indonésia acumulou uma dívida equivalente a 170% de seu produto interno bruto. A intervenção do Banco Mundial desencadeou uma onda de protestos, impulsionada pelos estudantes, que se espalhou pelas ruas de Jacarta e de outras cidades. Suharto não resistiu às manifestações e entregou o cargo para o vice-presidente Jusuf Habibie.

A imprensa foi fundamental em apoiar as tentativas de Suharto em contornar a crise na Indonésia. No início dos protestos, a imprensa abordou o assunto com cautela e ignorou o pedido dos estudantes para que Suharto abandonasse a presidência. Setores militares do governo encorajavam jornalistas a publicar histórias culpando os empresários chineses pelo caos, enquanto outras publicações desviavam atenção dos problemas econômicos enfrentados pelo país. Somente quando Suharto decidiu afastar-se, a insatisfação dos indonésios ganhou destaque na imprensa. Ainda assim, apenas os militares foram responsabilizados pelo desaparecimento de estudantes e ativistas políticos.

Como a maioria dos veículos estava sob o domínio dos aliados de Suharto, a cobertura dos eventos era predominantemente favorável ao presidente. De acordo com Angela Romano e Blythe Seiner (2005, p. 127), a agência de notícias Antara estava “tão intimamente ligada à liderança de Suharto”, que outros veículos utilizam o conteúdo da agência como referência. Tão logo Suharto assumiu a presidência, a agência ganhou fama de operar como porta-voz do governo. Assim, quando a Antara circulava uma determinada notícia, as demais publicações se sentiam confiantes para fazer o mesmo. Algumas publicações, inclusive, abriam mão das próprias fontes e citavam apenas a Antara como forma de evitar sanções do governo, por se tratar de material seguro e autorizado. Antara funciona como uma organização semi-estatal que

atende a cerca de 70 organizações de notícias na Indonésia, além de correspondentes estrangeiros.

Com o fim do regime de Suharto, milhares de novos jornais, revistas e outras organizações midiáticas se estabeleceram na Indonésia. Uma vez empossado, Jusuf Habibie se comprometeu a conceder autonomia aos jornalistas. Para tanto, aprovou a Lei nº 40/1999, que consagra os direitos dos jornalistas à liberdade de expressão. Porém, a respectiva lei não rescindiu o direito de o presidente nomear o editor-chefe de agência de notícias Antera. Para Angela Romano e Blythe Seiner (Ibid., p. 121), essa situação aumenta potencialmente os riscos de haver informações censuradas. A princípio, a legislação determina que o presidente submeta os nomes dos indicados ao cargo de editor-chefe da Antara à Câmara dos Deputados. Mas a medida não tem nenhum efeito prático, pois, historicamente, o presidente tem controlado mais da metade da composição do Parlamento. Como a Antera depende dos subsídios do Estado, esta acaba sendo outra forma de o presidente pressionar a agência.

2.4.4 O Caso do Brasil:

Retomando a discussão, reafirmamos que no Brasil, a imprensa atuou como um “agente de estabilidade”. Ao contrário do ocorrido nas Filipinas, onde os jornais criticavam abertamente o governo, vale lembrar que no Brasil vários jornais mostraram-se favoráveis à tomada do poder pelos militares e mesmo após o endurecimento do regime continuaram a defender o governo autoritário. Prova disso é fala bastante emblemática de Nascimento Brito, então proprietário do Jornal do Brasil, ao declarar em 1979 que: “*O golpe de 64, o JB [Jornal do Brasil] apoiou e apoia até hoje. Antes, durante e depois...* (RIBEIRO: 2007, p.163)”. Não obstante, houve um esforço dos presidentes militares, do marechal Humberto Castello Branco a Ernesto Geisel, em cooptar jornalistas e colunistas políticos influentes a fim de legitimar a chamada “Revolução⁴”. Especificamente na gestão de Geisel, os jornalistas e colunistas políticos foram “convocados” a contribuir com a estabilidade de um governo ameaçado de ruir face a gravidade da crise econômica, da crise política alavancada pelas disputas entre os “radicais” e os “moderados” e também da onda de insatisfação que atingia setores estratégicos da sociedade, como o empresariado paulista.

Ademais, como frisou Celina Rabello Duarte (1987, Op. Cit.), antes mesmos de Geisel tomar posse, os assessores do futuro presidente participavam de encontros secretos com

⁴ Embora a expressão, hoje, seja bastante criticada por cientistas políticos, historiadores e pesquisadores; uma das exigências os militares foi que o Golpe de 64 deveria ser denominado e impresso como “Revolução”, esta grafada sempre com a letra “R” maiúscula.

jornalistas do Rio e São Paulo, negociando a adesão da imprensa ao projeto de transição em troca do fim da censura dos meios de comunicação. Atentemos ainda ao fato de que na condição de “comensal” e amigo pessoal do Heitor Ferreira (assistente do Gabinete Civil) e do general Golbery, Elio Gaspari não tinha outra alternativa senão colaborar com a estabilidade do governo. Mesmo porque esse foi um dos objetivos do general Golbery ao acordar com Nascimento Brito a indicação de Elio Gaspari como principal redator da coluna Informe JB. O outro objetivo, como falamos antes, seria o de usar a imprensa para dar visibilidade às ações dos “radicais”, já que estes se opunham veementemente ao fim do regime.

ESTADO AUTORITÁRIO BUROCRÁTICO

Dentre os presidentes militares brasileiros, Geisel se destacou por apresentar um perfil essencialmente burocrático e tecnocrático. De acordo com o cientista político Guilherme O'Donnell (1990), tais aspectos constituiriam uma especificidade dos regimes militares que emergiram na América Latina. Considerando os períodos pós-1964 no Brasil, pós-1973 no Chile e Uruguai, 1966 a 1970 e pós-1976 na Argentina e o México contemporâneo; O'Donnell cunhou a expressão Estado Autoritário Burocrático (BA) para definir um tipo particular de autoritarismo desenvolvido nesses países, consequente da industrialização relativamente tardia da região e da dependência de capital, tecnologia e habilidades administrativas estrangeiras.

Segundo O'Donnell (Ibid., p.61), o BA caracterizar-se-ia por: 1) *“Institucionalmente, é um conjunto de organizações no qual adquirem peso decisivo as especializadas na coerção, bem como as que tentam levar a cabo normalização da economia.”*; 2) O país é governado pela instituição militar, ao invés de exclusivamente por militares individuais; 3) Os setores populares são marginalizados econômica e politicamente; 4) Visa promover a normalização da economia e a acumulação de capital em benefício das grandes unidades oligopolistas de capital privado e de algumas instituições estatais; 5) Implica o fechamento dos canais democráticos de acesso ao governo, restritos aos ocupantes da cúpula de grandes organizações, sobretudo as Forças Armadas e as grandes empresas, privadas e públicas; 6) Os atores centrais da coalizão dominante incluem tecnocratas de alto nível – militares e civis, dentro e fora do estado – trabalhando em associação íntima com o capital estrangeiro; 7) *“Para sustentar-se, [o BA] precisa de estreitos laços com as classes dominantes da sociedade nacional e internacional (Ibid., p.97)”*

Embora o trabalho de O'Donnell tenha se tornado referência nos estudos sobre autoritarismo na América Latina, vários autores (COLLIER et.al., 1982) questionam os reais motivos que levaram a implantação dos BAs. Para O'Donnell, o surgimento do BA se deve, inicialmente, às periódicas crises inflacionárias que culminaram na perturbação da ordem social. E também à falta de integração vertical das indústrias nacionais – ao chegar ao fim da fase de substituição da importação de artigos de consumo, o custo de importar os artigos intermediários e os equipamentos necessários para desenvolver a indústria é feito mediante investimento estrangeiro, aumentando, assim, o déficit na balança de pagamento, a dívida

externa e a inflação. Consequentemente, o governo adota políticas mais ortodoxas a fim de conter a insatisfação social provocada pela instabilidade financeira.

No entanto, a correlação entre a implantação dos BAs e o desenvolvimento do setor econômico foi alvo de severas críticas. Segundo Fernando Henrique Cardoso (1982, p. 60), “*É simplista imaginar que um processo capitalista dependente de industrialização possa ter lugar através do autoritarismo.*” Para Albert O. Hirschman (1982, p.85), embora haja uma relação entre os BAs e uma consciência generalizada de que tais países enfrentavam sérios problemas econômicos, “*a busca de uma única dificuldade econômica estrutural específica fundamentando o advento de autoritarismo na América Latina não me parece prometedora*”. Outros autores concebem a burocratização como uma característica intrínseca ao Estado brasileiro, e não somente ao autoritarismo. Acrescentamos ainda o fato de O’Donnell ter formulado o conceito de BA no decurso dos regimes militares, o que daria ao autor uma dimensão parcial dos eventos. Independentemente de quaisquer críticas, três aspectos na obra de O’Donnell coincidem com a conjuntura do governo Geisel: o BA visa à normalização da economia, não se sustenta sem o apoio das classes dominantes e possui como principais atores burocratas e tecnocratas.

Todavia, diferentemente dos primeiros governos militares, quando o país registrou elevadas taxas de crescimento, Geisel encontrou um cenário completamente adverso: os empréstimos estrangeiros tornaram-se mais escassos e o preço do barril do petróleo disparou no mercado internacional. O ano de 1974 registrara uma substancial desaceleração no último semestre e a previsão era de recessão nos primeiros meses de 1975. Segundo José Pedro Macarini (2011, p.40), “*um clima de economia mergulhando em recessão, após anos de ‘milagre’ e reiteradas proclamações de ‘justificada confiança’ na capacidade de crescimento acelerado e ‘permanente’, se disseminava pela economia*”. Logo, o regime ameaçava sucumbir pelo mesmo motivo que levara à implantação do BA: a crise na economia. Setores da burguesia industrial já não escondia o descontentamento com os rumos da política econômica.

Geisel, então, lançou o II Plano Nacional do Desenvolvimento, que priorizava investimentos no setor energético e nas indústrias de base, como o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e o acordo nuclear Brasil-Alemanha. Para viabilizar o II Plano Nacional de Desenvolvimento, o governo utilizou todo o sistema de incentivos e créditos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico⁵ (BNDE), além de recursos oriundos de empresas estatais, como a Eletrobrás, Petrobrás e Embratel. Mas,

⁵ Somente em 1982, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico passaria a ser chamado de Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

a potencialidade do plano em sanar os entraves econômicos despertava desconfianças. De acordo com Fonseca e Monteiro (2008, p. 02), “os tradicionais opositores do regime denunciavam, ainda, o caráter autoritário do plano, elaborado sem prévio debate por ‘tecnocratas’ do [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada] IPEA sob a coordenação do ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso”.

Por conta da crise, um clima de insatisfação tomara conta do país: havia protestos do movimento estudantil, os sindicatos se reorganizavam contrários aos reajustes salariais abaixo da inflação e diversos setores da sociedade civil se articulavam em defesa dos direitos humanos. Nesse ponto, o jornalismo foi de fundamental relevância para o regime: ao noticiar as realizações do governo, a exemplo da inauguração das primeiras linhas de metrô em São Paulo e no Rio de Janeiro; o jornalismo contribuiu para endossar o discurso dos militares de que o país vivenciava um surto desenvolvimentista e continuava a crescer em ritmo acelerado. O discurso dos militares ressoou, sobretudo, para o colunismo político, onde encontrou condições propícias para sua divulgação. Em geral, as colunas políticas são produzidas de modo burocrático: a fim de anteciparem as notícias, muitos colunistas reproduzem briefings e pronunciamentos oficiais. Por efeito, o colunismo político é frequentemente apontado como espaço destinado à propaganda governamental.

A dúvida que se apresenta é avaliar a quem seria destinada a propaganda governamental, pois apesar de o BA não se sustentar sem o apoio das classes dominantes, o descontentamento atingia outros estratos sociais. Alguns estudos da área de comunicação têm reiterado a concepção do jornalismo como uma atividade a serviço de grupos de elite, uma vez que as fontes oficiais são hegemônicas e utilizam os meios de comunicação para enviar mensagens cifradas aos aliados; e os donos dos jornais quando não estão ligados a uma elite política, são membros da própria elite. Porém, para Heloiza Matos (2008, p.184), o contexto político “obrigava” os militares a dialogar com públicos diversos:

(...) embora o sistema exclua a participação popular, em nível decisório, não pode prescindir dela para implementar o projeto de desenvolvimento. É natural, portanto, que a propaganda governamental busque definir os limites da participação necessários para mobilizar a vontade coletiva direcionando-a quanto aos requisitos da modernidade ou disciplinando as manifestações sociais que expressam conformidade ou resistência ao poder.

Assim, abordaremos neste capítulo como uma das características mais marcantes do BA – a burocratização – afetou o trabalho da imprensa, seja por meio da autocensura e da censura prévia, seja por meio da propaganda oficial. Incluiremos na discussão, a fronteira tênue entre jornalismo e propaganda. E dado os distintos públicos para os quais o governo destinava a

propaganda – burocratas, tecnocratas, setores populares, membros da alta burguesia – discutiremos se o colonismo político, com ênfase no Informe JB, pode ser compreendido ou não como um canal de comunicação intra-elite.

3.1 BUROCRATIZANDO A IMPRENSA – AUTOCENSURA, CENSURA PRÉVIA E PROPAGANDA OFICIAL

Palavras perdidas⁶

Na tarde de sexta-feira, ao deixar o velho edifício do Ministério dos Transportes, na Praça 15, o Ministro da Justiça, Armando Falcão, esgrimiou um curto diálogo com um grupo de jornalistas. Perguntaram-lhe das novidades, disse que não havia nenhuma, das cassações, respondeu que a respeito desse tema nada tinha a dizer.

- E a Assembleia Gaúcha, Ministro?
- Nada tenho a declarar.
- Algum fato novo?
- Ignoro.
- Algum processo a ser entregue?
- Ignoro.

Abrimos este tópico com o trecho de uma nota publicada no Informe JB, em 06 de abril de 1976, no qual o titular da coluna se queixa do silêncio de um dos porta-vozes do governo, o Ministro da Justiça Armando Falcão, após a cassação de mais um parlamentar. Conforme explícito na nota, Armando Falcão se recusava a conversar sobre qualquer assunto com os jornalistas, limitando-se a pronunciar o seu famoso bordão: “Não tenho nada a declarar”. Episódios como esse eram frequentes no regime militar – à exceção dos “comensais”, o contato dos jornalistas com fontes do governo se restringia aos assessores de imprensa. Não obstante a recusa das autoridades em falar com os jornalistas, o governo lançava mão da burocracia como técnica de controle de informação, seja por meio da propaganda oficial, produzida mediante elevados investimentos no setor de Relações Públicas, seja por meio da censura prévia e da autocensura.

A expressão autocensura se refere a um conjunto de proibições remetidas à imprensa pela Polícia Federal, entre 1968 e 1978, majoritariamente sob a coordenação do Ministério da Justiça. Porém, há suspeitas de que algumas dessas proibições tenham partido de outras fontes, como os exércitos regionais, o SNI, políticos e figuras públicas. Embora não tivesse qualquer base jurídica, a autocensura caracterizava-se por apresentar uma burocracia organizada e um sistema de distribuição com normas estritas. De modo que, tais proibições chegavam até a

⁶ **Palavras perdidas.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 06 de Abril de 1976. Informe JB, Política e Governo, página 06.

imprensa por meio de bilhetinhos enviados do quartel da Polícia Federal, em Brasília, para os gabinetes das polícias locais e regionais de todo o país. Os papéis utilizados na confecção dos bilhetinhos não possuíam qualquer timbre ou carimbo a fim de ocultar a procedência. Os bilhetinhos, por sua vez, eram redigidos em linguagem extremamente formal, encabeçados pela epígrafe “De ordem superior”. Um policial encarregava-se de levar o bilhetinho até o jornal para que o conteúdo fosse copiado, sendo vedado tirar cópias.

Tão logo o bilhetinho fosse copiado, um representante do jornal deveria assinar um documento atestando ciência das proibições. O policial seguia com o mesmo bilhetinho até as demais redações, antes de devolvê-lo juntamente com as assinaturas à(s) autoridade(s) competente(s). A maioria dos jornais reunia os bilhetinhos no chamado “livro negro”. Curiosamente, os jornalistas só tomavam conhecimento de certas ocorrências quando consultavam o livro. Em geral, os editores acatavam as proibições e não escalavam ninguém para investigar o caso. No Jornal do Brasil, o “livro negro” continha bilhetinhos acumulados de setembro de 1972 a outubro de 1975. O número de bilhetinhos começou a diminuir em 1974, após a posse de Geisel: com o abrandamento da autocensura, o presidente pretendia viabilizar o projeto de abertura, fortalecer os “moderados” ao permitir a cobertura das ações dos “radicais” e assim aumentar a governabilidade.

Já a censura prévia se distinguia da autocensura pela presença de agentes externos trabalhando nas redações, vetando na íntegra ou parcialmente artigos, editoriais, reportagens, manchetes, legendas, charges, anúncios e até obituários de vítimas do regime. Os censores instalados na sede do Jornal do Brasil eram formados por capitães do Exército e alunos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Tal como a autocensura, a censura prévia também seguia procedimentos ritualizados, com cronogramas e locais determinados: o conteúdo das publicações era examinado semanalmente, grafado com marcadores vermelhos ou pretos, de acordo com as restrições; e por fim carimbado pelos censores. A pesquisadora Anne-Marie Smith (Op. Cit., p. 213) ressalta que a burocratização da censura impediu a imprensa de se contrapor às exigências do regime: *“As rotinas da censura, mais do que o terror ou o pânico, provocaram uma sensação de impotência entre os membros da imprensa, que se ressentia da censura mas também cumpria suas rotinas banais e abrangentes.”*

Entretanto, a censura prévia e a autocensura resolviam parcialmente o problema: impedir a divulgação de informações prejudiciais aos interesses do governo. Mas, como frisamos anteriormente, as relações entre imprensa e fontes do poder são demarcadas por certas ambivalências. Logo, para os militares, uma imprensa fidedigna revelar-se-ia um aliado imprescindível para conclamar as conquistas do regime. Motivo pelo qual, os governos federal,

estadual e municipal destinavam recursos vultosos à publicidade e à propaganda oficial. A publicidade funcionava como um método de coação: como uma parcela significativa da receita dos jornais vinha dos cofres públicos, muitas publicações evitavam o confronto direto com as autoridades, sob o risco de sofrerem boicotes econômicos. Foi o que aconteceu com o Jornal do Brasil: em 1978, a publicidade oficial representava 15% da receita total do jornal. Por determinação do general Hugo Abreu, chefe do Gabinete Militar, todas as entidades ligadas ao governo foram proibidas de anunciar no Jornal do Brasil, ocasionando uma queda de 10% da receita do jornal.

Dentre os principais objetivos, a propaganda oficial visava a despertar empatia e angariar apoio ao regime, sobretudo ao dar visibilidade a assuntos como: licitações de obras públicas, inaugurações, projetos financiados pelo governo em parceria com a iniciativa privada, investimentos em estatais, aplicação do orçamento da União, entre outros. Novamente, o governo recorreu à burocracia para que todas essas informações se tornassem acessíveis à imprensa, sem, no entanto, conceder aos jornalistas permissão para dar continuidade às investigações. Mesmo tendo à disposição salas de imprensa, assessores e *press releases*; os jornalistas só tinham autorização para realizar a cobertura de uma repartição pública (empresas estaduais, universidades etc.) mediante a obtenção de credenciais. As credenciais deveriam ser solicitadas pelo veículo empregador, enquanto a liberação ficava a critério de um órgão de segurança ou informação, em particular a Divisão de Segurança e Informação do SNI.

Na medida em que a demanda por propaganda oficial foi contínua durante o regime, os militares se empenharam em desenvolver o setor de Relações Públicas. Com este propósito, foi criado em 1967 o Ministério das Comunicações e o Departamento de Relações Públicas, incumbidos de reproduzir a ideologia militar. Datam dessa época slogans como: “Ninguém segura este país” e “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Também no ano de 1967 foi assinada a Lei nº 5.377⁷, de 26 de setembro, regulamentando a profissão de Relações Públicas. Além dos incentivos do Estado, a expectativa de progresso – impulsionada pela instalação de multinacionais no país – motivou a criação de cursos especializados em Relações Públicas. E, assim, houve uma intensa profissionalização do setor no decorrer do regime militar: em 1967, foi criado o 1º curso superior de Relações Públicas, com duração de quatro anos, pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP); no mesmo ano, ocorreu o I Congresso Mundial de Relações Públicas; em 04 de maio de 1971, o Decreto 68.582⁸ instituiu o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Profissionais de Relações Públicas; em 1972,

⁷ [Lei Nº 5.377, de 11 de Dezembro de 1967.](#)

⁸ [Lei No 68.582, de 4 de Maio de 1971. Revogada pelo Decreto de 10 de Maio de 1991.](#)

Petrópolis (RJ) sediou o I Congresso de Brasileiro de Relações Públicas; e a Associação Profissional de Profissionais de Relações Públicas (APPRP) do Rio de Janeiro foi fundada em 1978.

Para Gisele Becker e Carla Lemos da Silva (2008, p.90), essa ingerência do governo brasileiro no desenvolvimento das Relações Públicas, enquanto ciência e atividade profissional, resultou na dissociação entre a teoria e a prática:

O referido estudo revelou um conceito teórico elaborado prioritariamente conforme um modo de percepção da atividade como função gestora do relacionamento entre organizações e públicos, enquanto, contraditoriamente, uma revisão histórica do desenvolvimento desta atividade no Brasil a revela como uma técnica de comunicação, essencialmente a serviço do controle da informação de órgãos governamentais no desenrolar de suas práticas ditatoriais.

Impelidos por circunstâncias diferentes, praticamente todos os presidentes militares recorreram ao serviço de Relações Públicas. De acordo com Heloiza Matos (Op. Cit., p.173), *“a necessidade de estruturar um sistema de comunicação do poder Executivo com a função de reproduzir e legitimar o discurso governamental foi cogitada desde o primeiro período da implantação do regime militar”*. A ideia de criar um órgão responsável pela imagem do regime surgiu no governo Castello Branco, porém só se concretizou sob o comando de Costa e Silva. Coordenado pelo coronel Hernani D’Aguiar, um grupo de trabalho de Relações Públicas foi estruturado para gerenciar a campanha de Costa e Silva para a presidência. Uma vez na presidência, Costa e Silva fundou a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), subordinada ao Gabinete Militar da Presidência, com a função de sistematizar o fluxo de comunicação entre o poder central, os órgãos setoriais e a sociedade civil. Considerado o mais duro e repressivo dentre os presidentes militares, cujo governo ficou conhecido como “anos de chumbo”, Médici produziu, com o auxílio da AERP, 191 filmetes publicitários sobre temas como desenvolvimento, segurança e questões sociais, para informar a população e tentar arrefecer a oposição ao regime. Em 23 de maio de 1979, Figueiredo assinou a Lei 6.650⁹ criando a Secretaria de Comunicação Social (SECOM), responsável por construir a imagem do presidente como símbolo de transição.

A estratégia de comunicação coordenada pela Assessoria de Relações Públicas de Geisel focalizava três eixos de atuação: primeiramente, contrabalancear a ameaça de recessão divulgando somente indicadores econômicos positivos; depois, conceder amplo destaque aos

⁹ Lei Nº 6.650, de 23 de maio de 1979.

projetos “faraônicos” do governo a fim de preservar no imaginário da população o ideal de progresso e desenvolvimento; por último, substituir a imagem de Geisel como um homem rígido e austero por um líder político articulado e influente. Conforme revelam algumas notas extraídas da coluna Informe JB, de início a estratégia adotada pela Assessoria de Relações Públicas foi satisfatória. Em junho de 1976, por exemplo, o Informe JB divulgou a assinatura de um contrato de 400 milhões de dólares com a Coreia¹⁰ para fornecimento de minério de ferro, celebrando a expansão das atividades comerciais brasileiras no mercado asiático. Da mesma forma, o titular do Informe JB empenhou-se em atenuar as projeções do Fundo Monetário Internacional¹¹ de que a dívida pública do Brasil, estimada em quase 12 milhões, era a maior do mundo; ao anunciar que o sistema brasileiro de exportação de minério de ferro registrara um crescimento de 59% em 1975, passando de 571 para 909 milhões de dólares. Segundo o Informe JB, o ano de 1976 revelar-se-ia promissor para Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul¹², cujo lucro no primeiro semestre fora de 187%, e também para a Indústria do chocolate, pois o consumo do produto vinha aumentando a uma média mensal de 1%, desde 1975. Embora se tratem de casos isolados, as notas denunciam o esforço do titular do Informe JB em mascarar qualquer indício de desaceleração da economia brasileira.

As edições do Informe JB reúnem ainda inúmeros registros da suntuosidade das obras e construções tão propagada pelos militares, como menção à inauguração da Ponte Costa e Silva¹³, que liga as duas margens do Lago de Brasília; do aeroporto supersônico Eduardo Gomes¹⁴, em Manaus, a realizar-se no dia 26 de março, em homenagem ao 12º aniversário da “Revolução¹⁵”; e da suposta “maior unidade de assistência técnica do Instituto Nacional de Previdência Social¹⁶ (INPS), com capacidade de atender 100 mil pessoas por dia”, em São Paulo. Tais informações foram reproduzidas a partir de comunicados via assessoria de imprensa, sem nenhum conteúdo adicional ou questionamentos. A influência da Assessoria de Relações Públicas na produção do Informe JB transparece nas tentativas do titular da coluna em criar um perfil mais amigável de Geisel, conhecido como um homem duro, de poucas

¹⁰ **Novo Mercado.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 27 de junho de 1976. Informe JB, Política e Governo, página 06.

¹¹ **Economia (I), Economia (II).** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1976. Informe JB, Política e Governo, página 06.

¹² Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 24 de agosto de agosto de 1976. Informe JB, Política e Governo, página 06.

¹³ **Ponte Histórica.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 1976. Informe JB, Política e Governo, página 06.

¹⁴ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 07 de março de 1976. Informe JB, Política e Governo, página 06.

¹⁵ Dentre as proibições expedidas pela Polícia Federal (Autocensura), ficara determinado que o golpe militar de 1964 deveria ser impresso e denominado como “Revolução”, grafada sempre com R maiúsculo.

¹⁶ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 03 de Outubro de 1976. Informe JB, Política e Governo, página 06.

palavras. A edição¹⁷ de fevereiro de 1975 menciona um almoço de Geisel “com a turma de infância, em Bento Gonçalves”, cujo cardápio incluiu polenta, risoto, pomba recheada, radici, salame, queijo e vinho; tal como caracteriza uma refeição típica do Rio Grande do Sul. Na avaliação de W. Lance Bennet (1988, p. 72), essa consiste numa das formas mais eficazes de os políticos “fabricarem” notícias, isto é, recorrer a símbolos familiares e tradicionais para atrair a atenção do público.

Alguns fatores, entretanto, reduziram a capacidade do governo em influir no noticiário a partir de 1977. Como dito, nesse período tivemos um abrandamento da autocensura, enquanto a censura prévia praticamente deixou de existir, permitindo assim que os meios de comunicação usufríssem de relativa liberdade, apesar de o governo continuar a exercer pressão por meio da publicidade oficial, principal receita da maioria dos veículos. Ademais, desde o assassinato do jornalista Wladimir Herzog¹⁸, em dezembro de 1975, jornalistas que antes simpatizavam com o regime elevaram o tom das críticas aos militares. Oportunamente, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São de Paulo e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Rio de Janeiro passaram a cobrar do governo explicações sobre as mortes e os desaparecimentos de jornalistas. Depois, as medidas de “arrocho” anunciadas por Geisel para combater a inflação e o endividamento repercutiram negativamente, motivando a criação de novas campanhas publicitárias em 1977 para ressaltar a necessidade de conter os gastos com gasolina e incentivar o uso do transporte público, reflexo do aumento do preço do barril de petróleo. Nesse momento, a crescente oposição aos militares demandava do governo maior atenção à população do que à imprensa.

Todavia, o exagero das campanhas publicitárias foi reprovado até mesmo pelo titular do Informe JB:

Propaganda inútil¹⁹

O governo acha que valendo-se de uma cópia do modelo publicitário usado há anos para exaltar um período de abundância pode agora tapar remendos de um período de austeridade.

Tomem-se dois exemplos: o filme do pessimista chato e a senhora que sai rindo do supermercado porque o aumento da gasolina não vai aumentar o custo de vida.

¹⁷ **Almoço típico.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 13 de Fevereiro de 1975. Informe JB, Política e Governo, página 06.

¹⁸ Acusado de exercer atividades clandestinas no Comitê Estadual do Partido Comunista, Wladimir Herzog, diretor de Telejornalismo da TV Cultura, foi assassinado nas dependências do DOI-CODI, em São Paulo, onde comparecera na manhã do dia 25 de outubro de 1975 para prestar depoimento. Ao anoitecer do mesmo dia, o Comando do II Exército divulgou uma nota informando que Herzog cometera suicídio, decorrente de “asfixia mecânica por enforcamento”.

¹⁹ **Propaganda Inútil.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 21 de Janeiro de 1977. Informe JB, Política e Governo, página 06.

Se a publicidade fizesse haver o que não há, a Petrobrás já teria achado petróleo, o metrô já estaria pronto e nove entre 10 estrelas de cinema estariam no Rio para o próximo Carnaval.

Para os colunistas, escapar da interferência do governo exigiria um esforço maior, já que as colunas políticas são alimentadas basicamente por notícias de bastidor e requerem um volume diário de informações dessa natureza. Portanto, os colunistas políticos continuariam reféns da propaganda governamental.

3.2 OS LIMITES ENTRE O JORNALISMO E A PROPAGANDA:

Embora adotem linguagens diferentes, nem sempre é possível distinguir jornalismo e propaganda, pois tal como a publicidade, ambos apresentam o objetivo comum de influenciar a opinião do público. A publicidade, porém, é mais facilmente identificável, uma vez que é paga e aparece em formato de anúncio. Já a propaganda caracteriza-se como um conjunto de estratégias, táticas e técnicas de difundir informações conforme o interesse de um indivíduo ou instituição. Nesse sentido, o jornalismo se assemelharia à propaganda, haja vista que os acontecimentos são informados, interpretados e comentados em consonância com as expectativas de determinados grupos, e não de toda a sociedade. Trata-se, portanto, de enquadrar o jornalismo numa perspectiva elitista, segundo a qual segmentos minoritários não possuem representatividade.

Outro fator que dificulta a distinção entre jornalismo e propaganda consiste na reprodução de conteúdo oriundo de Relações Públicas por jornalistas. De modo que, para alguns autores (BAUER: 2013; DAVIS: 2008; FLETCHER: 2006; LEWIS, WILLIAMS, FRANKLIN: 2008; MOLONEY: 2000), os profissionais de Relações Públicas têm ajudado a moldar o teor das notícias. Segundo Bauer (Ibid., p.35), *“os jornalistas, quando se relacionam com as atividades de Relações Públicas, mesmo reduzidos à sua apuração, apenas encurtam os textos já disponíveis”*.

Justin Lewis, Andrew Williams e Bob Franklin (Ibid.) acrescentam que a dependência dos jornalistas em relação às agências de notícias e Relações Públicas aumentou nos últimos anos. Os pesquisadores chegaram a essa constatação ao examinar durante uma semana, em 2006, o noticiário nacional dos principais veículos do Reino Unido, incluindo jornais impressos (*Guardian, The Times, Independent, Daily Telegraph e Daily Mail*), emissoras de rádio e de televisão (*BBC Radio, BBC News, ITV News e Sky News*). Os resultados revelaram que é crescente a influência das agências de notícias e dos profissionais de Relações Públicas na

captação de notícias, seja porque os jornalistas são pressionados a aumentar a produtividade, seja porque as redações operam com um número menor de funcionários. Logo, as publicações que dispõem de mais recursos e jornalistas especializados são menos afetadas. Os autores sublinharam também a atuação da mídia impressa como maior “recicladora” de informações produzidas por assessoria.

Entretanto, vale frisar que Lewis, Williams e Franklin não consideram inapropriada a colaboração entre imprensa, Relações Públicas e agências de notícias, mas sim o fato de os jornalistas omitirem a origem das informações do público ou assumirem a autoria de notícias produzidas por terceiros. Para os pesquisadores, tal prática deve ser vista como plágio. Já Kim Fletcher (Op. Cit.) radicaliza ao afirmar que os jornalistas “enganam” a si mesmos se acreditam que podem trabalhar sem estabelecer qualquer tipo de contato com profissionais de Relações Públicas. Na opinião de Fletcher, há uma certa ingenuidade em depreciar o trabalho das agências de notícias e Relações Públicas, pois a maioria das notícias, em especial sobre política, vem de alguém (ou uma instituição, como o próprio jornal) com interesse em divulgá-la. Portanto, para Fletcher, o jornalismo, a exemplo da publicidade e da propaganda, também é “patrocinado”. Particularmente, no caso da imprensa brasileira, a concepção do jornalismo como uma atividade “panfletária”, “patrocinada” é histórica, já que os jornais do país nunca usufruíram de plena independência econômica, submetendo a linha editorial e as notícias ao crivo de empresários, políticos e grupos com recursos para financiar as publicações.

Acompanhando uma tendência observada no Brasil, de acordo com Aeron Davis (2008, p.257), o setor de Relações Públicas no Reino Unido expandiu de forma impressionante nos anos 80, enquanto o número de profissionais de Relações Públicas trabalhando em instituições públicas também disparou entre 1979-2006. Contudo, o autor não atribui tais índices à ingerência do governo, e sim a uma certa “crise” do jornalismo: o corte de gastos e a redução de jornalistas por publicação elevou o número de Relações Públicas disponíveis no mercado de trabalho. Embora em muitos países, como o Brasil, haja cursos de formação específicos para jornalistas e Relações Públicas, é bastante comum encontrarmos jornalistas empregados em assessorias de imprensa.

A migração dos jornalistas de um setor para outro afetou o relacionamento com os profissionais de Relações Públicas, além de impactar na disseminação de informações. Graduados ou não em Jornalismo, profissionais de Relações Públicas conhecem a rotina das redações e dominam a fundo os critérios de produção jornalística. Nessas condições, a probabilidade de pautar a imprensa, influir no debate político e na agenda pública é grande. W. Lance Bennett (Op.cit., p.89) enumera alguns dos “truques” frequentemente utilizados pelos

profissionais de Relações Públicas para facilitar a difusão de conteúdo, como: oferecer entrevistas exclusivas a jornalistas “amigos”, saturar os meios de comunicação com envio de press releases, destacar no teor das mensagens a participação de cientistas, especialistas e autoridades; dentre outros.

Muitos jornalistas reclamam que o volume acentuado de releases remetido aos jornais impede-os de analisar criticamente as informações. Já outros jornalistas alegam que se sentem manipulados pelas agências de notícias e assessorias de imprensa, em virtude de a oficialidade de algumas informações induzir à divulgação imediata. Notoriamente, existe ainda um grupo de jornalistas que veem os profissionais de Relações Públicas como um obstáculo à investigação jornalística, por restringir o acesso às fontes e controlar as mensagens do governo e dos partidos políticos. Para Kevin Moloney (Op. Cit., p.137), apesar de o relacionamento entre jornalistas e profissionais de Relações usualmente ser caracterizado como uma relação de amor e ódio, às vezes o ódio cede lugar ao amor. Moloney afirma que muitos jornalistas aceitam passivamente a colaboração dos profissionais de Relações Públicas para ampliar a produção de notícias e conquistar mais audiência. Conseqüentemente, Moloney acusa os jornalistas de compactuar com a “tabloidização” dos jornais, processo em que as notícias se tornam menores, mais leves e superficiais.

O processo de “tabloidização” estende-se também às colunas políticas. A princípio hegemônicas, as colunas políticas em formato de análise foram perdendo espaço para as colunas políticas de notas, compostas por “pílulas frasais” – textos curtos, redigidos em linguagem informal, quando não satírica. Categoricamente, o Informe JB é uma coluna “mista”: na parte superior, o titular dedica-se a comentar e contextualizar alguns fatos, enquanto na parte inferior – denominada Lance Livre – são reproduzidas notas de cunho político. As colunas políticas de nota concentram uma enorme quantidade de informações repassadas pelas assessorias de imprensa. Se atentarmos ao contexto do regime militar, tenderemos a concluir que tais informações eram divulgadas como alternativa à escassez de notícias e ao controle por parte do governo, colocando assim o colunista em posição de refém das circunstâncias. Todavia, esse raciocínio isenta o colunista de qualquer responsabilidade sobre a decisão de definir o que será notícia.

3.3 COLUNISMO POLÍTICO – CANAL DE COMUNICAÇÃO ENTRE ELITES:

Nossa tendência real é ser um jornal que influencia as classes dominantes – políticas, econômicas, culturais. Nossa meta é ter uma circulação não entre as massas, mas entre os prestigiados. (BRITO: 2000, p.51)

Com a frase acima, pronunciada numa entrevista em 1976, Manoel Francisco de Nascimento Brito, dono do Jornal do Brasil, sintetizou a meta do jornal: influenciar as classes dominantes. Essa meta coincidia com um dos propósitos dos militares, afinal, como ressaltamos até aqui, o Estado Autoritário Burocrático não se legitima sem o apoio das elites política e econômica. Logo, ao buscar atingir leitores de prestígio, o Jornal do Brasil consagrava-se simultaneamente como um potencial alvo e colaborador do regime.

Há algum tempo, pesquisadores da área de comunicação têm acentuado a apropriação indevida do jornalismo por indivíduos, organizações e instituições que almejam poder político e econômico. Dentre esses pesquisadores, Aeron Davis (2003, 2009) sustenta que uma das principais funções dos meios de comunicação consiste em operar como canal de comunicação intra-elites. Segundo Aeron Davis, uma série de evidências corrobora com tal argumento. Primeiramente, fontes de elite dominam a produção de notícias, destacando-se como as fontes mais citadas e as mais assíduas informantes dos jornalistas. Em segundo lugar, fontes de elite frequentemente usam a mídia para promover objetivos políticos e econômicos, e comunicar-se com elites rivais, sobretudo para atacá-las. Por último, fontes de elite são mais suscetíveis à influência da mídia e destinam a maior parte das mensagens a grupos rivais, excluindo o cidadão comum. Em vista desse panorama, Aeron Davis constatou que tanto nos Estados Unidos quanto no Reino Unido, os jornalistas e o noticiário têm servido como instrumento para mediação de conflitos intra-elites.

Jesper Strömbäck e Lars W. Nord (2006) reiteram o protagonismo da mídia como mediadora de conflitos. De acordo com os autores (Ibid. p.148), a mídia está mais propensa a reportar divergências entre grupos de elite do que situações consensuais. No entanto, para Strömbäck e Nord, a predominância das fontes de elite no noticiário não deve ser interpretada como submissão dos jornalistas às fontes. Teóricos interacionistas, Strömbäck e Nord seguem a mesma linha de Timothy Cook (1998) e argumentam que tanto as fontes de elite quanto os jornalistas controlam etapas importantes da produção de notícias: apesar de os jornalistas terem poder de definir quem entrevistar, quais fatos serão incluídos ou excluídos, qual enquadramento adotar; as fontes se especializaram em organizar e adaptar os acontecimentos à lógica midiática.

O ponto frágil na argumentação de Strömbäck e Nord é partir do pressuposto de que jornalistas e fontes de elite estão em constante rivalidade. E ao fazê-lo, Strömbäck e Nord menosprezam aspectos fundamentais dessa relação. Para começar, fontes de elite possuem redes de comunicação que incluem a participação dos mais influentes jornalistas. Tais redes de

comunicação são desenvolvidas com o intuito de as fontes de elite se autopromoverem e também obterem informações que possam orientá-las a tomar certas decisões como: quais são os setores cujos investimentos estão caindo ou aumentando, qual o posicionamento de alguns grupos a respeito de um determinado projeto político, quais as projeções do mercado financeiro etc. (DAVIS: 2007). Como consequência, Aeron Davis (Ibid., p. 175) avalia que os jornalistas têm atuado, inadvertidamente, como fontes políticas, intermediários e atores políticos.

Strömbäck e Nord desconsideram ainda o fato de que os jornalistas, em especial os colunistas, também fazem parte de uma elite econômica, cultural e política. Enquanto elite econômica, jornalistas e colunistas se colocam a serviço do mercado financeiro ao divulgar as projeções de economistas, empresários, investidores e credores como autênticos indicadores econômicos. Essas projeções raramente estão em conformidade com parâmetros científicos, porém são alardeadas pela imprensa com a finalidade de afetar o câmbio e a bolsa de valores. Durante as décadas de 1970 e 1980, o rótulo de “elite econômica” estendia-se aos jornalistas veteranos, que recebiam salários mais elevados para trabalhar nas redações dos jornais e revistas de grande circulação do país. Contudo, essa realidade não perdurou nos anos 2000: vários jornalistas foram demitidos a pretexto do corte de gastos, quando não substituídos por dois ou três estagiários. Pouco atento à qualidade das informações, a maioria dos veículos de comunicação tem seguido a lógica empresarial de aumentar o volume de mão de obra, sem gerar despesas adicionais à empresa. Ainda assim, os colunistas continuam a ganhar salários altos, com um diferencial: é comum assinarem colunas políticas em mais de uma publicação. ,

Reverenciados por empresários e políticos como “formadores de opinião”, colunistas políticos são tratados como especialistas e autoridades. Em muitos casos, colunistas políticos divulgam informações, opiniões e denúncias por meio de linguagem decodificada, cujo significado só é compreendido por um público restrito, o que reforça a percepção de que as colunas funcionam como canal de comunicação intra-elites. Embora no Brasil não haja pesquisas dedicadas a investigar qual o público-alvo das colunas políticas, colunistas políticos escrevem para as fontes que entrevistam e para outros colunistas. As fontes, por sua vez, costumam ser fiéis a um ou outro colunista. Alguns colunistas alegam que são capazes de identificar qual fonte “vazou” informação para o colunista concorrente e só aceitam colaboração de fontes exclusivas.

É importante salientar que, tal como o vazamento de informações tornou-se uma prática institucionalizada, o uso sistemático da imprensa como canal de comunicação intra-elites ocorre em diferentes formas de governo. Enquanto esteve sob a égide do império soviético, na década de 1980, a imprensa polonesa foi alvo de constantes disputas entre grupos de elite (CURRY:

1980). Sem exceção, todas as elites recorriam aos jornais para defender suas posições políticas, incluindo os partidos políticos e as instituições governamentais. De um lado, as elites burocráticas de segmentos mais baixos tentavam controlar a imprensa minando a capacidade dos jornalistas em fazer contatos e obter informações; do outro, elites de nível superior influíam diretamente nas publicações por meio da censura e de sanções. Em situação de conflito, a decisão final ficava a cargo do Politburo, o Comitê Central do Partido Comunista, responsável por definir os objetivos e as diretrizes globais da mídia. Havia ainda o Comitê Central do Departamento de Imprensa, incumbido de monitorar a mídia central e regional.

Encarregado de fixar a linha editorial, o editor-chefe estava sujeito à pressão dos partidos e órgãos governamentais, embora fosse membro do Comitê do Partido Comunista e, portanto, partilhasse das mesmas aspirações políticas. De certo modo, a função do editor-chefe é similar à função do colunista político, na medida em que o editor-chefe cultivava laços de amizade com empresários, magnatas, oficiais do governo, lideranças partidárias etc. a fim de facilitar o acesso dos jornalistas. A principal diferença entre o editor-chefe e o colunista político é que o primeiro trabalhava em prol da coletividade – os jornalistas esperavam que o editor-chefe pudesse mantê-los a par dos acontecimentos na esfera política, além de abastecê-los com recursos e equipamentos –; já o colunista político empenha-se para alcançar o próprio sucesso profissional, mesmo quando recebe o apoio de uma equipe de colaboradores.

Porém, ao contrário dos militares no Brasil, os militares poloneses dispunham da “mídia militar”, que englobava uma série de publicações emitidas e dirigidas por oficiais e soldados das forças armadas polonesas, contendo desde boletins oficiais a jornais diários (JOHNSON: 1980). Os três principais jornais militares – *Zolnierz Wolnosci* (diário militar), *Zolnierz Polski* (semanal ilustrado) e *Wojsko Ludowe* (periódico mensal) – eram oficialmente publicados pelo Ministério da Defesa. Como tais publicações não se destinavam ao público, apenas aos oficiais, estavam isoladas de influências externas. O que não quer dizer que os militares poloneses tivessem se mantido afastados da imprensa: afora a publicação de artigos em livros e revistas, também contribuíram com artigos populares sobre temas militares, às vezes por iniciativa pessoal, noutros casos atendendo à solicitação do próprio veículo.

Entretanto, há um certo distanciamento entre aquilo que os profissionais da imprensa aspiram em relação ao jornalismo e aquilo que efetivamente é concretizado. Tal como expusemos até aqui, o jornalismo tem correspondido às expectativas de grupos de elite. Contudo, a preponderância das fontes elites no noticiário não extingue a possibilidade de a imprensa buscar informações junto a fontes secundárias. A própria hierarquização das fontes segundo critérios de relevância sugere que, em dado momento, fontes classificadas como menos

importantes podem vir a ser solicitadas. Prova disso é que os jornalistas e colunistas quando não conseguem contactar diretamente fontes de alto escalão tentam essa aproximação por meio de fontes secundárias. Logo, o fato de o jornalismo favorecer majoritariamente às elites, não impede qualquer profissional da imprensa de aceitar ou depender da colaboração de outras fontes para produzir determinada notícia.

E, conforme afirmado ao longo da dissertação, essas relações vão ser constituídas em função do contexto em que as fontes e o colunista (e também os jornalistas) estiverem inseridos. Obviamente, durante o regime militar, havia uma série de acontecimentos de cunho político e econômico cuja cobertura jornalística favorecia o diálogo com fontes de elite, a exemplo das especulações sobre cassações políticas, convenções partidárias, nomeação para cargos de confiança na alta cúpula do governo, índices inflacionários, meta fiscal, entre outros. No entanto, existiam também questões de natureza social que permitiriam à imprensa recorrer a outros segmentos como alternativa às habituais fontes de informação. Dentre essas questões, destaca-se o recrudescimento da violência pelo país. De acordo com o titular do Informe JB, frequentes relatos de violência chegavam aos jornais por iniciativa da própria população:

Administração do medo²⁰

Às redações de jornais chegam, com frequência crescente, denúncias de violência praticadas pela polícia. Isso é útil lembrar, pois existe no Brasil o costume de se atribuir à imprensa o dom de, gerindo noticiários, criar as imagens, as impressões que compõem a opinião pública. Trata-se, portanto, neste caso, de um fato que vem aos jornais por iniciativa da própria população. Ou seja, que a sociedade brasileira começa a encarar a polícia como um novo perigo, e não uma garantia de segurança.

Recentemente, uma pesquisa de opinião revelou que os habitantes das principais cidades brasileiras arrolavam, entre seus temores cotidianos, o medo de vir e cair nas mãos da polícia. Os riscos seriam semelhantes de cair nas mãos de assaltantes.

Apesar de o titular do Informe JB utilizar o termo “população”, podemos aferir que não se tratasse de denúncias vindas somente das classes mais altas, público-alvo do Jornal do Brasil. Isso porque, embora desde 1969 todas as polícias estaduais estivessem centralizadas sob o controle e coordenação do Exército no combate à “luta armada”, as polícias estaduais perseveraram na missão de defender o governo e as classes dominantes contra eventuais manifestações de protesto das classes populares. De acordo com Paulo Sérgio Pinheiro (1982, p.58), historicamente as foças militares estaduais sempre serviram para a manutenção da ordem

²⁰ **Administração do Medo.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 25 de Abril de 1976. Informe JB, Política e Governo, página 06.

imposta pelas classes dominantes e, no regime militar, “*não abandonaram seu papel de força de contenção, das manifestações de descontentamento urbano, de dissenso civil, enquadrado ou não por organizações políticas, como passeatas, greves, comícios, protestos*”. Logo, tudo leva a crer que as denúncias de violências praticadas pela polícia tivessem origem em classes sociais distintas.

O Informe JB

Este capítulo é dedicado à coluna Informe JB. Nele, abordaremos como as relações estabelecidas pelo titular da coluna com as fontes, relatadas ao longo de toda a dissertação, ressoaram na publicação do Informe JB. E, assim, retomamos um dos objetivos desta pesquisa, que consiste em avaliar como as relações partilhadas pelo colunista político e as fontes influenciaram a gênese das “notícias” divulgadas no Informe JB. Para tanto, no primeiro tópico discorreremos sobre o anonimato, um recurso amplamente utilizado durante o regime militar e que atesta o nível de cumplicidade entre o colunista político e as fontes. A discussão em si oferece-nos a possibilidade de apreender as notícias como sinônimo de informações anônimas. Na sequência, recuperamos uma das temáticas presente no Capítulo 3, onde afirmamos que as colunas políticas operam como canal de comunicação intra-elites. Consequentemente, conjecturamos no segundo tópico que a comunicação entre grupos de elite reverberou pelo Informe JB através da divulgação de metáforas políticas. No terceiro tópico, abordamos como a afinidade e amizade do colunista político com as fontes culminou na ampla divulgação de boatos e fofoca no Informe JB.

4.1 Informe JB - uma história de anonimato:

Antes de receber o nome Informe JB, a coluna intitulava-se Segunda Seção, lançada pelo jornalista Wilson Figueiredo, em 02 de agosto de 1963. Wilson Figueiredo esclarece a escolha do nome da coluna:

Segunda seção é um título de aspirações secretas, mas não sinistras. Essa é a designação que se dá aos serviços secretos militares, na nomenclatura interna das Forças Armadas. Quem quiser, também fique à vontade para relacionar os títulos com os antigos bondes bagageiros (Segunda Seção), os taiobas que transportavam tudo – gente, malas, trouxas, frutas, galinhas, gorilas – sem nenhum preconceito, bons tempos em que todas as distinções ideológicas cabiam dentro de um bonde da Light.²¹

Embora a coluna Segunda Seção tivesse sido criada anterior ao Golpe de 64, portanto, previamente à censura; Wilson Figueiredo compara o ofício de um repórter – título que confere a si mesmo na condição de colunista político – ao ofício de um espião, cujas investigações são

²¹ FIGUEIREDO, Wilson. **Segunda Seção**. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, Sexta-feira, 02 de Agosto de 1963. 1º Caderno, Página 08.

conduzidas de maneira anônima. Por conseguinte, Wilson Figueiredo (Idem) admite haver uma fronteira tênue entre a “reportagem” e a espionagem: *“Vai ficando difícil fixar onde acaba a reportagem e onde começa a espionagem, para certos efeitos. Entre o espião e o repórter, ambos da família dos bem informados, existe apenas uma Lei de Segurança: há também entre eles uma identidade de vocação e de métodos.”* Tal como os agentes dos serviços secretos militares, Wilson Figueiredo insinua que o colunista político deve resguardar a própria identidade para manter-se bem-informado. Wilson Figueiredo permaneceu como titular da coluna Segunda Seção até março de 1965, quando o Jornal do Brasil divulgou uma nota esclarecendo que o colunista seria substituído por Pedro Andrade Gomes: *“A partir de hoje, a coluna noticiosa do Jornal do Brasil deixa de ser assinada por Wilson Figueiredo e passa à responsabilidade de Pedro Andrade Gomes”²²*

Tão logo Pedro Andrade Gomes assumiu a titularidade da coluna, o nome da publicação foi alterado de Segunda Seção para Informe JB. Todavia, o Informe JB preservou as mesmas normas de edição da coluna Segunda Seção: divulgada diariamente no Primeiro Caderno, entre as páginas 06 e 10, a coluna subdividia-se em duas partes, sendo a parte superior destinada a conteúdo mais analítico e a parte inferior, chamada de Lance Livre, composta de pequenas notas. A última edição assinada por Pedro Andrade Gomes data do dia 23 de dezembro de 1965. No período entre 24 de dezembro de 1965 e 28 de janeiro de 1966, o Informe JB ficou sob a responsabilidade de um colunista interino. Desde então, até findar o regime militar, foi omitida a identidade do(s) titular(es) do Informe JB. Razão pela qual não é possível precisar quando Elio Gaspari começou a escrever a coluna. Somente em março de 1986, o nome do colunista Ancelmo Gois aparece no rodapé do Informe JB.

Longe de ser um caso isolado, outras colunas políticas do Jornal do Brasil produzidas durante o regime militar não continham a assinatura dos respectivos titulares, à exceção da Coluna do Castello, cuja identificação do autor consta no próprio título. Nesse período, os jornais frequentemente recorriam ao anonimato para preservar a identidade dos colunistas políticos e das fontes. A decisão de omitir os nomes dos colunistas políticos coincidiu com o anúncio de que o governo Castello Branco em breve decretaria a Lei de Imprensa, como de fato ocorreu em 1967, estabelecendo penas mais duras aos jornalistas acusados de calúnia, injúria e difamação. Depois, dado o aumento significativo da violência e do número de presos políticos, o anonimato funcionava como um “pacto de confiança” entre os colunistas políticos e as fontes, por meio do qual muitas informações chegavam ao conhecimento público. O anonimato

²² **Segunda Seção.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, Terça-Feira, 09 de Março de 1965. 1º Caderno, Página 10.

também foi amplamente utilizado pela imprensa para divulgar informações contrárias aos interesses do governo.

Apesar de muitos jornalistas alegarem que a conjuntura do política era profícua ao emprego do anonimato – em função das arbitrariedades do governo e da restrita liberdade de imprensa –, o uso de fontes anônimas não constitui uma especificidade do jornalismo produzido em contextos autoritários. O pesquisador Matt Carlson (2011a) menciona que, no Reino Unido, o anonimato tem funcionado como “garantia” para atrair fontes de outros países, sobretudo dos Estados Unidos, ainda que o autor não conteste se tais fontes sejam reais ou fictícias. Matt Carlson (Ibid., p.54) salienta que o vazamento de informações oficiais tem ocorrido com a sanção do próprio Estado, em decorrência do uso generalizado do anonimato por funcionários públicos britânicos. Ao examinar esse último caso em particular, Carlson concluiu que há uma conexão entre anonimato e fontes de elites. Carlson tampouco discute o porquê de as fontes de elite desejarem esconder a própria identidade.

Resultado semelhante foi descoberto por Zvi Reich (2008) através de um estudo realizado junto a repórteres da imprensa diária israelense e suas respectivas fontes de notícia, cujo objetivo consistiu em avaliar se o vazamento de informações é uma prática rotineira no jornalismo. O estudo revelou que: 1) as fontes oficiais são as principais deladoras; 2) uma minoria de vazamentos começa por iniciativa dos próprios repórteres; 3) o vazamento de informações é constante e crescente; 4) o telefone é o principal canal de comunicação utilizado para fazer as denúncias. De acordo com Reich (Ibid., p.04/05), os vazamentos podem ser agrupados em duas categorias: a) incidental – quando a fonte expõe a informação para um terceiro, que vaza a denúncia para o(s) jornalista(s); e b) autorizado – a fonte faz a delação, mas não quer ser identificada. Mesmo reconhecendo as limitações do estudo, haja vista as dificuldades em detectar, isolar e mensurar as delações, em especial em conteúdos de análise; Reich sustenta que o vazamento de informações é uma prática institucionalizada no jornalismo. Se supusermos que a afirmação de Reich é verdadeira, resta uma lacuna: “Quando o vazamento de informações institucionalizou-se no jornalismo?”. Mesmo que a pergunta pareça superficial, tem certa relevância, afinal a análise de nosso objeto de pesquisa restringe-se ao governo Geisel e os estudos conduzidos por Carlson e Reich são posterior a esse período.

O impasse é solucionado por Matt J. Duffy (2014), cuja pesquisa foi desenvolvida com o intuito de investigar de que forma o ensino de jornalismo nos Estados Unidos trata como norma o uso de fontes anônimas. De acordo com Duffy (Idem), o uso do anonimato tem variado no decorrer dos anos, porém, declinou no período entre 1980 e 2000, em virtude de uma série de escândalos denunciados por fontes anônimas. Como método de pesquisa, Duffy analisou

fontes primárias datadas desde 1907, incluindo quatro versões do Código de Ética da Sociedade de Jornalistas Profissionais (*Society of Professional Journalists* – SPJ), duas versões do Código de Ética da Sociedade Americana de Editores de Jornais (*American Society of Newspaper Editors* – ASNE), 47 livros usados para treinamento de jornalistas, livros didáticos de jornalismo, artigos de publicações comerciais como a *Columbia Journalism Review* and *American Journalism Review*, procurando por variações dos termos "fontes anônimas" ou "anonimato"; a evolução das políticas que regem as práticas de redação dos jornais *The Washington Post* e *New York Times*; e o manual de redação da agência de notícias *Associated Press*. Depois de examinar todo o material, Duffy (Ibid., p.09) constatou que a primeira referência sobre o uso do anonimato surge apenas em 1955. Antes disso, o anonimato teria sido empregado somente em relatórios estrangeiros e comunicados militares. Apesar de na década de 1960 ter havido uma crescente preocupação com a utilização de fontes anônimas, foi na década de 1970 que o anonimato se consolidou como um recurso amplamente aceito pelos jornalistas norte-americanos.

Noutro trabalho, Matt J. Duffy e Ann E. Williams (2011, p.11) sugerem que o aumento significativo de fontes anônimas na década de 1970 está associado ao escândalo Watergate²³, cujas denúncias levaram à renúncia do presidente Richard Nixon: “*Ao verem o sucesso de Woodward e Bernstein, os jornalistas podem ter sentido um maior ímpeto de empregar fontes anônimas ou talvez uma necessidade de competirem entre si valendo-se do mesmo recurso.*” Nesse sentido, Duffy e Williams nos apresentam outra possibilidade para justificar o anonimato do colunista e das fontes: é provável que se tratasse de mais uma tendência inspirada no modelo de jornalismo norte-americano, como tem acontecido desde a “modernização” da imprensa brasileira, nos anos 50. Tendência reforçada pelos livros didáticos de jornalismo pós-Watergate, que descrevem com mérito reportagens produzidas em colaboração com fontes anônimas e enfatizam a importância do anonimato para garantir informações exclusivas. Não obstante, os próprios editores do *The Washington Post* viajaram para vários países, incluindo da América, palestrando sobre o sucesso do Watergate. Uma dessas visitas, feita ao Brasil, foi divulgada pelo titular do Informe JB:

²³ O escândalo Watergate ocorreu nos Estados Unidos, em paralelo à ditadura no Brasil. Graças às pistas de um informante anônimo, os jornalistas do *The Washington Post* Bob Woodward e Carl Bernstein descobriram que a autorização para instalar escutas telefônicas no escritório do Partido Democrata partiu do comitê de reeleição de Richard Nixon. Anos depois da renúncia de Nixon, a identidade da misteriosa fonte foi revelada: tratava-se do ex-diretor do FBI Mark Felt.

Bradlee no Brasil²⁴

Chega a Brasília, na segunda-feira, o jornalista Bem Bradlee, editor do The Washington Post e patrono profissional do caso Watergate.

Como é muito frequente supor que jornalistas são pessoas que passam a vida trancadas em redações ou correndo atrás de autoridades, convém informar que Bradlee, além de ser civilizadíssimo aristocrata, já foi adido da Embaixada americana em Paris.

Nota-se, pelas palavras do titular do Informe JB, o fascínio e a admiração que o jornalista Bem Bradlee desperta no colunista. O titular do Informe JB é categórico ao afirmar que Bem Bradlee não é do tipo de jornalista que costuma correr “atrás de autoridades”. Entretanto, o titular do Informe JB ignora o fato de que, na condição de “civilizadíssimo aristocrata” e outrora “adido da Embaixada americana em Paris”, Bem Bradlee teria à disposição uma rede de contatos, útil para facilitar o acesso às autoridades ou quaisquer outras fontes de elite. Ao rotular Bem Bradlee de “patrono **profissional** [grifo nosso] do caso Watergate”, o titular do Informe JB deixa transparecer que não considera o anonimato um recurso inadequado. Mesmo nos Estados Unidos, o emprego do anonimato só diminuiu entre 1980 e 2000, quando os jornalistas começaram a enfrentar processos e sanções, sob a acusação de publicarem informações não comprovadas, quando não ficcionais, supostamente repassadas por fontes anônimas. Após escândalos como o de Janet Cooke²⁵, o caso Monica Lewinsky²⁶ e a cobertura da Guerra do Iraque²⁷; muitos jornais endureceram as regras para utilização de fontes anônimas. A fim de atenuar os efeitos do anonimato, sobretudo as desconfianças dos leitores, alguns jornalistas se esforçam para dar o máximo de detalhes possível sobre a posição da fonte, bem como explicitar o porquê de ter sido preservado o sigilo.

Assim, está claro que não existe uma relação de causalidade entre autoritarismo e anonimato. Ainda que a censura e a repressão tenham insuflado os jornais de denúncias anônimas, os jornalistas lançam mão do recurso seja em regimes democráticos, seja em países

²⁴ **Bradlee no Brasil.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 31 de Janeiro de 1975. Informe JB, Política e Governo, página 06.

²⁵ Janet Cooke é autora da reportagem “O mundo de Jimmy”, publicada na primeira página do Jornal The Washington Post, no dia 28 de setembro de 1980. Vencedora do Prêmio Pulitzer, a reportagem narra a história de Jimmy, um menino de oito anos viciado em heroína. Pressionada pela direção do jornal acerca da veracidade da história depois de inúmeras tentativas da polícia em localizar o menino, Janet Cooke confessou que inventou o personagem. Constragida a devolver o prêmio, Janet tentou justificar o ocorrido alegando que trabalhava sob constante pressão no The Washington Post.

²⁶ Monica Samille Lewinsky: estagiária da Casa Branca no governo de Bill Clinton, Monica Lewinsky ficou conhecida após confidenciar a uma secretária que manteve relações sexuais com o presidente norte-americano.

²⁷ Em setembro de 2002, o presidente norte-americano George W. Bush acusou o líder iraquiano Saddam Hussein de possuir armas de destruição em massa. Nos meses que antecederam à invasão ao Iraque, a imprensa confirmou a existência de tais armas baseando-se apenas nas declarações de uma fonte do governo não identificada. Como não foram encontradas armas de destruição no Iraque, acredita-se que as informações atribuídas à misteriosa fonte anônima tenham partido da própria Casa Branca para legitimar a invasão ao Iraque.

onde há restrita liberdade de imprensa. E para o colunista político, o anonimato funcionaria não só como uma estratégia para burlar a censura, mas também para atingir outros fins, como atribuir maior relevância às fontes ou gerar a falsa impressão de que a coluna ostenta apenas informações privilegiadas. Logo, o ponto central da discussão é debater quais são as motivações por trás das denúncias anônimas e as implicações do anonimato para o jornalismo. Para Matt Carlson (2011b), os jornalistas evocam argumentos normativos para justificar o sigilo das fontes, como: manter os leitores bem-informados, salvaguardar o “interesse público” e coibir danos à sociedade. Segundo Carlson (Ibid., p.07), *“ao introduzir uma fonte anônima em uma notícia, o jornalista avalia que o ganho em divulgar informações ocultas supera a falta de transparência em reter a identidade da fonte”*.

No entanto, Carlson alega que os argumentos apresentados pelos jornalistas em defesa do anonimato são falaciosos, já que não é possível distinguir o chamado “interesse público” dos interesses da comunidade jornalística, parte-se do pressuposto que as fontes não teriam outra motivação senão conceder informações sigilosas, enquanto as delações ocorreriam em benefício único e exclusivo da sociedade. Embora nobres, tais argumentos excluem a hipótese de a imprensa ser uma instituição que visa ao lucro, bem como os jornalistas e os colunistas políticos serem providos de quaisquer ambições profissionais/e ou pessoais. As fontes, por sua vez, seriam relegadas à condição de meras colaboradoras. Contudo, as razões que levam uma fonte a fazer uma denúncia são variadas, entre elas: vaidade pessoal, induzir a um debate público, impor algum tipo de agenda, estabelecer ligação com jornalistas para contatos futuros, constranger alguém, atrair atenção para supostas irregularidades e mensurar apoio para alguma causa. Entre 1974 e 1979, os principais focos de denúncia eram a violência nos “porões da ditadura”, o desaparecimento de civis, e a perseguição a estudantes e membros da Igreja Católica.

Ao contrário do que costumam admitir, os jornalistas também obtêm vantagens em colaborar com fontes anônimas. Fontes anônimas fazem com que as notícias pareçam mais relevantes do que realmente são e estimulam a produção de reportagens em série. Quando se deparam com a citação de fontes anônimas nos jornais, os leitores são induzidos a acreditar que os autores das reportagens detêm informações adicionais sobre determinados assuntos. Ademais, o contato com fontes anônimas, se pertencentes a grupos de elite, aumenta o prestígio do jornalista. Eis a razão de muitos dos que trabalham na imprensa insistirem em divulgar o status, cargo ou a função de uma fonte anônima. Os colunistas políticos, porém, já ocupam uma posição de destaque: bem-remunerados, publicam conteúdo em espaço próprio e, alguns, dispõem de equipe de colaboradores. As fontes, por sua vez, são mais receptivas quando

abordadas pelos colunistas políticos. Os políticos, por exemplo, preferem ser mencionados numa coluna política do que numa reportagem (COUTINHO: 2002, p. 292).

Apesar da predileção, colunistas políticos são tão ou mais dependentes das fontes do que qualquer outro profissional do meio jornalístico. Para permanecerem na função, os colunistas políticos necessitam constantemente de informações exclusivas sobre os bastidores do poder. De maneira que, as fontes anônimas estão aptas a se tornarem potenciais informantes dos colunistas políticos. No entanto, Reich (Op. Cit., p.05) esclarece que fontes anônimas somente se aproximam de jornalistas ou organizações com os quais compartilham algum tipo de afinidade formal e informal. A falta de distanciamento dos jornalistas em relação às fontes traz uma série de implicações, tanto no exercício profissional, quanto na percepção dos leitores acerca do que vem a ser o “bom” ou “mal” jornalismo. Ao confiar em fontes anônimas, jornalistas/colunistas precisam lidar com os riscos de serem enganados, manipulados ou envolvidos em escândalos e casos de corrupção. Já os leitores podem interpretar o uso do anonimato como manipulação de informações, publicação de inverdades, conivência do jornal com atitudes fraudulentas e falta de transparência na produção das notícias. Vejamos um episódio descrito pelo titular do Informe JB em que a imprensa foi enganada por ter confiado numa fonte anônima:

Questão de fé²⁸:

É de elementar técnica jornalística que, certas notícias, obtidas em fontes credenciadas e, sobretudo, oficiais, às vezes tenham de ser divulgadas sem que se diga o nome do informante. Trata-se de questão de fé. O jornalista acredita em que ouve ou na importância do cargo que ocupa e, arriscando-se, omite sua identidade.

Há poucos dias, uma fonte rigorosamente credenciada de segundo escalão de um Ministério informou que o Brasil poderia exportar 3 milhões de toneladas de soja, ainda este ano, para países do bloco socialista.

Poucas poderiam ser as pessoas mais autorizadas a divulgar tal fato. E era de tal forma inverossímil a informação, que pode ser noticiada com o compromisso de não citar o nome da fonte.

Agora, verifica-se que se tratava, pura e simplesmente, de uma mentira. O porta-voz oficial do Itamarati desmente formalmente que se vá vender soja ao bloco socialista.

Infelizmente, sem que se possa saber onde começou a má fé, deve-se registrar que a notícia, sendo divulgada, atendeu a um grupo de produtores interessados em elevar artificialmente o preço da soja através de hábil jogada.

Pensar que um jornal, ao revelar a informação, está conluiado, é rematada tolice. Afinal de contas, se uma fonte credenciada diz que o Brasil vai vender petróleo ou ogivas nucleares, é fácil descobrir a falsidade. Mas se uma autoridade competente fala em venda de soja, cabe ao órgão de divulgação acreditar.

²⁸ **Questão de fé.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 27 de Abril de 1975. Informe JB, Política e Governo, página 06.

As jogadas de preços, bem como muitas outras, vivem e morrem muito mais nos corredores competentes do que em jornais ou revistas. A diferença está no fato cristalino de que é confortável atribuir à imprensa a responsabilidade pelos fatos que não são agradáveis.

De acordo com o titular do Informe JB, o anonimato é uma “questão de fé”: mesmos cientes dos riscos, os jornalistas optam por publicar uma informação ao considerá-la verdadeira ou quando a informação foi repassada por “fontes credenciadas e, sobretudo, oficiais”. Para o titular do Informe JB, algumas fontes são mais credíveis do que outras (“poucas poderiam ser as pessoas mais autorizadas a divulgar tal fato...”), muito embora o colunista não especifique quais são os critérios adotados para julgar a credibilidade de uma fonte. Uma vez enganado, o titular do Informe JB defende que o jornal não deve ser responsabilizado por publicar uma mentira, pois nem todas as informações podem ser investigadas. Há um esforço do titular do Informe JB em projetar o jornal à posição de refém das fontes, quando não vítima de “hábil jogada” de pessoas de “má-fé”. E ao fazê-lo, o titular do Informe JB elimina qualquer vestígio de independência por parte dos jornais e reforça a crítica de que os jornalistas nada mais são do que porta-vozes de fontes oficiais.

Segunda

WILSON FIGUEIREDO

Seção

Vai ficando difícil fixar onde acaba a reportagem e começa a espionagem, para certos efeitos. Entre o espião e o repórter, ambos da família dos bem informados, não existe apenas uma Lei de Segurança: há também entre eles uma identidade de vocação e de métodos. E no Brasil destes dias, os mesmos riscos os aproximam.

Segunda Seção é um título de inspirações secretas, mas não sinistras. Essa é a designação que se dá aos serviços secretos militares, na nomenclatura interna das Forças Armadas. Quem quiser, também fica à vontade para relacionar o título com os antigos bondes bagageiros (Segunda Seção) os talobas que transportavam tudo — gente, malas, trouzas, frutas, galinhas, porilas — sem nenhum preconceito, bons tempos em que todas as distinções ideológicas cabiam dentro de um bonde da Light.

Nós também faremos o transporte franco, variado e despreconceituoso das notícias, para entregá-las ao público. O veículo pode ser modesto, mas nós entregaremos a encomenda.

Oligarquia — O jornalista e banqueiro Moura Vale — que entre outros títulos apresenta o de ser ao mesmo tempo cunhado do Presidente Goulart e do Deputado Leonel Brizola e primo do Deputado Amaral Neto — tomou conhecimento de que foi subtraído do Conselho de Telecomunicações o processo de transferência das ações da Rádio Pampa, de Porto Alegre, cujo capital é quase integralmente de sua propriedade. O processo foi requisitado por um vago Deputado Cintra, que simplesmente não existe.

RESFRIAMENTO — A liderança da esquerda radical anda sensivelmente preocupada com o jorro de 20 bilhões de cruzeiros que o Governo federal lançou no Nordeste, através do Segundo Plano Diretor da Sudene. Entende que esse volume de dinheiro e de obras públicas poderá esfriar momentaneamente os ímpetos da rebelião popular, naquela área crítica do País.

A opinião do Deputado Leonel Brizola é

Brasileiros (menos paulistas) preferem a encampação

Uma organização especializada em pesquisa de opinião pública realizou, por encomenda do Sr. João Goulart, consulta para apurar a tendência dominante em relação ao problema das concessionárias de serviços públicos. O inquérito foi estendido a todos os pontos do território nacional e as respostas correspondiam a três quesitos: compra do acervo, encampação pura e simples ou manutenção do regime atual.

A maioria das opiniões pesquisadas foi inteiramente favorável à encampação. O dado, entretanto, não animou o Governo a alterar as negociações para a compra, de acordo com o compromisso firmado pelos Presidentes Goulart e Kennedy em abril do ano passado em Washington.

Somente os paulistas divergiram da opinião predominante no resto do País: preferem que as empresas continuem operando no regime em que foram feitas as concessões. Os interpretores da pesquisa oferecem para a variante paulista uma explicação: é que, livre das emoções políticas, eles não esquecem que as concessões estão às vésperas de caducar. Todas vão cair nas mãos do Governo, sem muita conversa, daqui para a frente.

EDNA ASSUSTADA — Os Deputados Edna Lott e Roland Corbisier, do PTB carioca, foram a Vitória do Espírito Santo para fazer um trabalho de tumultuação de ambiente contra o Governador Carlos Lacerda. Em outras palavras, para estragar-lhe a festa. Mas a missão resultou em pura perda, segundo se comenta no próprio PTB. Voltaram ambos, sobretudo D. Edna, vivamente impressionados com a resistência de

Fig. 2 – Coluna Segunda Seção. Edição 02 de Agosto de 1963.

Informe JB

Pedro Gomes

Ministério resiste aos boatos

Procuramos saber do Ministro Luis Viana Filho, Chefe do Gabinete Civil da Presidência, o que há de certo sobre as anunciadas substituições ministeriais. Na sua resposta, êle deixa claro que por enquanto as notícias são simplesmente especulativas, baseadas em indícios que poderão ser confirmados ou não pelos fatos. Até agora nenhum Ministro formalizou pedido ou propósito demissionário, nem o Presidente da República manifestou intenção de alterar sua equipe de governo: o esclarecimento se aplica, por exemplo, aos Srs. Juarez Távora, Milton Campos, Flávio Suplicy de Lacerda e Daniel Faraco, os mais visados nos rumores reformistas.

FRONAPE em deficit

O deficit da Frota Nacional de Petroleiros em 1964 ascendeu a 5 bilhões de cruzeiros, quando o normal seria que houvesse lucro. Além do problema crônico do excesso de tripulação e da demora excessiva dos navios nas operações de reparo (mais barato seria consertar no exterior), a FRONAPE lutou com uma cerrada competição internacional nos fretes de petróleo e com a imposição de certos fornecedores de só fazerem o transporte nos seus próprios navios: o resultado foi a constante e onerosa paralisação dos nossos petroleiros, em boa parte limitados ao serviço deficitário do abastecimento interno. Quanto ao problema da tripulação, a Petrobras já está agindo: apresentou um projeto, para negociar com os sindicatos da classe marítima, no qual a categoria do tripulante de petroleiro é desvinculada do regime geral da Marinha Mercante.

Mercado de capitais

O Governo está empenhado em reorganizar o mercado de capitais, de modo que atenda sobretudo ao crédito de médio e longo prazo, e em restabelecer as condições de desenvolvimento do mercado de ações. Providências nesse sentido serão anunciadas pelo Presidente da República no discurso de hoje do CONSPLAN. O Presidente falara, também, do propósito do Governo em induzir as empresas estrangeiras a abrirem seus capitais à participação nacional e na necessidade de ser disciplinada a aplicação do Imposto de Vendas e Consignações, que incide nos Estados e tem sido fator de per-

quanto ao Brigadeiro Eduardo Gomes, o Sr. Luis Viana Filho assinala que só tem motivos para acreditar que sua gestão será duradoura, tão integrado e satisfeito se mostra no Ministério da Aeronáutica, onde o Governo o tem como homem-chave. Que o Sr. Arnaldo Sussekind está de bagagem arrumada para o Tribunal Superior do Trabalho, já é notório; entretanto — esclarece o Chefe do Gabinete Civil — não é verdade que o decreto de sua nomeação esteja assinado, nem que o Presidente já tenha decidido substituí-lo. Enfim, mudanças no Ministério poderão ocorrer, mais cedo ou mais tarde, submetidas porém ao exclusivo critério (na sua conveniência ou oportunidade) do Presidente da República.

Oposição na Assemblêia

A chapa de oposição que disputará a Mesa da Assemblêia Legislativa da Guanabara foi constituída domingo, em local fora de qualquer previsão: o Dunbar, na Barra de Tijuca. Ficou assim organizada: Presidente — Silbert Sobrinho (PL); 1.º Vice — Frederico Trota (PTB); 2.º Vice — Paulo Duque (PR); 1.º Secretário — Solomão Filho (PTB); 2.º Secretário — Rubem Cardoso (PSP) — 3.º Secretário — Indio de Brásil (PSP) e 4.º Secretário — Jamil Haedad (PSB). A presidência da Comissão de Justiça será disputada pelo Deputado Alfredo Tranjan e a de Redação pelo Deputado Gama Filho. Paulo Duque e Rubem Cardoso aparecem também na chapa Governista.

Teste no Supremo

Logo após a instalação dos seus trabalhos deste ano, o Supremo Tribunal Federal começará a examinar os numerosos mandados de segurança impetrados contra as diversas aplicações do Ato Institucional, cassando mandatos e suspendendo direitos políticos, demitindo ou aposentando funcionários etc. Estima-se que cheguem a 500 os pedidos de segurança. O controle jurisdicional das medidas punitivas da Revolução, nos termos do Ato Institucional, "limitar-se-á ao exame de formalidades extrínsecas, vedada a apreciação dos fatos que as motivaram, bem como da sua conveniência ou oportunidade". De qualquer sorte, o Supremo fica com livre faixa de decisão relativamente às formalidades extrínsecas, podendo por esse caminho chegar à anulação do ato que foi objeto do mandado de segu-

Fig. 3 — Coluna Informe JB, antiga coluna Segunda Seção. Edição: 09 de Março de 1965.

Informe JB

A barca de Platão

Ontem à tarde o Ministro da Fazenda, Sr. Antônio Delfim Netto, despediu-se de seus auxiliares e, depois de seis anos de trabalho, ao longo dos quais reformulou a imagem e boa parte da estrutura da economia brasileira, dirigiu-se ao pequeno vestibulo onde, com um estranho aspecto de porta de armário embutido, está o elevador privativo do ocupante do grande edifício da Avenida Presidente Antônio Carlos.

Focos instantes depois, chegou, solene, o ascensorista Platão, controlando o painel através do qual havia acompanhado, em 1967, a subida do então Secretário de Fazenda de São Paulo ao décimo andar.

Com o ceticismo das pessoas habituadas a falar pouco e com a frieza de um ascensorista, que já subiu e desceu pelo menos uma dúzia de Ministros da Fazenda, Platão acompanhou seu chefe até a garagem e, a partir de hoje, está à espera do professor Mário Henrique Simonsen.

Pouco depois de cena tão fatalista, travou-se o seguinte diálogo de Platão:

— Como é que vai, Platão — perguntou um passageiro habitual do nobre elevador.

— Firme, doutor, subindo e descendo, subindo e descendo.

No outro diálogo, do outro Platão, lê-se a seguinte pergunta do poeta Píndaro:

— Eu posso, por justiça ou por outros meios, chegar a uma torre imponente que me sirva de fortaleza pelo resto dos dias?

Apesar de se tratar de um diálogo, Platão não dá resposta.

Três Ministros

Apenas três Ministros não deixaram o país por um só dia durante todo o Governo Médici. O General Orlando Geisel, o Brigadeiro Araripe de Macedo e o Ministro Mário Andreazza, que ocupa a Pasta dos Transportes desde 1967.

tro, os poderosos de amanhã, a quem servirão com dedicação nos próximos cinco anos.

O ideal, nesses casos, é que o favorecido de hoje procure sempre imaginar como é desagradável a situação do desfavorecido.

Recados

O Senador Tarso Dutra já teria recebido um recado informando-o de que dificilmente será o Governador do Rio Grande do Sul.

O Governador do Rio Grande do Sul é o Sr. Edmar Fetter Assumiu porque o titular, Sr. Euclides Triches, foi a Brasília assistir à posse.

“História do Brazil”

Saiu mais um livro de História do Brazil. É *The Brazilian-American Alliance 1937/1945*, do professor Frank McCann Jr., editado pela Universidade de Princeton.

É uma pesquisa sobre as atribuições diplomáticas e militares que antecederam a entrada do Brasil na Segunda Guerra. Seu autor contou com a ajuda de um especialista no assunto, o General Vernon Walters, atual vice-diretor da CIA, que durante a campanha da Itália era adido à FEB e dividia a barraca com o Tenente-Coronel Humberto Castelo Branco.

O professor McCann revela que a anarquia da classificação de documentos rotineiros como secretos não é doença exclusiva dos subdesenvolvidos. Em Washington, o Relatório dos Combates da I Divisão de Infantaria da FEB eram secretos na Secretaria da Guerra e ostensivos no Departamento de História Militar.

Um telegrama do então Embaixador americano, Jefferson Caffery, revela que um embaixador brasileiro saiu dos Estados Unidos “por causa da chegada a Washington de determinada senhora.”

Formigologia

Fig. 4 – Coluna Informe JB. Edição: 15 de Março de 1974. (Parte Superior)

O primeiro a sofrer

No dia 25, todas as escolas da rede oficial do Estado da Guanabara que têm jornalistas como patronos homenagearão a memória de Hipólito José da Costa pela passagem do segundo centenário de sua morte.

Nada mais justo, pois, tendo sido o primeiro dos grandes jornalistas brasileiros — obrigado a editar seu *Correio Brasiliense* em Londres — foi também o primeiro a cair em dificuldades com o Governo. Perseguido pela Metrópole portuguesa por suas idéias separatistas, conseguiu a ser glorificado depois da Independência.

D. Pedro I nomeou-o Cônsul em Paris, mas quando o decreto chegou, Hipólito estava morto.

Caos de poder

Brasília enlouqueceu. Com a presença de um Governo que está saindo e um Governo que está entrando, durante todo o dia de ontem ocorreu um monumental congestionamento de autoridade. Maitres de restaurantes, porteiros de hotéis e cabeleireiros não conseguem saber a quem devem dar preferência.

De um lado estão, disputando o mesmo horário, os poderosos de ontem e de hoje, a quem serviram com dedicação durante quatro anos. Do ou-

tro lado, chegou à Universidade Federal de Mato Grosso o diretor do Departamento de Programas Internacionais de Entomologia da Universidade da Flórida, Sr. Georges Allen.

Vou tentar descobrir como o Brasil conseguiu livrar-se da formiga *emigrante*, pois desde 1925, quando vendeu-se uma grande partida de madeira do Centro-Oeste para a Flórida, a colônia devastadora de clandestinos vem dando dores de cabeça aos americanos.

Falta de frita

Primeiro faltaram operários, depois faltaram ferro e cimento. Agora a indústria da construção civil vai sofrer a falta de frita.

Trata-se de um elemento essencial para a esmaltação de azulejos, produzida com base em outro material de nome exótico, a ziconita, que por sua vez é importada da Austrália e da Turquia. Como as entregas estão atrasadas, dentro de 90 dias, começarão as dificuldades para a compra de azulejos.

Nesse ritmo, é possível que algum dia, com a mesa repleta de notícias sobre a falta de material, os construtores, no meio de tantas preocupações para cumprir seus prazos, passem a ter saudades do tempo em que havia tudo, mas só faltavam os compradores.

Lance-livre

- Do Deputado Clévis Stenzel, ao saudar o líder Geraldo Freire: "poucas vezes o parlamento brasileiro pode contar com figuras tão capazes como a de Geraldo Freire".

- A ideia básica é fazer com que o segundo escalão do Governo assuma seus postos na próxima semana.

- O Ministro Mário Andreazza deixou ontem a residência oficial da Ilha do Fundão.

- O novo gerente da Divisão Pública do Banco do Brasil será o economista João Ary de Lima Barros. Participou ativamente da estruturação do sistema de open market no Brasil, além de ter trabalhado na montagem dos diversos lançamentos de bonus do Brasil no exterior.

- Já em Cordisburgo, no Museu Guimarães Rosa, a máquina de escrever, a caixa de balanço e a mesa onde o escritor revia os originais.

- A cantora Cláudia Barroso, tida como irmã musical de Wladimir Soriano, conseguiu uma façanha digna de análise pelas melhores *gourmettes*: comeu escargot com garfo de carne.

- Os historiadores Pedro Calmon e José Honório Rodrigues foram indicados pela Academia Brasileira de Letras para o prêmio Gulbenkian da Academia do Mundo Latino.

- Sob a presidência do Sr. Almeida Castro, reuniu-se ontem a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão.

- A cidade colonial de Ouro Preto integra-se ao mercantilismo moderno. Já conta com uma casa de câmbio para atender aos turistas.

- Um exemplo que deveria ser seguido: o casal Leonídio Ribeiro Filho humanizou a Rua Joaquim Campos Porto, no Jardim Botânico, com o plantio de 12 amendoeiras.

- O arquiteto Maurício Roberto anuncia que dentro de um mês estará pronto o seu projeto para a urbanização de toda a região dos Alagados, na Capital baiana. Será executado no prazo de dois anos.

- O músico João Donato, um dos precursores da Bossa Nova, seguirá para o Acre, onde será rua em Rio Branco, sua cidade natal.

- Foram mantidos no Banco Nacional de Habitação os Srs. José Roberto do Rego Monteiro, diretor de Saneamento, e Alberto Klumbe, diretor de Operações Especiais.

- O Sr. Elmo Cerejo vai para Salvador e só volta a Brasília na terça-feira. Até lá, estará esboçado seu plano-piloto.

- Desde ontem os deputados brasileiros estão usando um distintivo idealizado pelo Sr. Flávio Márcilio. É pouco maior que uma moeda de cinco centavos e tem a silhueta de Copacabana fundida em ouro. No

Fig. 5 – Coluna Informe JB. Edição: 15 de Março de 1974. (Parte Inferior)

4.2 A metáfora da raposa:

Quando os militares endureceram o controle sobre a imprensa, alguns jornais lançaram mão das metáforas para tentar informar a população a respeito do que estava acontecendo no país. Na edição do dia 14 de dezembro de 1968, o Jornal do Brasil publicou duas metáforas na capa do jornal que se tornaram símbolos da resistência contra a ditadura. Uma das metáforas dizia: “Ontem foi o Dia dos Cegos”, referente a uma missa na Igreja de Santa Luzia (protetora dos olhos), mas que também indicava uma certa perplexidade após o governo ter anunciado a decretação do AI-5, em cadeia de rádio e TV, às 22 horas do dia anterior. O Jornal do Brasil, que tal como outras publicações apoiaram o golpe dos militares, parecia incrédulo ante a política de “governabilidade” do governo Costa e Silva. A metáfora soava quase como um pedido de desculpas: dia 13 de dezembro de 1968 fora o dia dos cegos, ou seja, todos aqueles enganados quanto às pretensões dos militares e que, naquele momento, somente Santa Luzia poderia protegê-los. A outra metáfora, também despercebida pelos censores, foi publicada no espaço destinado à previsão do tempo: *“Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máx.: 38º, em Brasília. Mín.: 5º, nas Laranjeiras”*. As temperaturas indicavam o AI-5 e o Ato Complementar Nº 38, que decretara o recesso no Congresso Nacional. Autor da metáfora, Ubirajara Loureiro (2010, p.02) afirmou que a suposta previsão não foi publicada na íntegra: *“Só lamento até hoje que um copydesk, designado pelo então editor Alberto Dines, que aprovara a ideia, tenha cortado o que considerava um fecho de ouro para a chamada de meteorologia. ‘Não há perspectiva de melhoria para os próximos anos’”*.

Neste tópico, porém, enfatizaremos a metáfora da raposa, frequentemente utilizada pelo titular do Informe JB ao se referir a políticos no exercício do mandato ou mesmo que estivessem afastados da vida pública. Considerada um animal astuto, sagaz e manhoso; a raposa tem a imagem associada aos políticos por reunir qualidades necessárias para sobreviver em um ambiente hostil e de intensa competitividade, tal como muitos acreditam caracterizar o meio político. A estratégia de comparar os políticos à raposa vem de longa data: em O Príncipe, obra cuja primeira edição foi publicada em 1532, Nicolau Maquiavel (2011, p. 217/218) afirma que um príncipe deve portar-se como uma raposa a fim de permanecer no poder:

Tendo, portanto, necessidade de proceder como animal, deve um príncipe adotar a índole ao mesmo tempo do leão e da raposa; porque o leão não sabe fugir das armadilhas e a raposa não sabe defender-se dos lobos. Assim cumpre ser raposa para conhecer as armadilhas e leão para amedrontar os lobos. (...) O que dentre estes melhor soube imitar a raposa, mais proveito tirou. Mas é preciso saber mascarar bem esta índole astuciosa, e ser grande dissimulador.

Os homens são tão simplórios e obedecem de tal forma às necessidades presentes, que aquele que engana encontrará sempre quem se deixe enganar.

Uma das características mais marcantes do pensamento maquiaveliano é o realismo extremo. O trecho anteriormente citado é um dos muitos conselhos de Maquiavel aos governantes, elaborado a partir de um estudo histórico da Antiguidade, em especial da Roma Antiga. Ao se deparar com os problemas políticos de uma Itália fracionada em pequenos principados, vulneráveis à invasões externas e governados por tirânicos sem tradição dinástica, que viviam em guerra; Maquiavel constatou que o homem age somente pela via da corrupção e violência. Para Maquiavel, o homem assemelha-se a um animal traiçoeiro, feroz e vingativo, cujos instintos beiram ao egoísmo, à ambição e à inveja. E como todo animal, o homem desconhece e, portanto, desprezita qualquer noção de bem ou mal, de justiça ou injustiça. De modo que, em “Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio”, Maquiavel (1982, p.29) afirma ser “... *necessário que quem estabelece a forma de um Estado e promulga as suas leis, parta do princípio de que todos os homens são maus, estando dispostos a agir com perversidade sempre que haja ocasião.*”.

Um dos fundadores da Ciência Política Moderna, Maquiavel antecipa o pensamento político do filósofo inglês Thomas Hobbes (1651), segundo quem o “homem é lobo do próprio homem”. Uma vez defrontado com a natureza pérfida do homem, Maquiavel recomenda aos governantes administrarem o Estado como animais, isto é, com a força de um leão, capaz de afugentar os “lobos”, e a astúcia de uma raposa, sábia em fugir das armadilhas. Enquanto raposa, o governante deve dominar a arte da dissimulação, pois haverá outros com a mesma intenção de ludibriá-lo. O autor de O príncipe radicaliza em seus conselhos: quanto mais dissimulado for um governante, melhor proveito tirará das circunstâncias. É nítido o esforço de Maquiavel em retratar as práticas políticas sem falso moralismo, distanciando-as de questões éticas ou espirituais, sinalizando assim uma ruptura com a tradição do pensamento medieval cristão. Por muito tempo incompreendido e acusado de ateísmo, satanismo e despotismo pela Igreja Católica, tendo as obras incluídas no índice pelo Papa Paulo IV; Maquiavel é um autor cujo pensamento continua atual.

Ao qualificar os políticos de raposa, o titular do Informe JB concebe a política nos termos de Maquiavel, para quem os governantes lançam mãos de todos os recursos possíveis para conquistar e preservar o poder. Parafraseando Maquiavel, a raposa pode ser todo e qualquer governante que, em prol do controle do Estado, adota medidas condenáveis, moral e juridicamente. Ainda que as ideias de Maquiavel tenham sido inspiradas num cenário social,

político e econômico específico – a Europa e, mais precisamente, a Itália dos séculos XV e XVI –, a postura dos governantes tem se mantido a mesma, independente de regime ou forma de governo. Entretanto, em um cenário de autoritarismo, os políticos são mais propensos a agir feito uma raposa, movimentando-se silenciosamente pelos bastidores, aguardando o momento oportuno para tomar qualquer decisão. O que não acontece num regime democrático, haja vista que as disputas pelo poder ocorrem publicamente e os políticos usam da força para se impor aos adversários.

Em particular num regime autoritário, o uso da metáfora da raposa é mais pertinente ao mencionar aos políticos da oposição, que necessitam de astúcia para driblar os desmandos do governo. É a oposição, sobretudo, que deve portar-se como uma raposa, protegendo-se das armadilhas dos militares, sob o risco de ser literalmente capturada e assassinada, a exemplo do que aconteceu com alguns políticos nordestinos, cujos corpos foram dados como desaparecidos pelas forças de segurança do governo Geisel. Já para os militares, por estarem no poder, o jogo político exige a combinação de dois elementos: força e sagacidade, características, respectivamente, atribuídas ao leão e à raposa. Muito embora, a metáfora do leão seja mais compatível com as ações dos militares, pois a definição de força remete a outros conceitos correlatos como crueldade, armas, violência etc.

Tal como utilizada pelo titular do Informe JB, a metáfora da raposa traz ainda referências às famosas fábulas de Esopo²⁹, em que o animal apesar de retratado com perspicácia nem sempre sai vitorioso do confronto com outras espécies. Em todas as fábulas há uma dose de humor e ironia, compatível com a escrita dos colunistas políticos. De maneira que, o titular do Informe JB incorpora ao texto elementos discursivos característicos das fábulas, como: linguagem literária, narrativa curta, apresentação de virtudes, qualidades e defeitos do caráter do homem, por meio do comportamento animal; e lição de moral. Todos esses elementos são visíveis nas notas do Informe JB selecionadas abaixo:

➤ **Narrativa curta:**

Frase³⁰

De moderadíssima raposa pernambucana:

- Costeleta, sapato branco e Oposição, só é bonito nos outros.

²⁹ Esopo: escravo que viveu na Grécia no século V a. C, autor de inúmeras fábulas populares, dentre elas: “A Águia e a Raposa”, “A Raposa e o Corvo”, “A Raposa e o Leão”, “A Raposa e a Doninha” e “A Raposa e o Porco-espinho”.

³⁰ **Frase.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 06 de Abril de 1977. Informe JB, Política e Governo, Página 06.

Contra-definição³¹

De uma raposa de Brasília, especialista em distorções de frases alheias: político governista é o cidadão que justifica no futuro erros cometidos no presente quanto ao passado.

As notas encontradas no Informe JB apresentam uma estrutura semelhante à narrativa das fábulas, cujos textos são curtos e ricos em diálogos. A princípio, esses recursos narrativos foram usados em consonância com dois importantes critérios jornalísticos adotados no Brasil, segundo os quais a informação deve ser concisa e, preferencialmente, corroborada pelo testemunho de uma (ou mais) fonte(s). Repare que, em ambas as notas, a raposa é um político da oposição, uma vez que o governo, como bem alertamos, apelava muito mais para a força do que a astúcia ao lidar com os adversários. Tanto quanto as fábulas são carregadas de humor, nas notas acima, os políticos recebem tratamento jocoso, por parte do titular do Informe JB e também das fontes citadas no texto.

➤ **Linguagem literária:**

Direta e indireta³²

Uma raposa precocemente sábia, por muito cair e escapar das armadilhas políticas, se viu cercada, em sua própria alcateia, de perguntas sobre a sua eventual indicação para uma das vagas ao Senado por eleições indiretas. Para tanto, diziam-lhe, tinha créditos em serviços prestados.

E ele, arreganhando os dentes:

- Vocês acham que eu não vivi para aprender pelo menos como funciona este protocolo de nomeações. Já viram, nestes tempos, alguém querer um cargo, sair anunciando isso, e pegá-lo?

Como explicitado na nota acima, eventualmente, o titular do Informe JB adotava um estilo de escrita mais literária. Em “Direta e indireta”, o colunista adapta o texto ao formato de uma fábula: *“Uma raposa precocemente sábia, por muito cair e escapar das armadilhas políticas, se viu cercada, em sua própria alcateia...”*. Observa-se também que a clareza e a objetividade, tão propaladas nas redações já nesse período, cederam lugar a um discurso metafórico, em que os políticos e o Congresso são respectivamente comparados a uma raposa e a uma alcateia. O modo informal de o titular do Informe JB referir-se às fontes, perceptível na expressão “arreganhando os dentes”, denota uma certa familiaridade do colunista em relação à fonte.

³¹ **Contra-definição.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 26 de Abril de 1974. Informe JB, Política e Governo, Página 06.

³² **Direta e Indireta.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 08 de maio de 1977. Informe JB, Política e Governo, página 06.

➤ **Apresentação de virtudes, qualidades e defeitos do caráter do homem por meio de comportamento de animais:**

Desentendimento³³

Esgueirando-se pelos palácios gaúchos, e rondando os confessionários do Senador Petrônio Portela, uma raposa jovem do ex-PSD, arenista incorrigível, enervada, blasfemava: Basta respirar para compreender que o Senador Tarso Dutra não pode governar este Estado, mas, agora, com suas restrições ao Fetter, o Triches está acrescentando um novo ministério. Ele brigou com o vice, mas fez questão de se reconciliar em público. Portanto, se agora não o quer, isso indicaria que o Senador Tarso, como Tiradentes, foi amaldiçoado até, pelo menos, a segunda geração.

Nesta nota, o titular do Informe JB compara a conduta de um político arenista aos movimentos de uma raposa: assim como o animal está habituado a esgueirar-se por territórios perigosos e rondar suas presas, o político arenista permanece à espreita dos adversários, temendo qualquer iniciativa que possa colocá-lo em desvantagem política. Paralelamente, o titular do Informe JB reproduz as costumeiras conspirações do universo político, demonstrando que as notícias nem sempre são baseadas em fatos concretos, mas em hipóteses e especulações.

➤ **Lição de moral:**

O Drama de Rondon³⁴

Envolta em sua felpuda cauda, comentou uma velha raposa, sábia e grisalha: O Rondon Pacheco deve estar muito preocupado. Se ele se movimenta para garantir o seu ano de mandato, vêm os inimigos e lhe tomam o poder de contribuir na sucessão. Se tenta influir na sucessão, devoram-lhe o mandato. Tomara que ele não esteja pensando que pode entrar nas duas brigas.

Por transmitirem uma lição de moral, as fábulas são incorporadas ao discurso daqueles que almejam dar conselhos, avisos ou mesmo fazer previsões; porém, não desejam ter a imagem pessoal vinculada à autoria da mensagem. Quando analisamos “O Drama de Rondon”, não sabemos de quem se trata a raposa “velha, sábia, grisalha, envolta em sua cauda felpuda”, mencionada pelo titular do Informe JB; tampouco se a personagem é real ou fictícia. Independentemente da veracidade da história, a metáfora é mutuamente benéfica: de um lado, o titular do Informe JB usufrui da possibilidade de interferir no debate político, transferindo toda e qualquer responsabilidade do que é dito para a fonte; já o político tem a oportunidade de comunicar-se com os aliados e adversários, sem ter a identidade descoberta.

³³ **Desentendimento.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 07 de abril de 1974. Informe JB, Política e Governo, Página 06.

³⁴ **O Drama de Rondon.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 28 de março de 1974. Informe JB, Política e Governo, página 06.

Existe no meio acadêmico uma discussão acerca de como as metáforas têm ajudado as elites a impor suas agendas políticas. Tal como esclarecemos anteriormente, o envio de mensagens cifradas entre fontes de elite consiste num dos argumentos apontados para justificar a apropriação indevida dos meios de comunicação como canal de comunicação intra-elites. Por conseguinte, as metáforas constituem uma das estratégias que viabilizam o “escoamento” dessas mensagens cifradas para o noticiário político. Do ponto de vista dos jornalistas e colunistas, as metáforas são empregadas a fim de “traduzir” os acontecimentos políticos para uma linguagem mais acessível, transmitir grande quantidade de informação de maneira concisa e aproximar a população de questões relevantes. Entretanto, essas alegações são insuficientes para fundamentar o uso das metáforas.

Apesar de auxiliarem na compreensão de conceitos abstratos e difíceis, as metáforas proporcionam uma dimensão parcial dos fatos, na medida em que destacam alguns aspectos e escondem outros. Segundo Carvalho (2006; 2012) e Hellsten & Renvall (1997), as metáforas são recorrentes em discursos políticos devido à capacidade de omitirem importantes aspectos do real e convencerem por meios pacíficos, sobretudo, em situações de grande interesse público. Depois, como esclarece Jeffery Scott Mio (1997), estudos focais revelaram certa incapacidade do público em assimilar metáforas políticas. Para Mio (Ibid., p.119), os meios de comunicação atuam como um “braço da elite política”, enquanto as metáforas objetivam fazer com que o público sinta-se parte do processo político e, conseqüentemente, apoie as decisões das elites políticas. Pensamento semelhante está presente nos estudos de Jonathan Charteris-Black (2005; 2008), segundo o qual os políticos usam metáforas que remetem à ideia de controle, perda de controle e, subsequente, reconquista de controle.

Embora sejam utilizadas com propósitos distintos, as metáforas aparecem tanto no discurso dos jornalistas quanto das elites políticas. Bart Cammaerts (2012) afirma que, na Bélgica, enquanto as elites políticas usam as metáforas para se comunicar com os adversários políticos, disciplinar aliados e humilhar os inimigos; os jornalistas políticos apelam para as metáforas com o intuito de criticar os processos políticos e as elites políticas “inexperientes”, além de exacerbar conflitos entre a classe política. Assim, para Cammaerts, as metáforas funcionam como um instrumento retórico que permite aos jornalistas e às elites políticas moldarem o discurso público, apresentarem a “realidade” política de modo específico, enquadrarem a forma como os cidadãos percebem determinados assuntos e estabelecerem limites rígidos entre as classes dominantes e os “outros”.

Seguindo esse caminho, um grupo de pesquisadores (CAMMAERTS: 2012; HALVERSON: 2003; HELLSTEN & RENVALL: 1997; LAKOFF: 2003) empenhou-se em

investigar quais são as metáforas com maior incidência no discurso político. As metáforas são: da guerra, do jogo, do drama, do negócio, da culinária e dos transportes. Enquanto Halverson afirma que grande parte da política externa referente à guerra ao terror é constituída em torno de um sistema de metáforas, Lakoff acrescenta que as metáforas de guerra habitualmente evocam elementos do universo dos contos de fada, onde há o herói, o vilão e os injustiçados. Por sua vez, a metáfora do “negócio” é usada com a finalidade de comparar a política a uma espécie de contrato vantajoso ou barganha. De acordo com Cammaerts, na Bélgica, as metáforas de jogos fazem alusão ao futebol – um dos esportes mais populares do país – e ao xadrez, em situações de impasse ou que termina sem vencedores. Também são comuns na Bélgica metáforas associadas à culinária, tais como: “colher de chá”, quando se pretende adotar um tom mais conciliador em uma negociação; “aperitivos”, para indicar pequenas concessões; e “maionese”, correspondente a compromissos desfeitos ou malsucedidos. Por último, a metáfora dos transportes sinaliza falta de direção e liderança entre as elites políticas belgas.

Entretanto, a maior relevância dessas pesquisas não reside em atribuir significado às metáforas, mas sim em evidenciar o quão imperceptível caracteriza a imagem do cidadão nos discursos políticos. Emblemáticas nesse sentido são as metáforas de guerra, em que a perspectiva do herói é exaltada em detrimento ao ponto de vista dos personagens considerados “vilões” e “vítimas”. O mesmo vale para as metáforas divulgadas em decorrência de conflitos entre elites rivais: em geral, o público é relegado à condição de meros espectadores. O que nenhum colunista ou fonte irá admitir é que ambos utilizam as metáforas apenas em benefício próprio. Isso porque as metáforas, por natureza, são subjetivas ou momentâneas. Isto é, a partir do momento em que uma metáfora se cristaliza, deixa de ser uma metáfora simples e se torna uma catacrese. Apesar de ser um tipo de metáfora, a catacrese ocorre quando, na falta de um termo específico para designar um conceito, toma-se outro termo “emprestado”. Não se aplica, por exemplo, ao termo “político”, de fácil entendimento e com ampla lista de sinônimos: estadista, homem público, parlamentar, congressista etc. Logo, podemos concluir que, quando o titular do Informe JB substituiu o termo “político” ou nome da fonte por raposa, houve uma clara intenção de ocultar propositalmente informações do público.

4.3 Do jornalismo à fofoca:

Um dos temas abordados na dissertação foi a amizade do jornalista Elio Gaspari com fontes do alto escalão do governo, como o ministro Golbery e Heitor Ferreira, respectivamente chefe e secretário do Gabinete Civil. Argumentamos que a amizade entre jornalistas e fontes

tem ocasionado a publicação de boatos e fofocas sob o rótulo de “notícias”. O pesquisador J. B. Thompson (2002, p.52) esclarece que a fofoca caracteriza-se primariamente como um tipo de conversação que tem lugar entre amigos e conhecidos. Trata-se, portanto, de um bate-papo, uma conversa informal ou mesmo uma conversa fiada, na gíria popular. Thompson (Ibid., p.53) acrescenta que:

Fazer fofoca implica um grau de familiaridade ou intimidade entre os interlocutores. Não se faz fofoca com um desconhecido, ou com alguém que consideramos como inimigo, pois fazer fofoca pressupõe algum conhecimento partilhado sobre o assunto e algum grau de confiança e confiança. Fazer fofoca é confiar no outro; implica tratar o outro como alguém íntimo, alguém que está suficientemente próximo para estar interessado e inspirar confiança para uma conversa informal desse tipo. Por isso, a fofoca acontece primariamente dentro de redes sociais de relações familiares, de amigos e conhecidos. Fazer fofoca é (...) uma forma de comunicação que simboliza intimidade.

Thompson explica que, mesmo quando o teor da fofoca é relativamente trivial, o ato de fofocar é uma atividade por meio da qual as relações sociais são continuamente renovadas e transformadas. A intenção de um indivíduo ao iniciar uma fofoca é demonstrar para o outro que o considera suficientemente próximo, integrado ao grupo e digno de confiança para partilhar uma informação confidencial. Noutras circunstâncias, a fofoca objetiva reafirmar as normas e valores de um grupo, na medida em que muitas histórias têm um cunho moral e realçam comportamentos inadequados. Ademais, a fofoca possibilita que os indivíduos expressem opiniões sobre terceiros com relativa franqueza, sem os riscos de uma confrontação direta. Embora muitas vezes se confundam, o boato se distingue da fofoca por ser uma notícia não autenticada. A fofoca pode ser ou não verdadeira, poder ser positiva ou negativa. Porém, se uma notícia foi definitivamente confirmada ou desconfirmada não se caracteriza como boato. A palavra boato é equivalente ao termo inglês “rumour”, empregado já no século XIV para se referir a falas ou situações sem fundamento em conhecimento exato.

Tanto a fofoca quanto o boato podem ser feitos através da comunicação de massa. A análise de Thompson (Op. Cit. p.54) recai sobre as colunas de fofocas de jornais e revistas, também conhecidas como colunas sociais. Na avaliação de Thompson, tais colunas de fofoca (sociais) alimentam um tipo de “intimidade unilateral e não-recíproca”, pois aos leitores são designadas informações e especulações a respeito da vida e destino de personalidades, enquanto essas mesmas personalidades desconhecem a identidade dos leitores. Entretanto, limitaremos nossa discussão à divulgação de boatos e fofocas apenas nas colunas políticas, em especial ao Informe JB. O próprio título Informe JB é uma referência às “informações”, para não dizer boatos e fofocas, que circulavam pelos corredores da ditadura militar. Logo, a existência de

fofocas e boatos nas edições do Informe JB confirmam que, a despeito de qualquer censura, havia entre o titular da coluna e as fontes do governo (principais colaboradoras das colunas políticas) um contato cordial e amigável.

A dúvida premente é: por que razão publicam-se boatos e fofocas em colunas políticas? Embora faltem pesquisas satisfatórias no Brasil para mensurar a audiência das colunas políticas, estas consolidaram-se como uma das seções mais prestigiadas dos jornais. E, uma vez que extrapolem o âmbito da comunicação privada e assumam um caráter público, o boato e a fofoca podem dar origem a um escândalo. De maneira que, as colunas políticas são um terreno fértil para que os boatos e fofocas se convertam em escândalos, seja pela questão da visibilidade, seja porque as colunas políticas comportam a publicação de informações sem comprovação. Já os escândalos objetivam causar constrangimento, punição, ou, na melhor das situações, forçar os envolvidos a defender-se publicamente das acusações. No referido estudo Thompson (OP. Cit. p. 40) define o escândalo como “ações ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões que se tornam conhecidos de outros e que são suficientemente sérios para provocar uma resposta pública”. Conclui-se, portanto, que a divulgação de boatos e fofocas nas colunas políticas tem um cunho político.

Sabemos, porém, que há séculos, políticos e autoridades têm se valido da potencialidade dos meios de comunicação, de difundir informações em larga escala, para divulgar boatos e fofocas, numa tentativa de difamar os adversários e enfraquecê-los politicamente. Em suas pesquisas, o historiador Robert Darnton (2005, 2012) menciona uma série de publicações francesas do século XVIII – incluindo jornais, panfletos clandestinos, *libelles* ou *chroniques scandaleuses* –, cuja tônica era os conflitos e as intrigas entre os poderosos, explanados por cortesãos que não hesitavam em caluniar uns aos outros para obter prestígio e privilégios. De modo que, as fofocas, quando transformadas em textos impressos, tinham a potencialidade de arruinar reputações, estas objetos de disputas de poder entre os nobres. Os *libelles* ou *chroniques scandaleuses* (livros escandalosos), por exemplo, originavam-se de fofocas entre os membros da corte, que se transformavam em boatos generalizados, organizados numa folha de notícia manuscrita, até serem finalmente impressos (DARNTON: 2002). Nenhum cortesão estava imune às calúnias: uma das vítimas desse processo de difamação foi o rei Luís XV, cujos detalhes da vida amorosa, presentes no livro *Tanastès*, provieram de boatos espalhados pela princesa de Montauban, ligada ao partido devoto (*parti divot*), que sentia ameaçado pelo poder cada vez maior das amantes do rei (DARNTON: 2014).

No geral, as práticas sexuais da nobreza eram descritas em panfletos clandestinos, redigidos em linguagem obscena, impregnados de insultos e comentários maledicentes. Segundo Antonie de Baeque (1996, p. 231), o discurso pornográfico dos panfletos clandestinos tinha o objetivo político de “colocar em questão o lugar do aristocrata na sociedade ao insistir em suas escapadas sexuais. Faz-se que pareça um perverso, e não um soldado”. Por sua vez, os jornais franceses do século XVIII continham uma grande quantidade de pequenas notas, cujas notícias pouco se distinguiam de mexericos, sendo alguns parágrafos de autoria “de leitores comuns, que queiram fofocar por impresso; de autores, que queiram promover seus livros; e de políticos, que desejavam denegrir oponentes e cultivar protetores (DARNTON: 2005, p. 299)”. Nessa época, ainda não havia repórteres profissionais e os jornais eram produzidos por escritores e mercenários, que coletavam anedotas e todo tipo de intriga entre os frequentadores de bares e cafés.

Assim, inferimos que as publicações francesas do século XVIII destinavam-se, em sua maioria, à difusão de boatos e fofocas. Curiosamente, apesar de o jornalismo francês do século XVIII ter inspirado os primeiros periódicos brasileiros, alguns autores (EMERICH: 2002; RAMOS: 2002; SOUZA: 2007) postulam que as colunas políticas reúnem boatos e fofocas por terem se desenvolvido a partir das colunas sociais, estas por sua vez inspiradas nas colunas de mexericos norte-americanas – as famosas *gossip columns*. Para tais autores, uma confluência de fatores levou à “politização” das colunas sociais, no Brasil: para começar, com a reforma dos jornais nos anos 50 e a consequente diversificação dos leitores, os jornalistas se viram obrigados a escrever sobre outros assuntos; depois, passados os anos dourados, diminuiu o número de bailes e as festividades que serviam de inspiração aos colunistas; por fim, com a chegada dos militares ao poder, os jornais começaram a “plantar” notícias sérias nas colunas sociais como forma de burlar a censura. Embora verossímeis, os argumentos de Emerich, Ramos e Souza e falham em dois aspectos: subjugar as colunas políticas à evolução das colunas sociais, além de menosprezar a associação histórica entre jornalismo, boato e fofoca.

Sem a pretensão afirmar quando surgiu a primeira coluna política brasileira – ainda que o assunto merecesse uma investigação – salientamos que, colunas políticas no molde do jornalismo francês já existiam no Brasil desde o final do século XIX. Um exemplo notório é a coluna Coisas da Política, uma das mais antigas publicações do Jornal do Brasil, cuja primeira edição encontrada por nós data de uma quarta-feira, dia 09 de fevereiro de 1898³⁵. Criada por

³⁵ **Cousas da Política.** Escrevem-nos: Deve reassumir brevemente as funções de seu cargo o governador de um dos estados do norte, que se acha com licença nesta capital. Os netos de seu substituto parece que estão desgostando nos melhores amigos seus e dahi esse regresso mais prompto do que era esperado. O que há de mais notável é que

Dunshee de Abranches, a coluna intitulava-se “Cousas da Política”, um bordão usual quando o tema eram os problemas do Estado. Somente em 1945, depois de o país passar por uma reforma ortográfica, o nome da coluna foi alterado para “Coisas da Política”. Enquanto esteve à frente da coluna, Dunshee assinava as edições com o pseudônimo de Rabagas, personagem de comédia de Sardou (dramaturgo francês), aparentemente inofensivo, porém hábil em intrigas políticas. Ainda que não seja objeto de análise desta dissertação, é válido o exame de algumas notas de “Cousas da Política”, até mesmo pela importância histórica da coluna:

Cousas da Política³⁶

Maledicencia de livraria:

Conhecido deputado entra na Casa Brigales e pergunta com toda a seriedade:
- O senhor tem algum livro que trate... do direito da Câmara de processar os deputados?

O alludido livreiro deve ter formado boa opinião... sobre as cousas da política.

Cousas da Política³⁷

Definições apanhadas nos corredores da Câmara:

O almoço do Dr. Barata Ribeiro tinha por título: verdade eleitoral.

Pudera!...

O banquete do partido republicano, que se realizou ontem, teve por fim: hypotheca do partido sobre o governo do Dr. Campos Salles.

Veremos.

Hum!... Hum!...

Cousas da Política³⁸

Rabagas, em ação

O caso da Parahyba

Rabagas, o humilde rabiscador desta secção, desde domingo passado que anda em uma afazama doida, em volta do Cattete, onde tem sido tratadas, como sempre, questões políticas, quer em relação ao poder executivo, quer ao legislativo.

Soube elle assim, por conversas de políticos pouco cautelosos, que, ao que apreço, o Sr. Epitácio Pessoa deixará a pasta que ocupa, seja qual fôr o resultado da votação do Senado sobre as eleições do Estado da Parahyba.

Cousas da Política³⁹

Se gorar o candidato

Escreve-nos jovem político:

Ouvimos que, caso não se realize a indicação do sr. General Quintino Bocayuva à presidência da República, o sr. Deputado Nilo Peçanha não aceitará a do seu nome para fazer parte da convenção que deve fazer a escolha do candidato imposto pelo sr. presidente da República.

Esta atitude daquele deputado fluminense não o inibirá de frequentar o Palácio do Cattete.

v. ex., tendo sido filiado ao P.R.F., pede e aconselha aos referidos amigos que votem no Dr. Campos Salles e Rosa e Silva. Cousas de políticos... Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 09 de Fevereiro de 1898, Primeira Página.

³⁶ **Cousas da Política.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, Sábado, 09 de Julho de 1898.

³⁷ **Cousas da Política.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, Quinta-Feira, 01 de Setembro de 1898.

³⁸ **Cousas da Política.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, Quarta-feira, 23 de Maio de 1900.

³⁹ **Cousas da Política.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, Domingo, 04 de Agosto de 1901.

Ainda bem.

Cousas da Política⁴⁰

Segundos os boatos que começam a correr e dada a situação política de alguns Estados, a Câmara dos Deputados será, na próxima legislatura, muito modificada.

Cousas da Política⁴¹

Em rodas políticas ligava-se hontem grande importância à recepção que teve em Santos o Sr. Campos Salles, ao passar por aquela importante cidade com destino a Guarujá. (...)

Cousas da Política⁴²

Um punhado de boatos

Há dous dias fervem os boatos.

Há de todos os tamanhos, de toda natureza, para todos paladares.

Aqui, alli, acolá, colhemos um punhado e offerecemo-o à curiosidade doentia e à avidez incansável dos leitores.

Cousas da Política⁴³

Murmura-se por ahi que é bem provável que o Sr. Galeão Carvalhal vá para o Senado estadual paulista. O político santista, que dizem andar de nariz inchado com muita gente elevada, não morre de amores pela cadeira que ocupa na Camara.

Conforme explícito em *Cousas da Política*, as notícias equivaliam a boatos coletados em rodas políticas, “*aqui, alli e acolá*”. Boatos, segundo o “humilde rabiscador” Rabagas, de “*todos os tamanhos, de toda natureza, para todos os paladares*”. As notícias eram também sinônimos de boatos que circulavam pelas instâncias oficiais, como os corredores da Câmara e o Palácio do Cattete, no Rio de Janeiro. Boatos espalhados com a finalidade de satisfazer a “*curiosidade doentia e avidez insaciável dos leitores*”. Tal como na França do século XVIII, o colunista político assemelha-se a mercenários e escritores zombeteiros, hábeis em narrar a política em forma de anedota, ridicularizar e caçoar dos políticos, velhas raposas enredadas nas próprias artimanhas. Observa-se que, de lá pra cá, pouca coisa mudou: as notícias ainda provém da “*conversa de políticos poucos cautelosos*”, que escrevem aos jornais a fim de espalhar “*murmúrios*”, “*maledicências*” e intrigas sobre os desafetos políticos. Para os políticos, a fofoca representa um dispositivo de competição política, em que está em jogo a capacidade mobilizar aliados e romper certas alianças, por meio da manipulação de informações.

⁴⁰ **Cousas da Política.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, Quinta-feira, 05 de Novembro de 1908.

⁴¹ **Cousas da Política.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, Quarta-feira, 25 de Junho de 1913.

⁴² **Cousas da Política.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, Quinta-Feira, 20 de Novembro de 1913.

⁴³ **Cousas da Política.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, Domingo, 22 de Dezembro de 1918.

Assim posto, a fofoca opera como um mecanismo de controle social, a partir do qual determinados indivíduos e grupos buscam sobressair-se entre si e distinguir-se em relação a outros segmentos da sociedade. Tal perspectiva está presente num estudo conduzido por Nobert Elias e John Scotson (2000), segundo os quais a fofoca decorre de uma ameaça à superioridade de poder. Realizado no final dos anos 50 e início dos anos 60, o estudo focalizou as relações de poder na comunidade de Winston Parva, próxima de Leicester, na Inglaterra. Elias e Scotson constataram que a comunidade de Winston Parva subdividia-se entre um grupo de moradores mais antigos (os estabelecidos) e um grupo mais novo de residentes (os outsiders). Embora não houvesse entre ambos diferença de nacionalidades, ascendência étnica, “cor” ou “raça”, tipo de ocupação, renda, nível educacional; os estabelecidos consideravam-se humanamente superiores aos outsiders por terem se instalado na região duas ou três gerações antes dos novos moradores. Como o termo sugere, os outsiders eram tratados como pessoas “de fora” pelos estabelecidos, que se recusavam a manter qualquer tipo de contato social com o outro grupo, exceto por exigências profissionais. Com o tempo, os outsiders passaram a aceitar com resignação a ideia de que pertenciam a um grupo menos respeitável e virtuoso.

Os estabelecidos sentiam-se compelidos a repelir os outsiders, pois enxergavam o outro grupo como uma ameaça ao status, à coesão, às virtudes e graças dos antigos moradores. Elias e Scotson afirmam que as relações entre os estabelecidos e os outsiders se cristalizavam através da fofoca. Por fofoca, os autores (Ibid., p.96) compreendem “*as informações mais ou menos depreciativas sobre terceiros, transmitidas por duas ou mais pessoas umas às outras*”. Elias e Scotson identificaram dois tipos de fofoca em Winston Parva: a fofoca elogiosa (*pride gossip*) e a fofoca depreciativa (*blame gossip*). Restrita ao próprio indivíduo ou aos grupos com que ele se identifica, a fofoca elogiosa era espalhada pelos estabelecidos para confirmar a superioridade do grupo. Já a fofoca depreciativa era direcionada aos outsiders a fim de afetar-lhes negativamente a reputação. Também entre os estabelecidos, a fofoca depreciativa desempenhava a função de excluir pessoas e “cortar relações”, quando se achava que algum morador transgredia as regras do “bom comportamento”.

Para Elias e Scotson, há uma estreita ligação entre a estrutura da fofoca e a comunidade cujos membros a difundem: os estabelecidos contavam com “sistema complexo de centros de intriga” para alimentar o fluxo contínuo de fofocas elogiosas – durante as idas à igreja, aos clubes, pubs, teatros etc. O alto nível de organização dos estabelecidos facilitava a transmissão de fofocas boca a boca numa velocidade considerável. Mesmo detalhes particulares da vida dos estabelecidos tornavam-se objetos de fofoca, já que a longa convivência aprofundava o interesse comum, facilitando a proliferação de notícias. No entanto, entre os outsiders, os

circuitos de fofoca eram menores e, muitas vezes, não tinham conexão entre si, em razão de haver menos afinidade entre as famílias do grupo, o que funcionava como uma barreira à circulação de intrigas.

Elias e Scotson revelam ainda outros aspectos relativos à fofoca. Os “fofoqueiros” costumam rivalizar pela atenção entre os seus semelhantes: quanto mais ultrajante, desfavorável e escandalosa for a fofoca, maior a audiência. E quanto mais um grupo sente-se seguro do próprio orgulho e da superioridade, menor tende ser a distorção entre a imagem e a realidade. A fofoca sempre tem dois pólos: o autor e o alvo da fofoca. Nos casos em que o autor e o alvo da fofoca pertencem a grupos diferentes, tomam-se como referenciais a situação, a estrutura dos dois grupos e a relação que eles cultivam entre si. De acordo com Elias e Scotson (Op. Cit. p.102), somente por meio desse quadro de referências mais amplo é possível saber “*por que a fofoca pode vir a ser recurso eficaz para ferir e humilhar os membros do outro grupo e para assegurar a ascendência sobre eles*”. Contudo, a maior contribuição de Elias e Scotson foi perceber que a dinâmica das relações em Winston Parva apresenta-se como uma constante universal em qualquer figuração de estabelecidos-outsiders.

Ao darmos continuidade às reflexões sobre colunismo político, admitiremos que o autor e alvo da fofoca integrem grupos distintos, tal como proposto por Elias e Scotson. Conjecturaremos três hipóteses: 1) o autor e o alvo da fofoca são políticos da oposição e aliados ao governo; 2) o colunista político e os políticos são respectivamente o autor e os alvos das fofocas; 3) colunistas políticos concorrentes desempenham alternadamente as duas funções. Vejamos a primeira hipótese. São inúmeras as razões que levam os políticos da oposição e os políticos da base aliada do governo a fomentar a circulação de fofoca depreciativa: macular a imagem dos adversários, levantar suspeitas sobre a índole e conduta de um político, despertar o sentimento de desconfiança e rejeição nos eleitores, gerar instabilidade partidária, desviar a atenção de potenciais críticas, além de fortalecer o próprio grupo. Para os políticos da oposição, as fofocas depreciativas visam, sobretudo, a estimular o medo e a insegurança, no intuito de que as medidas de autoproteção levem os políticos da base governista a colocar em risco os mandatos bem como as lideranças políticas. Por sua vez, os políticos da base governista espalham boatos e fofocas a fim de evitar o fortalecimento da oposição e desacreditá-la, impedindo-a de assumir o poder. Difundidas por políticos de todas as estirpes, a fofoca elogiosa deriva de uma disputa por visibilidade e prestígio, já que o sucesso de um político sinaliza o fracasso de outro.

Nota-se que, nos casos listados acima, o colunista político exerce um papel secundário, ou seja, apenas reproduz boatos e fofocas propagados pelos políticos. Porém, existe também a

hipótese de o colunista político ser o autor das fofocas e boatos. Há tempos, os jornalistas são acusados de divulgar mexericos, de modo que, frequentemente, encontramos nos jornais informações sem comprovação, atribuídas a fontes não-identificadas, como “interlocutores”, “amigos”, “pessoas próximas”, “porta-vozes” etc. No Brasil, tal prática é endossada pelo inciso XIV⁴⁴, do artigo 5º da Constituição, que resguarda “*o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional*”. Em especial no jornalismo político, a combinação de dois elementos tem sido apontada como a principal justificativa para a proliferação de boatos e fofocas em formato de notícias: o isolamento das autoridades e, conseqüentemente, o acesso restrito às informações oficiais.

A reclusão das autoridades, cada vez mais blindadas por assessores de imprensa, tem levado muitos jornalistas/colunistas políticos a divulgarem boatos e fofocas como alternativa à escassez de informação não-oficial. Situação agravada com a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília, em 1960, haja vista que a cidade foi projetada para abrigar e proteger as autoridades, mantendo-as afastadas dos olhares curiosos. Devido ao isolamento geográfico; a rotina, a vida pessoal e as articulações políticas são sempre motivos de intensa especulação. Comparativamente, Brasília assemelha-se a uma sociedade de corte do século XIV, onde os aldeãos, afastados do convívio com os cortesãos, alcovitavam sobre os hábitos e costumes da alta nobreza.

De mais a mais, como explicita a antropóloga Sally Engle Merry (1984), as fofocas e os escândalos são mais propensos a ocorrer em sistemas mais limitados, em que há menos alternativa de vínculos sociais e, portanto, os riscos de deserção ou expulsão têm um peso mais significativo. A afirmação é resultado de um estudo comparativo, sobre os efeitos da fofoca e do escândalo, realizado numa pequena cidade de 2.000 habitantes encravada entre as montanhas espanholas e um conjunto habitacional chamado Dover Square, ocupado majoritariamente por imigrantes de aldeias chinesas, mas também por libaneses, sírios, irlandeses, italianos e latino-americanos oriundos de Porto Rico. Ao contrário da realidade na pequena cidade espanhola, em Dover Square a fofoca raramente ultrapassa as fronteiras sociais ou desperta uma reação coletiva devido à diversidade etnográfica, pois os moradores não compartilham dos mesmos valores e herança cultural. Destarte, Merry depreende que a fofoca e o escândalo têm maior impacto em comunidades cujas regras de comportamento são consensuais, podendo desencadear constrangimentos, ridicularização e vergonha pública; e em comunidades cujos membros são mais interdependentes por razões econômicas, profissionais, sociais e políticas.

⁴⁴ Inciso XIV, do Art. 5º, da Constituição Federal: é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

De acordo com Merry (Ibid., p. 278), a fofoca concentra-se em áreas de “tensão estrutural”, onde um conjunto de obrigações e expectativas suscita conflitos. Logo, grupos e indivíduos sob pressão são mais vulneráveis à fofoca. Para Merry, a fofoca tende a circular em torno de situações ambíguas, em que há versões contraditórias, fatos imprecisos e incertezas quanto à aplicação de regras morais.

Nesse sentido, Brasília consagra-se como um cenário próspero à eclosão de boatos e fofocas: restritos ao contato dos poucos grupos que atuam na capital, como empresários, magnatas e lobistas; políticos e jornalistas/colunistas emaranharam-se numa rede de interdependência, sem a qual é impossível manter contato com o público. Os políticos apelam aos meios de comunicação em busca de visibilidade e propaganda gratuita, enquanto os profissionais da imprensa se veem às voltas com os políticos à procura de denúncias, revelações, informações inéditas e exclusivas. Desse imbricado jogo de tensões, em que lado age a favor dos próprios interesses, emergem disputas e conflitos, reverberados através de fofocas. O clima de boataria e disse-me-disse intensificou-se em Brasília com a posse dos militares, quando os assuntos do Estado passaram a ser tratados como questão de segurança nacional. Na ocasião, um assessor ministerial chegou a comentar que *“Brasília é uma cidade com os nervos à flor da pele. Se o Golbery não aparece na rampa, pela manhã, dizem que ele está doente. Se o presidente vai para São Paulo, demitem o ministério”*⁴⁵. Com a ascensão de Geisel, um presidente pouco afeito ao contato com jornalistas, os burburinhos giravam em torno da escolha dos ministros, da nomeação para os cargos de confiança, da vigência dos atos institucionais e do relacionamento do Executivo com o Congresso. Segundo o titular do Informe JB, o momento era propício para “boatar”:

Nascente de boatos⁴⁶:

Boatar é velho hábito e, portanto, nada melhor para fazê-lo do que logo antes e logo depois da chegada de um novo Governo. Afinal de contas, numa época em que as informações são poucas e muito solicitadas, qualquer migalha é pão.

Por isso, até o dia 15 de março, dezenas de nascentes de notícias falsas – também conhecidas como mentiras e boatos – borbulhavam de glória.

Cada boateiro trabalhava seu candidato ao Ministério e não se preocupava com a vida alheia. Tudo era maravilha. O novo governo seria a panaceia dos males nacionais, a nova equipe seria de eficiência nunca vista e, sobretudo, o candidato de cada um era prova que se devia confiar.

⁴⁵ **Nervosa.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 10 de Agosto de 1979. Informe JB, Política e Governo, página 06. Disponível em: <http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19790810&printsec=frontpage&hl=pt-BR>

⁴⁶ **Nascente de boatos.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 25 de Abril de 1974. Informe JB, Política e Governo, página 06. Disponível em: <http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19740425&printsec=frontpage&hl=pt-BR>

A partir do momento em que o General Ernesto Geisel colocou a faixa presidencial e designou os 16 Ministros de seu palanque oficial, os boatos mudaram de sentido.

Cada desentendido, sem conseguir explicar porque não fora escolhido Ministro, superintendente ou secretário-geral, passou a prenunciar a desgraça, pois se com ele a Nação estaria salva, sem ele não seria compreensível que sobrevivesse.

Uma terceira hipótese é que os colunistas políticos alternem entre si na condição de alvo e autor da fofoca. Como dito anteriormente, o prestígio é um fator condicionante ao posto de colunista político. Na disputa por uma fonte importante, por uma informação exclusiva ou mesmo pela atenção dos leitores; alguns colunistas políticos vociferaram comentários ácidos uns contra os outros, sobretudo para abalar o prestígio de outros colunistas políticos e minar a concorrência. O teor dos boatos e das fofocas vai desde a afinidade de colunistas políticos com fontes envolvidas em escândalos até vantagens recebidas pelos colunistas políticos em troca de apoio a algum candidato ou autoridade. Há ainda aqueles colunistas políticos que recorrem aos boatos e fofocas para solapar a autoridade discursiva de colunistas políticos com os quais não compartilham da mesma ideologia. Entretanto, essa atitude mais agressiva dos colunistas políticos em relação aos concorrentes não era comum na década de 1970, por duas razões: primeiro, porque havia um número menor de colunistas políticos; depois, os militares reduziram os canais de acesso às informações, minando uma certa competitividade entre os colunistas políticos. Os colunistas políticos, ditos comensais, por exemplo, obtinham as mesmas informações do governo. Quando vem o período de redemocratização e disputa eleitoral fica mais acirrada, a multiplicidade de fontes aumenta e também a rivalidade entre os colunistas políticos.

Todavia, o costume de os jornalistas divergirem (e competirem) entre si dando margem a boatos e fofocas não é nenhuma novidade. O historiador Luis Francisco Munaro (2013) dedicou-se a investigar como a fofoca tornou-se um boato generalizado e ganhou espaço na estrutura de jornais editados por uma comunidade portuguesa, no início do século XIX. O objeto de investigação de Munaro é composto pelos jornais *Correio Braziliense* (1808-1822), de Hipólito da Costa; *O Espelho* (1814) e *O Português* (1814-1822), de Bernardo da Rocha Loureiro; *O Investigador* (1814-1819) e *O Campeão* (1819-1821), de José Liberato; e o periódico *O Padre Amaro*, inaugurado em 1820 pelo frade Joaquim de Freitas. Fugidos de Portugal durante a invasão de Napoleão Bonaparte, Hipólito da Costa, Bernardo da Rocha Loureiro e José Liberato exilaram-se em Londres, onde frequentavam a taverna *City of London*, clube que concentrava os portugueses autoproclamados liberais. Chegado em Londres, o frade

Joaquim de Freitas não aderiu ao clube da taverna *City of London*, um dos motivos que o levou a tornar-se vítima de mexericos. Joaquim de Freitas também foi insultado por ter se recusado a defender os ideais da Revolução Liberal do Porto. Joaquim Freitas usou o periódico *O Padre Amaro* para rebater aos comentários. Segundo Munaro (2014, p. 07), “*Freitas compara O Campeão com a cidade de Lisboa, onde tudo se começa e nada se termina, nunca deixando de ressaltar o caráter intriguista de José Liberato*”. Freitas acusou Hipólito de lucrar com o comércio de escravos, pois Hipólito tinha ações no Banco da Escócia. Conforme crescia o prestígio de Joaquim de Freitas como escritor, aumentava também as especulações sobre sua vida pessoal por parte dos emigrados portugueses. Hipólito publicou carta no *Correio Braziliense*, chamando Freitas de falsário, ladrão, fraudador e mulherengo (Ibid., p. 247) As ofensas perduraram um bom tempo, até que o próprio Freitas sentiu-se cansado de tantas intrigas.

Ainda hoje é comum os jornalistas/colunistas políticos utilizarem os veículos em que trabalham para blasfemar os colegas de profissão. Praxe do jornalismo, os colunistas políticos têm o costume de ler uns aos outros e depois publicarem comentários a respeito: contesta-se a origem das informações, o viés ideológico e a parcialidade do colunista político, a transparência e objetividade do texto, e também o envolvimento com as fontes. E, assim, instaura-se um murmúrio sem fim: o colunista político X falou isso, o colunista político Y falou aquilo... As divergências muitas vezes resultam em troca de ofensas e insultos entre os colunistas políticos. Para os leitores, a fofoca entre os colunistas políticos tem um ponto positivo: obtêm-se diferentes versões de um mesmo acontecimento e adquire-se conhecimento sobre o modo de produção das notícias.⁴⁷

⁴⁷ **Nota da autora:** Não encontramos nas edições do Informe JB exemplos de fofoca entre colunistas políticos. Talvez, porque, como ressaltamos, naquela época havia menos colunistas políticos por publicação, ao contrário do que acontece atualmente, em que a maioria dos jornais de grande circulação reúne em média quatro ou cinco colunistas políticos. É preciso considerar ainda que não incluímos em nossa dissertação estudos comparativos entre colunas políticas de jornais diferentes, o que certamente impactou nos resultados da pesquisa. Uma hipótese plausível é que a troca de insultos seja mais usual entre colunistas políticos de veículos de comunicação distintos. Ademais, as acusações entre os colunistas políticos, que dão origem a boatos e mexericos, têm estreita ligação com regimes democráticos, quando há uma certa pluralidade de vozes ecoando no debate político. Como afirmou o titular do Informe JB, quando as informações “são poucas e muito solicitadas, qualquer migalha é pão”. Logo, não há muito do que divergir. Outro aspecto relevante: sabemos que o Elio Gaspari foi um dos titulares do Informe JB durante o governo Geisel, embora desconhecamos por quanto tempo o jornalista escreveu a coluna. Gaspari, porém, não tem o hábito de falar mal de jornalistas/colunistas, como faz com as fontes, mesmo quando é criticado. Os colunistas da revista *Veja* Reinaldo Azevedo e Rodrigo Constantino, eventualmente, condenam os textos de Gaspari. “Todo mundo sabe que Elio Gaspari e eu rezamos em igrejas diferentes”, “Elio Gaspari não se cansa de transformar seus preconceitos em verdades universais”, “Elio Gaspari decidiu escrever sobre uma fantasia. Pois eu lhe ofereço a realidade.”, são algumas das polêmicas frases que Reinaldo Azevedo publicou sobre o Elio Gaspari, no portal da *Veja*. Rodrigo Constantino não fica muito atrás. Em 18 de Junho de 2014 escreveu: “Demofobia é mais um mito petista. Ou: A bola fora de Elio Gaspari”. Em suma, apesar de não termos identificado casos de fofoca entre o titular do Informe JB e outros colunistas políticos, achamos oportuno mencionar o assunto

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação foi desenvolvida com o objetivo de responder a seguinte indagação: de que forma um conjunto de relações estabelecidas num contexto autoritário, leia-se o governo Geisel, foi determinante para definir o papel desempenhado pelo colunista político e, por conseguinte, influenciou a gênese das notícias. Tal questionamento é fruto da constatação de que o modelo de jornalismo referenciado (e reverenciado) no Brasil, o norte-americano, é insatisfatório para descrever certas práticas concernentes à atividade jornalística. Reiteramos, assim, o mesmo argumento apresentado pelo pesquisador Nerone, segundo o qual as organizações noticiosas não são autônomas em relação ao Estado, tampouco os jornalistas se consagram como profissionais independentes e representantes do público.

Uma vez que esse paradigma (modelo de jornalismo norte-americano) foi colocado à prova, procuramos ao longo da dissertação buscar outros referenciais que nos ajudassem a compreender o modo de produção das colunas políticas e, por efeito, traçar um novo perfil do colunista político brasileiro. A partir da análise do modelo de jornalismo desenvolvido no Japão (o clube de imprensa japonesa: *kisha*) e da atuação da imprensa em países em fase de transição política – Filipinas, Coreia do Sul, Indonésia – procuramos identificar aspectos correlacionáveis à lógica de funcionamento da imprensa no Brasil.

É importante frisar que, em momento algum tivemos a pretensão de desconstruir o modelo de jornalismo norte-americano, negar sua influência ou substituí-lo por qualquer outro paradigma. O foco desta dissertação foi outro: desmitificar certas falácias acerca do jornalismo realizado no Brasil, a exemplo da objetividade e imparcialidade, ao sugerir que tanto a função do colunista político quanto a produção de notícias estão sujeitas às relações estabelecidas pela imprensa junto a outras instituições (políticas e econômicas), num contexto específico. Desse modo, conjecturamos como argumento central da nossa pesquisa que o jornalismo presente nas colunas políticas é um construto social e que a conduta dos agentes (colunista político e suas fontes) varia de acordo com o contexto no qual estão inseridos.

Para fins didáticos, refletiremos primeiramente sobre o papel do colunista político e, depois, a respeito do que vem a ser uma “notícia” publicada numa coluna política. Erroneamente, o colunista político é definido como um especialista em assuntos políticos ou mesmo um analista imparcial da cena política, o que por si só já seria um contrassenso, afinal

na dissertação, pois é fato concreto nos tempos atuais. É certo que os colunistas políticos em pleno século XXI não fofocam apenas a respeito de políticos e autoridades, mas sobre eles mesmos.

não é possível fazer uma análise sem emitir opinião. A imagem do colunista político como um profissional em constante rivalidade com o governo também não é de toda verdadeira. Nesse ponto, o capítulo 1 denota o quão ambivalentes (e contraditórias) são as relações entre a imprensa e outras esferas do poder. Quer dizer, o colunista político que hoje publica uma crítica sobre determinado político ou empresário, amanhã pode abafar um escândalo envolvendo esses mesmos personagens em troca de algum benefício.

É justamente devido a esse comportamento indefinido e imprevisível, diríamos quase circunstancial, que somos impedidos de conceituar quem é o colunista político. Julgamos mais relevante oferecer ao leitor novas perspectivas que contribuam para enriquecer a percepção desse profissional cada vez mais valorizado pela imprensa brasileira. Com este fim, no capítulo 2, expusemos três perfis do colunista político: comensal, agente político e agente de estabilidade. Depois de relatarmos a amizade do jornalista Elio Gaspari com o general Golbery do Couto e Silva, um dos responsáveis pelo jornalista assumir a titularidade da coluna Informe JB, bem como as contínuas visitas de colunistas políticos e jornalistas ao gabinete presidencial, a pedido dos próprios militares; afirmamos que o colunista político é um comensal. Por comensal subentende-se todo e qualquer colunista político (e também jornalista) disposto a se submeter às regras de convivência e acessibilidade daqueles que estão em posse da informação a fim de obter material exclusivo. Ser um comensal significa colocar-se em posição de desvantagem, uma vez que os acontecimentos devem obrigatoriamente ser reportados sob a ótica das fontes, do contrário o acesso às informações é negado.

Na condição de agente político, o colunista político procura valer-se da notoriedade pessoal para defender e legitimar determinadas causas, além de intervir diretamente no debate público, apontando falhas e soluções para conflitos de natureza política. É enquanto agente político que o colunista político melhor desempenha a função de analista ou especialista, muito embora, por vezes, insista em apresentar o próprio ponto de vista como se fosse uma informação isenta de julgamentos. O colunista político é equiparado ainda a um agente político quando atua como um lobista, isto é, alguém que foi “contratado” para convencer os leitores a respeito da veracidade do discurso de um indivíduo, grupo ou instituição. Foi o que fez o titular do Informe JB ao legitimar o discurso dos militares de que o país não estava submerso numa crise econômica, pois do contrário havia o risco de o regime desestabilizar-se, comprometendo a transição política. Ao passo que o protagonismo do colunista político como um agente político remete ao papel do colunista político como um agente de estabilidade, incumbido de: contribuir com a preservação da ordem social, atenuar dissidências e gerar conformidade.

Indiretamente, comparamos o colunista político a um profissional de Relações Públicas. Para chegarmos a essa conclusão, levamos ao máximo nosso objetivo de avaliarmos a conduta do colunista político, inserido num contexto autoritário. Tal como discorreremos no capítulo 3, os militares desenvolveram o setor do Relações Públicas no Brasil no intuito de estruturar um esquema de comunicação a partir do qual a propaganda governamental escoasse para a imprensa. Particularmente, as colunas políticas atendiam a esse propósito, na medida em que a necessidade publicar diariamente informações oficiais e de bastidores estimulou a dependência do colunista político em relação às fontes do governo. O tema em si tem sido alvo de críticas de inúmeros pesquisadores, segundo os quais o jornalismo converteu-se numa “máquina de reproduzir” conteúdo oriundo das agências de notícias e assessorias de imprensa. O que tem impossibilitado, cada vez mais, distinguir o jornalismo da propaganda.

Grosso modo, podemos afirmar também que o colunista político não é diferente de um jornalista em busca de ineditismo, informações exclusivas e furo de reportagem. Hierarquicamente, no entanto, o colunista político ocupa uma posição superior, além de gozar de um maior prestígio junto às fontes, aos leitores e editores. Motivo pelo qual, o colunista político recebe melhores salários e é tratado com maior cordialidade: sabe-se que as fontes estão mais dispostas a conceder entrevistas a um colunista político do que um repórter comum. O mesmo acontece na Tailândia, onde os repórteres são preteridos em relação aos colunistas políticos, um dos “proprietários” dos jornais, dispostos a vender ou alugar o espaço das colunas políticas em troca de favores e recompensas materiais. Há ainda outras percepções menos lisonjeiras sobre o ofício do colunista político. Fundador da coluna Secção, Wilson Figueiredo associa o trabalho do colunista político a de um espião, sempre à espreita das fontes, de um furo de reportagem. A hipótese de que o colunista político seja um agente disfarçado também transparece nas críticas de outros jornalistas e até de fontes em relação ao Elio Gaspari. Ao longo de toda trajetória no jornalismo, Elio Gaspari tem escondido sua verdadeira identidade a fim de acompanhar o fluxo do poder: ora apoia um grupo, ora apoia outro. E assim Elio Gaspari conseguiu transitar pelos principais veículos de comunicação do país.

E o que dizer do conteúdo publicado numa coluna política? De certo, a maneira de o colunista interagir com as fontes afeta nosso entendimento do que convenhamos chamar de “notícia”. Porém, conceituar notícia é tão igualmente complexo quando estabelecer uma definição para colunista político. Tradicionalmente, os manuais de redação adotados no Brasil consideram as notícias uma combinação de dois fatores: importância e interesse. Os critérios para verificar a importância de uma notícia são: ineditismo, improbabilidade, utilidade, empatia, conflito, proeminência da fonte e apelo aos leitores. É de longe uma definição bastante

simplista, uma vez que o conceito de notícias engloba outros aspectos. Conforme exposto na dissertação, acrescentaríamos de antemão que as notícias constituem-se de informações sigilosas e também de metáforas discursivas empregadas para camuflar determinados aspectos de uma informação. Nota-se: a noção de que as notícias são caracterizadas como informações sigilosas, camufladas e anônimas mais uma vez remete à ideia do colunista como um agente disfarçado. As notícias podem ser ainda compreendidas como propagandas (subliminares) veiculadas na imprensa por grupos políticos e econômicos, e elos de comunicação entre elites rivais e aliadas. Por fim, notícias pouco se distinguem de boatos e fofocas. O mais interesse foi constatar que o hábito de publicar fofocas e boatos em colunas políticas foi preservado apesar de todas as reformas pelas quais passou a imprensa nacional.

Certamente não esgotamos todo o tema. Sabemos também que há poucas pesquisas dedicadas ao fenômeno do Colunismo Político, no Brasil. Assim, deixamos algumas sugestões para projetos futuros, como: investigar a formação dos colunistas políticos, os vários tipos de linguagem utilizadas nas colunas políticas e a origem dos recursos que financiam a produção das colunas políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FONTES PRIMÁRIAS:

1.1 ARTIGOS DE JORNAIS E REVISTAS:

AMORIM, Paulo Henrique. **Os chapéus de Gaspari.** Disponível em: <http://apolitesca.blogspot.com.br/2013/02/o-elio-gaspari-revisitado-ou-se.html> Acesso em: 10 de Setembro de 2015.

AZEVEDO, Reinaldo. **Mais um desafio a Elio Gaspari. Ou: Em quem batem os corajosos e os covardes. Ou ainda: Quem é mesmo a elite reacionária?** Blog Reinaldo Azevedo, 31 de Outubro de 2012. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/mais-um-desafio-a-elio-gaspari-ou-em-quem-batem-os-corajosos-e-os-covardes-ou-ainda-quem-e-mesmo-a-elite-reacionaria/>

CERQUEIRA, Luarez. **Suharto: a morte e o silêncio.** Portal Carta Maior, 18 de fevereiro de 2008. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Opinio/Suharto-a-morte-e-o-silencio/21990> Acessado em: 25 de março de 2015.

FLETCHER, Kim. **A fine line between journalism and PR.** Monday, 31 July 2006. Disponível em: <http://www.theguardian.com/media/2006/jul/31/pressandpublishing.mondaymediasection> Acessado em: 07 de junho de 2015.

GASPARI, Elio. **O comissariado não toma jeito.** O Globo, 20 de Fevereiro de 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/opinio/o-comissariado-nao-toma-jeito-7618311> Acesso em: 10 de Setembro de 2015.

LOUREIRO, Ubirajara. **Ironia dribla a censura.** JB 119 anos. Jornal do Brasil, Segunda-feira, 26 de Abril de 2010. Página 02.

TAKAHARA, Kanako. **'Kisha' clubs in Japan. Press clubs: exclusive access to, pipelines for info.** The Japan Times, 30 de janeiro de 2007. Disponível em: http://www.japantimes.co.jp/news/2007/01/30/reference/press-clubs-exclusive-access-to-pipelines-for-info/#article_history

TARSO, Genro. **“O alto comissariado do Golbery não toma jeito”.** Carta Maior, 24 de Fevereiro de 2013. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/-O-alto-comissario-do-Golbery-nao-toma-jeito-%0D%0A/4/27446> Acesso em: 10 de Setembro de 2015.

Os anos de Chumbo. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 26 de Abril de 2010. Caderno Especial: JB 119 anos, p.05.

Gabinete militar tinha plano para fechar o JB. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 26 de Abril de 2010. Caderno Especial: JB 119 anos, p.07.

Voto de Confiança. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 18 de Julho de 1964, p. 06.

1.2 COLUNAS POLÍTICAS (JORNAL DO BRASIL):

FIGUEIREDO, Wilson. **Segunda Seção.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, Sexta-feira, 02 de Agosto de 1963. 1º Caderno, Página 08.

Cousas da Política. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 09 de Fevereiro de 1898, Primeira Página.

Cousas da Política. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, Sábado, 09 de Julho de 1898.

Cousas da Política. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, Quinta-Feira, 01 de Setembro de 1898.

Cousas da Política. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, Quarta-feira, 23 de Maio de 1900.

Cousas da Política. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, Domingo, 04 de Agosto de 1901.

Cousas da Política. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, Quinta-feira, 05 de Novembro de 1908.

Cousas da Política. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, Quarta-feira, 25 de Junho de 1913.

Cousas da Política. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, Quinta-Feira, 20 de Novembro de 1913.

Cousas da Política. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, Domingo, 22 de Dezembro de 1918.

1.3 COLUNA INFORME JB:

Administração do Medo. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 25 de Abril de 1976. Informe JB, Política e Governo, página 06.

Almoço típico. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 13 de Fevereiro de 1975. Informe JB, Política e Governo, página 06.

Contradefinição. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 26 de Abril de 1974. Informe JB, Política e Governo, página 06.

Desentendimento. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 07 de Abril de 1974. Informe JB, Política e Governo, página 06.

Direta e Indireta. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 08 de Maio de 1977. Informe JB, Política e Governo, página 06.

O Drama de Rondon. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 28 de Março de 1974. Informe JB, Política e Governo, página 06.

Economia (I), Economia (II). Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 18 de Outubro de 1976. Informe JB, Política e Governo, página 06.

Esperança. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 06 de Abril de 1974. Informe JB, Política e Governo, página 06.

Frase. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 06 de Abril de 1977. Informe JB, Política e Governo, página 06.

Lei de Parkinson. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 05 de Fevereiro de 1976. Informe JB, Política e Governo, página 06.

Novo Mercado. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 27 de Junho de 1976. Informe JB, Política e Governo, página 06.

Palavras perdidas. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 06 de Abril de 1976. Informe JB, Política e Governo, página 06.

Ponte Histórica. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 06 de Fevereiro de 1976. Informe JB, Política e Governo, página 06.

Presente do Planalto. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 28 de Janeiro de 1976. Informe JB, Política e Governo, página 06.

Propaganda Inútil. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 21 de Janeiro de 1977. Informe JB, Política e Governo, página 06.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 07 de Março de 1976. Informe JB, Política e Governo, página 06.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 24 de Agosto de 1976. Informe JB, Política e Governo, página 06.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 03 de Outubro de 1976. Informe JB, Política e Governo, página 06.

1.4 DEPOIMENTOS E ENTEVISTAS:

ANDRADE, Fernando. In: **Elio Gaspari**. [Documentário] Direção: Paula Sacchetta e Peu Robles. Edição e animação: Peu Robles. Produção: Paula Sacchetta. Produtora: João e Maria doc. Realização: Abraji. Documentário sobre a carreira de Elio Gaspari, exibido na cerimônia de homenagem ao jornalista durante o 9º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo, realizado pela Abraji de 24 a 26 de julho de 2014, em São Paulo.

CORRÊA, Marcos Sá. In: **Revista de História.com.br**. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/marcos-sa-correa>. Acesso em 10 de Setembro de 2015.

FREIRE, Américo Oscar; FERREIRA, Marieta de Moraes (Entrevistadores). **Villas-bôas Correia** (depoimento, 1997). Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 1998.

SIQUEIRA, Carla; BRISO, Caio Barreto (Entrevistadores). **Dácio Malta**. Centro de Cultura e Memória do Jornalismo. Entrevista realizada em 19 de Agosto de 2008, p.09.

1.5 LEGISLAÇÃO:

- Decreto-Lei Nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.
- Decreto de 10 de Maio de 1991
- Lei Nº 5.377, de 11 de Dezembro de 1967.
- Lei No 68.582, de 04 de Maio de 1971.
- Lei 6.036, de 1º de Maio de 1974.
- Lei Nº 6.118, de 09 de outubro de 1974.
- Lei Nº 6.650, de 23 de maio de 1979.

2. BIBLIOGRAFIA GERAL:

ABREU, Alzira Alves de. **A Mídia Brasileira na Transição Democrática**. XXVIII Encontro Anual da ANPOCS. ST 09 Democracia, Comunicação, Política e Eleições. 26 a 30 de outubro de 2004, Caxambu, MG.

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando e ROCHA, Dora. **Eles Mudaram a Imprensa**. Rio de Janeiro, FGV, 2003.

ALBUQUERQUE, Afonso de. **As Três Faces do Quarto Poder**. XVIII Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), na PUC-MG, Belo Horizonte, MG, em junho de 2009.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Caminhos Cruzados: Imprensa e Estado Autoritário no Brasil**. Tese de Doutorado, São Paulo: FFLCH, USP, 1994.

_____. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: EDUSC, 1999.

AU, Pak Hung; KAWAI, Keiichi. **Media Capture and Information Monopolization in Japan**. MPRA Paper No. 29686, posted 21. March 2011 14:00 UTC. Disponível em: <http://mpra.ub.uni-muenchen.de/29686/>

AZEVEDO, Layanna Cristina Lourenço de. **Colunismo Político e Transição Negociada: a Coluna do Castello e o pacto de elites no Brasil**. Dissertação de Mestrado em Comunicação. Universidade Federal Fluminense – UFF, Instituto de Arte e Comunicação Social, Niterói, 2013.

BAEQUE, Antonie de. Panfletos: Libelos e Mitologia Política. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Orgs.) **Revolução Impressa – A imprensa na França, 1775 – 1800**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

BARRETO, Humberto Esmeraldo. IN: SINGER, André; GOMES Mário Hélio; VILLANOVA, Carlos; Duarte, Jorge (Orgs) **No Planalto, com a Imprensa. Entrevistas de secretários da Imprensa e porta-vozes: de JK a Lula.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana. Brasília: Secretaria de Imprensa – SECOM, Presidência da República, 2010.

BAUER, Thomas A. **Marketing, Relações Públicas e Jornalismo – inimigos ou parceiros?** Líbero – São Paulo, v.16. n.32, p.29-38, jul./dez. de 2013.

BECKER, Gisele; SILVA, Carla Lemos da. O campo profissional de Relações Públicas e a entrada das Multinacionais no Brasil: uma análise através da perspectiva da Pesquisa Histórica (1956-1979). In: MOURA, Cláudia Peixoto de (Org.). **História das relações públicas: fragmentos da memória de uma área.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, pp 137 – 153.

BENNET, W. Lance. **News: the politics of illusion.** Longman: New York and London. 1988.

BLACK, Donald. **Toward a general theory of social control.** (Vol. 1 – Fundamentals). Orlando: Academic Press, 1984.

BRANCO, Carlos Castello. CASTRO, Pedro Jorge de (Org.). **Carlos Castello Branco: o jornalista do Brasil.** Entrevistas exclusivas a Carlos Chagas. Brasília: Editora Senac-DF, 2006. p.140

BRITO, Manoel Francisco do Nascimento. In: SMITH, Anne- Marie. **Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 51.

CAMMAERTS, Bart (2012). **The strategic use of metaphors by political and media elites: the 2007-11 Belgian constitutional crisis.** International journal of media & cultural politics, 8 (2/3). pp. 229-249.

CARDOSO, Fernando Henrique. Da caracterização dos Regimes Autoritários na América Latina. In: COLLIER, David (Org.). **O novo autoritarismo na América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.41-62.

CARLSON, Matt. **On the Condition of anonymity: Unnamed Sources and the Battle for Journalism.** University of Illinois Press, 2011b.

_____. Whither Anonymity? Journalism and Unnamed Sources in a Changing Media Environment. In: **Journalists, sources and credibility: new perspectives.** Edited by Bob Franklin and Matt Carlson. Published: Taylor & Francis e-Library, 2011a, p.50-59.

CARVALHO, Sérgio Nascimento de. **A Guerra nas Palavras: uma análise crítica da Metáfora Conceptual na Retórica do Presidente G. W. Bush JR e de seus Colaboradores.** Niterói: Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF), 2006, Tese de Doutorado.

_____. **Palavras em Guerra: as metáforas nos discursos de G. W. Bush e seus colaboradores sobre o 11 de setembro.** In: VEREZA, Solange (Org). Sob a Ótica da Metáfora: tempo, conhecimento e guerra. Niterói: Editora da UFF, 2012.

CASTRO, Pedro Jorge (Org). **Carlos Castello Branco: o jornalista do Brasil/Pedro Jorge de Castro – Entrevista por Carlos Chagas**. Brasília: Editora Senac – DF, 2006.

CHAGAS, Carlos. In: CASTRO, Pedro Jorge (Org). **Carlos Castello Branco: o jornalista do Brasil/Pedro Jorge de Castro – Entrevista por Carlos Chagas**. Brasília: Editora Senac – DF, 2006, p. 96.

CHARTERIS-BLACK, Jonathan. **Politicians and Rhetoric: The Persuasive Power of Metaphor**. Palgrave Macmillan, 2005.

_____. **Metaphors as Models of Political Leadership**. University of Durham, May 2008.

COLLIER, David (Org.). **O novo autoritarismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CONTI, Mario Sergio. **Notícias do Planalto: A imprensa e o poder nos anos Collor**. 2ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COOK, Timothy E. (1998) **Governing with the News: The News Media as a Political Institution**. Chicago, IL: University of Chicago Press.

COUTINHO, Iluska. Colunas jornalísticas de notas: representação na imprensa. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (Org). **Imprensa e Poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília (UnB), 2002.

COUTO, Ronaldo da Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura. Brasil: 1964-1985**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2010.

CURRY, Jane Leftwich. (1980) **The Media and the Intra-Elite Communication in Poland: Organization and Control of Media**. N-1514/1 Rand: Santa Monica, CA 9040.

DARNTON, Robert. **Rede de Intrigas – Fofocas, Folhetins – As notícias na França do século XVIII**. In: Luiz Gonzaga Motta (Org). **Imprensa e Poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília (UnB), 2002, p.227-260.

_____. **Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII**. Tradução José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. **Histórias, eventos e narrativa: incidentes e cultura do cotidiano**. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 21, nº 34: p.290-304, Julho 2005.

_____. **O diabo na água benta Ou a arte da calúnia e da difamação de Luís XIV a Napoleão**. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Modemoiselle Bonafon e a vida privada de Luís XV: circuitos de comunicação na França do século XVIII**. In: Igor Sacramento e Letícia Cantarela (Orgs) **História da Comunicação: experiência e perspectivas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2014

DAVIS, Aeron. **Whither mass media and power? Evidence for a critical elite theory alternative.** Media, Culture & Society SAGE Publications (London, Thousand Oaks and New Delhi), Vol. 25: 669–690, 2003.

_____. **The Mediation of Power – A critical introduction.** Routledge: London and New York, 2007.

_____. Public relations in the news. In: FRANKLIN, Bob. **Pulling Newspapers Apart – Analysing Print Journalism.** London and New York: Routledge, 2008.

_____. **Journalist–Source Relations, Mediated Reflexivity and the Politics of Politics.** Journalism Studies, 10:2, 204-219, 2009.

DINES, Alberto. In: ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando e ROCHA, Dora. **Eles Mudaram a Imprensa.** Rio de Janeiro, FGV, 2003, p.108-109.

DUARTE, Celina Rabello. **Imprensa e redemocratização no Brasil.** Dados: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 1983, 6 (2), pp. 181-195.

_____. **Imprensa e Redemocratização no Brasil: Um Estudo de duas Conjunturas, 1945 e 1974-1978.** Dissertação de mestrado, Programa de Estudos de Pós-Graduação em Ciências Sociais. PUC, SP: 1987.

DUFFY, Matt J. **Anonymous Sources: A Historical Review of the Norms Surrounding Their Use.** UAMJ #905363, VOL 31, ISS 2. April 16, 2014.

DUFFY, Matt J.; WILLIAMS, Ann E. **Use of Unnamed Sources Drops From Peak in 1960s and 1970s.** Newspaper Research Journal • Vol. 32. No. 4 • Fall 2011.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

EMERICH, Davi. **O beijo do Mangabeira – o jornalismo político das colunas de notas.** Brasília: Faculdade de Comunicação/ UNB, 1997. Dissertação de Mestrado.

_____. **O beijo do Mangabeira – o jornalismo político das colunas de notas.** In: Luiz Gonzaga Motta (Org). Imprensa e Poder. Brasília: Editora Universidade de Brasília (UnB), 2002, p. 260-273.

FERREIRA, Marieta de Moraes; MONTALVÃO, Sérgio. **Jornal do Brasil.** Disponível na internet via CPDOC-FGV: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> Acessado em 06/09/2013.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MONTEIRO, Sergio Marley Modesto. **Instituições e política econômica: o II PND.** Encontro Nacional de Economia Política João Pessoa: SEP, 2008.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada, Vol. I.** Coleção As Ilusões Armadas, São Paulo: Cia da Letras, 2002.

_____. **A Ditadura Escancarada, Vol. II.** Coleção As Ilusões Armadas, São Paulo: Cia da Letras, 2002.

_____. **A Ditadura Derrotada – O Sacerdote e o Feiticeiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **A Ditadura Encurralada, Vol. IV.** Coleção O Sacerdote e o Feiticeiro, São Paulo: Cia da Letras, 2004.

HALVERSON, Christine M. **Lifting the Dark Threat: The Impact of Metaphor in the War Against Terror.** UW-L Journal of Undergraduate Research VI (2003).

HELLSTEN, Iina; RENVALL, Mika (1997). **Inside or outside of politics? Metaphor and paradox in journalism.** Nordicom Review, 41-48.

HIRSCHMAN, Albert O. A Mudança para o Autoritarismo na América Latina e a Busca de suas Determinantes Econômicas. In: **O novo autoritarismo na América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.65-100.

JOHNSON, A. Ross. (1980) **The Media and Intra-Elite Communication in Poland: The Role of Military Journals.** N 1514/3 Rand: Santa Monica, CA 90406.

KÖCHER, Renate. **Bloodhounds or Missionaries: Role Definitions of German and British Journalists** *European Journal of Communication.* March 1986 1: 43-64.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda: Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988.** 1ª Edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

LAKOFF, George. **Metaphor and War: The Metaphor System Used to Justify War in the Gulf.** http://lists.village.virginia.edu/sixties/HTML_docs/Textsl. 1991. Lakoff, George and Johnson, Mark. *Metaphors We Live By.* Chicago: University of Chicago Press. 1994.

LEWIS, Justin; WILLIAMNS, Andrew; FRANKLIN, Bob Franklin (2008): **A Compromised Fourth Estate? UK news journalism, public relations and news sources.** *Journalism Studies,* 9:1, 1-20.

MACARINI, José Pedro. **Governo Geisel: Transição Político Econômica? Um Ensaio de Revisão.** *Rev. Econ. Contemp.,* Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 30-61, Janeiro-Abril/2011.

MCCARGO, Duncan. **Politics and the Press in Thailand: Media Machinations.** Routledge: London, 2000.

_____. **Media and Politics in Pacific Asia.** Routledge: London, 2003.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio.** Brasília, Ed. UnB, 1982.

_____. **O Príncipe**. São Paulo: L&PM Editores: Porto Alegre, 2011.

Mídia e política 2014: hábitos de informação e monitoramento político; 6. – Brasília: FSB Comunicações, 2014.

Mídia e política 2015: hábitos de informação e monitoramento político; 6. – Brasília: FSB Comunicação, 2015.

MATOS, Heloiza. Governo Médici: discurso oculto na comunicação institucional – o caso AERP. In: MOURA, Cláudia Peixoto de (Org.). **História das relações públicas: fragmentos da memória de uma área**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, pp. 170-193.

MIO, Jeffrey Scott (1997). **Metaphor and Politics**. *Metaphor and Symbol*, 12:2, pp. 113-33.

MOLONEY, Kevin. **Rethinking Public Relations – The spin and the substance**. London And New York: Routledge, 2000.

MOORE Jr. Barrington. **As Origens Sociais da Democracia e da Ditadura**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MOTTA, Luiz Gonzaga (Org). **Imprensa e Poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília (UnB), 2002.

MOURA, Cláudia Peixoto de (Org.). **História das relações públicas: fragmentos da memória de uma área**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

MUNARO, Luis Francisco. **O jornalismo luso-brasileiro em Londres (1808-1822)**. Niterói: UFF, 2013. Tese de Doutorado.

_____. **Fofocas, Boatos e Rumores: Os Portugueses em Londres (1808-1822)**. *Revista Mosaico*, Edição nº 7, ano IV. Publicado em: 08 de Janeiro de 2014. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/mosaico>

NERONE, John C. (2013) **The historical roots of the normative model of journalism**. Originally published online: 24 October 2012. DOI: 10.1177/1464884912464177.

O' DONNELL, Guillermo. **Análise do Autoritarismo Burocrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

RAMOS, M. C. O. **Intrigas da Corte - O jornalismo político das colunas sociais**. In: Luiz Gonzaga Motta (Org.). **Imprensa e Poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília (UnB) UnB, 2002, p. 247-260.

REICH, Zvi. (2008) **The anatomy of leaks. Tracing the path of unauthorized disclosure in the Israeli press**. Los Angeles, London, New Delhi and Singapore. Vol. 9(5): 555–581

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: Epapers, 2007.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs) **A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX.** Vol. 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do Jornalismo no Brasil.** Florianópolis: Insular, 2007.

ROMANO, Angela; BROMLET, Michael. **Journalism and Democracy in Asia.** Published in the Taylor & Francis e-Library, 2005, p.123-134.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimos a Notícia. Uma história social dos jornais nos Estados Unidos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SIEBERT, Fred S.; PETERSON, Theodore; SCHRAMM, Wilbur. **Four Theories of the Press. The Authoritarian, Libertarian, Social Responsibility and Soviet Communist Concepts of What The Press Should Be and Do.** University of Illinois Press, 1963.

SINGER, André; GOMES Mário Hélio; VILLANOVA, Carlos; Duarte, Jorge (Orgs) **No Planalto, com a Imprensa. Entrevistas de secretários da Imprensa e porta-vozes: de JK a Lula.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana. Brasília: Secretaria de Imprensa – SECOM, Presidência da República, 2010.

SMITH, Anne- Marie. **Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SOUZA, Rogério Martins de. **Colunas sociais e ditadura militar: entre o mundo fictício da alta sociedade e os bastidores da política e economia.** 5º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Universidade Federal de Sergipe, Novembro de 2007. Disponível em: http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/ind_rogerio_martins_de_souza.pdf Acesso: 27 de Setembro de 2013.

_____. **Dos canapés à política: a reinvenção permanente do colunismo como gênero jornalístico.** Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2009. Tese de Doutorado.

STRÖMBÄCK, Jesper; NORD, Lars W. (2006) **Do Politicians Lead the Tango? A Study of the Relationship between Swedish Journalists and their Political Sources in the Context of Election Campaigns.** European Journal of Communication. (London, Thousand Oaks, CA and New Delhi) Vol 21(2): 147–164.

TAKETOSHI, Yamamoto. **The Press Clubs of Japan.** Journal of Japanese Studies, Vol. 15, No. 2 (Summer, 1989), pp. 371-388.

THOMPSON, John B. **O escândalo político. Poder e visibilidade na era da mídia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

WAISBORD, Silvio. **Watchdog Journalism in South America. News, Accountability, and Democracy.** Columbia University Press, New York, 2000.

ANEXOS

Transcrição Integral das Notas do Informe JB citadas na dissertação, em ordem cronológica:

O Drama de Rondon

Envolta em sua felpuda cauda, comentou uma velha raposa, sábia e grisalha: O Rondon Pacheco deve estar muito preocupado. Se ele se movimenta para garantir o seu ano de mandato, vêm os inimigos e lhe tomam o poder de contribuir na sucessão. Se tenta influir na sucessão, devoram-lhe o mandato. Tomara que ele não esteja pensando que pode entrar nas duas brigas.

(Informe JB, 28/03/1974)

Esperança

Ontem à tarde, o Secretário de Imprensa da Presidência da República, Sr. Humberto Barreto, fechou sala cultivando uma ambiciosa esperança. Se tudo der certo, pela primeira vez, desde a posse, terá um final de semana em casa.

A próxima etapa de seu trabalho será a instalação, no terceiro andar, onde está o gabinete presidencial, de uma sala para os jornalistas.

(Informe JB, 06/04/1974)

Desentendimento

Esgueirando-se pelos palácios gaúchos, e rondando os confessionários do Senador Petrônio Portela, uma raposa jovem do ex-PSD, arenista incorrigível, enervada, blasfemava: Basta respirar para compreender que o Senador Tarso Dutra não pode governar este Estado, mas, agora, com suas restrições ao Fetter, o Triches está acrescentando um novo ministério. Ele brigou com o vice, mas fez questão de se reconciliar em público. Portanto, se agora não o quer, isso indicaria que o Senador Tarso, como Tiradentes, foi amaldiçoado até, pelo menos, a segunda geração.

(Informe JB, 07/04/1974)

Contra-definição

De uma raposa de Brasília, especialista em distorções de frases alheias: político governista é o cidadão que justifica no futuro erros cometidos no presente quanto ao passado.

(Informe JB, 26/04/1974)

Questão de fé:

É de elementar técnica jornalística que, certas notícias, obtidas em fontes credenciadas e, sobretudo: oficiais, às vezes tenham de ser divulgadas sem que se diga o nome do informante. Trata-se de questão de fé. O jornalista acredita em que ouve ou na importância do cargo que ocupa e, arriscando-se, omite sua identidade.

Há poucos dias, uma fonte rigorosamente credenciada de segundo escalão de um Ministério informou que o Brasil poderia exportar 3 milhões de toneladas de soja, ainda este ano, para países do bloco socialista.

Poucas poderiam ser as pessoas mais autorizadas a divulgar tal fato. E era de tal forma inverossímil a informação, que pode ser noticiada com o compromisso de não citar o nome da fonte.

Agora, verifica-se que se tratava, pura e simplesmente, de uma mentira. O porta-voz oficial do Itamarati desmente formalmente que se vá vender soja ao bloco socialista.

Infelizmente, sem que se possa saber onde começou a má fé, deve-se registrar que a notícia, sendo divulgada, atendeu a um grupo de produtores interessados em elevar artificialmente o preço da soja através de hábil jogada.

Pensar que um jornal, ao revelar a informação, está conluiado, é rematada tolice. Afinal de contas, se uma fonte credenciada diz que o Brasil vai vender petróleo ou ogivas nucleares, é fácil descobrir a falsidade. Mas se uma autoridade competente fala em venda de soja, cabe ao órgão de divulgação acreditar.

As jogadas de preços, bem como muitas outras, vivem e morrem muito mais nos corredores competentes do que em jornais ou revistas. A diferença está no fato cristalino de que é confortável atribuir à imprensa a responsabilidade pelos fatos que não são agradáveis.

(Informe JB, 27/04/1974)

Almoço típico

Cardápio do almoço no qual o Presidente Geisel vai encontrar-se com a turma de infância, em Bento Gonçalves:

Polenta, risoto, pomba recheada, radici, salame, queijo e vinho.

(Informe JB, 13/02/1975)

Jarbas Passarinho (Arena), Arnaldo Prieto (Arena), Marcos Freire (MDB), Fernando Lira (MDB), Francisco Amaral (MDB) e José Roberto Faria Lima (Arena), eis os atletas que deverão formar o escrete de voleibol do Congresso para a revanche desta noite, em Brasília, contra o time da imprensa. Na primeira, perderam feio.

(Informe JB, 15/05/1975)

Bradlee no Brasil

Chega a Brasília, na segunda-feira, o jornalista Bem Bradlee, editor do The Washington Post e patrono profissional do caso Watergate.

Como é muito frequente supor que jornalistas são pessoas que passam a vida trancadas em redações ou correndo atrás de autoridades, convém informar que Bradlee, além de ser civilizadíssimo aristocrata, já foi adido da Embaixada americana em Paris.

(Informe JB, 31/05/1975)

Presente do Planalto

O presidente Ernesto Geisel está presenteando alguns de seus visitantes com um exemplar de a Lei de Parkinson.

Esta lei talvez seja uma das mais fielmente cumpridas pela burocracia pública e privada do país – talvez porque não é lei oficial, mas natural.

Segundo ela, a burocracia tem a capacidade de se expandir exclusivamente pela necessidade de ocupar o espaço vazio, mesmo que nisso não haja a menor utilidade.

Graças à Lei de Parkinson, pode-se até extinguir um Ministério, mas não se consegue ter uma sala de repartição pública vazia.

(Informe JB, 28/01/1976)

Lei de Parkinson

De um exemplar da nova edição da Lei de Parkinson, uma espécie de código de doenças da burocracia, que está circulando em Brasília, por iniciativa do presidente da República:

- 1) Um chefe de seção está sempre disposto a denunciar o número de seus subordinados, desde que não sejam seus rivais.
- 2) Os chefes de seção inventam trabalhos uns para os outros.

(Informe JB, 05/02/1976)

Ponte Histórica

Inaugura-se hoje em Brasília a Ponte Costa e Silva, que liga duas margens do Lago da cidade.

(Informe JB, 06/02/1976)

O Presidente Geisel confirmou sua presença dia 26 em Manaus para inaugurar o aeroporto supersônico Eduardo Gomes. Apesar de inaugurado, o aeroporto só entrará em operação comercial a partir das cinco horas do dia 31 de março, em homenagem ao 12º aniversário da Revolução.

(Informe JB, 07/03/1976)

Palavras perdidas

Na tarde de sexta-feira, ao deixar o velho edifício do Ministério dos Transportes, na Praça 15, o Ministro da Justiça, Armando Falcão, esgrimiou um curto diálogo com um grupo de jornalistas. Perguntaram-lhe das novidades, disse que não havia nenhuma, das cassações, respondeu que a respeito desse tema nada tinha a dizer.

- E a Assembleia Gaúcha, Ministro?

- Nada tenho a declarar.

- Algum fato novo?

- Ignoro.

- Algum processo a ser entregue?

- Ignoro.

Sem dúvida, o Ministro conseguiu ser lacônico.

Resta, porém, uma indagação de caráter histórico. É justo que o governo, por meio de seu coordenador político e titular da Pasta da Justiça, se apresente laconicamente ao país 24 horas depois de ter sido cassado mais um parlamentar?

Evidentemente, não se trata de pedir ao Ministro que se apresente para um grande debate nacional em torno do tema. No entanto, como as recentes notas oficiais que acompanham os funerais dos cassados são mais explícitas que as de alguns anos atrás, seria de supor que portavoz autorizado do Governo não necessitasse de tanto laconismo.

O Sr. Armando Falcão é suficientemente hábil e está suficientemente bem informado para poder dar alguns passos à frente.

Não para esclarecer o que está acontecendo ou o que poderá acontecer. Talvez, por generosidade, para que desta geração fique um registro histórico menos lacônico. A menos que todos estejam condenados a fazer mímica.

(Informe JB, 06/04/1976)

Administração do medo

Às redações de jornais chegam, com frequência crescente, denúncias de violência praticadas pela polícia. Isso é útil lembrar, pois existe no Brasil o costume de se atribuir à imprensa o dom de, gerindo noticiários, criar as imagens, as impressões que compõem a opinião pública. Trata-se, portanto, neste caso, de um fato que vem aos jornais por iniciativa da própria população. Ou seja, que a sociedade brasileira começa a encarar a polícia como um novo perigo, e não uma garantia de segurança.

Recentemente, uma pesquisa de opinião revelou que os habitantes das principais cidades brasileiras arrolavam, entre seus temores cotidianos, o medo de vir e cair nas mãos da polícia. Os riscos seriam semelhantes de cair nas mãos de assaltantes.

Para tanto, de certo contribui a suspeita de que estão abertas as fronteiras entre o banditismo e a repressão policial. Sem falar em que policiais e bandidos habitualmente se vestem pelo menos figurino. A isso, somam-se os exemplos comuns de violações aos direitos humanos, o uso de torturas nas delegacias, os casos de presos transportados em malas de automóveis e até histórias de pessoas que, recolhidas para simples triagens, têm as mãos amarradas por fios elétricos, como se a falta de algemas no equipamento da polícia já fosse um crime que tivessem de expiar.

Há pouco, ofereceu-se pela televisão o espetáculo de um assaltante de banco que, capturado, exibia o rosto deformado por equimoses. Ele informou que havia sofrido uma queda de escada, o que foi, para quem o ouviu, uma explicação tão pouco convincente como teria sido, para a polícia, se ele alegasse que fora ao banco sacar seus depósitos, e não uma arma.

Dias atrás, um jovem foi preso num incidente banal. Na delegacia, amarraram-lhe à cabeça um saco onde se moviam baratas vivas. Essa não é a maneira de se apurar coisa alguma. Serve apenas para depurar o sadismo das autoridades que o aplicam.

Os sinais são tantos que é estranho não surgirem nas Assembleias Legislativas CPIs para investigar o que vem ocorrendo no interior das delegacias. Seria uma boa forma de exercitar o selo pelos direitos humanos no dia-a-dia da população.

Assim como o Ministério da Justiça, que discute a anos a reforma da polícia, antes de promover o aumento de sua eficiência, devia cuidar de restabelecer a sua decência. Isso dispensa verbas e planos. Requer apenas atenção para esses fatos que, mesmo sem uma devassa, afloram diariamente na crônica policial.

(Informe JB, 25/04/1976)

Novo Mercado

Com a entrada do Brasil no fornecimento de minério de ferro para a Coreia, com quem foi assinado um contrato de 400 milhões de dólares, equivalente a 15% das necessidades de Seul, é provável que até o final do ano, além de alcançar mais parte daquele mercado, ocorram novas vendas dentro da própria região.

Até agora o Brasil só vendia minério na Ásia para o Japão.

(Informe JB, 27/06/1976)

Cerca de CR\$90 milhões, financiados pela Caixa Econômica Federal, serão gastos na construção de 30 centros sociais urbanos em Recife.

(Informe JB, 27/06/1976)

A Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, registrou, nesse primeiro semestre, um lucro de 187% e superando, assim, em seis meses o lucro obtido em 1975.

(Informe JB, 24/08/1976)

A Indústria de chocolate aumentou sua produção, ano passado, em 11%. Este ano deve ser maior, pois o consumo no mercado vem mantendo um aumento médio mensal de 1%.

(Informe JB, 24/08/1976)

O Presidente Geisel voltará a visitar São Paulo ainda este mês. Vai inaugurar a maior unidade de assistência técnica do INPS com capacidade de atender 100 mil pessoas por dia.

(Informe JB, 03/10/1976)

Descanse em Paz

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa do Paraná, estabelecida para apurar irregularidades nas relações entre o governo do Estado e a imprensa, terminou o seu trabalho. Concluiu que aquelas relações “são meramente comerciais e não interferem na linha editorial dos veículos”.

Teria sido melhor se a CPI tivesse redigido suas conclusões em sânscrito. Assim, só meia dúzia de pessoas teriam podido lê-las.

Como se sabe, o governo do Paraná há várias décadas adquiriu o hábito de pagar mesadas fixas aos jornais e emissoras. O sistema, quando se decidiu asfixiar o maior beneficiário da cornucópia, Sr. Paulo Pimentel, por indisciplinado da Arena, funcionava de maneira bastante clara.

O Palácio Iguazu estabelecia tarifas e enviava páginas e páginas de notícias oficiais laudatórias do governador e de seus assessores para os jornais. Estes, as publicavam sem qualquer caracterização publicitária.

Ou seja, o leitor passou anos pensando que lia o trabalho de um repórter acerca de uma viagem do Governador quando, na realidade, estava diante de um texto preparado pelo próprio Governo. Se o jornal lhe tivesse sido dado de graça, isso seria razoável. Mas, levando-se em conta que se paga pela notícia, é claro que há na transação flagrante engodo do distinto público.

Como a operação nada tinha de comercial, quando houve a denúncia, o Governador Jaime Canet anunciou que naquele momento havia determinado o corte de pagamento das verbas

Passam-se os meses, não acontece nada, o Sr. Paulo Pimentel, semi-estrangulado nas cordas de seda Pérsia que vestia, começa a fazer as pazes com a Arena e o Partido do governo oferece seu laudo final: tudo bem.

Todas as irregularidades encontradas na Mesa da Assembleia Legislativa de São Paulo e todos os vales do Sr. Denozio Afonso na Prefeitura de São João do Meriti não seriam suficientes para custear um só mês das gordas verbas distribuídas no Paraná.

Mas, como a Arena tem maioria, o caso vai para a gaveta.

(Informe JB, 15/10/1976)

Economia (I)

O Fundo Monetário Internacional informa que a dívida pública do Brasil, com quase 12 milhões de dólares, é a maior do mundo.

Em segundo lugar vem o México, com menos de 10 bilhões de dólares.

Os números mostram que a dívida a fornecedores de equipamentos é de 1,5 bilhões de dólares. No mundo em desenvolvimento só a Argélia deve mais em fornecimentos. Seu regime, porém, é socialista.

Ao lado do Brasil está a Coreia.

(Informe JB, 18/10/1976)

Economia (II)

As estatísticas internacionais demonstram que a Vale do Rio Doce e o sistema brasileiro de exportação de minério de ferro teve um grande ano em 1975 como resultado quase exclusivo de boa gerência.

Enquanto a produção de aço baixaria 13% por causa da recessão, os países exportadores de minério conseguiram aumentar as vendas em 24%.

A Austrália, a maior produtora do mundo, vendeu 15% a mais. O Brasil, em segundo lugar, conseguiu um aumento de 59%, passando de 571 para 909 milhões de dólares.

(Informe JB, 18/10/1986)

Almoça sexta-feira, no Clube dos Repórteres Políticos do Rio, o presidente nacional do MDB, Deputado Ulisses Guimarães.

(Informe JB, 25/10/1976)

Propaganda inútil

O governo acha que valendo-se de uma cópia do modelo publicitário usado há anos para exaltar um período de abundância pode agora tapar remendos de um período de austeridade.

Tomem-se dois exemplos: o filme do pessimista chato e a senhora que sai rindo do supermercado porque o aumento da gasolina não vai aumentar o custo de vida.

Se a publicidade fizesse haver o que não há, a Petrobrás já teria achado petróleo, o metrô já estaria pronto e nove entre 10 estrelas de cinema estariam no Rio para o próximo Carnaval.

Infelizmente, nem a publicidade nem as centenas de sucedâneos inventados pelo homem podem alterar a realidade. Quando se torna público algo verdadeiro, obtém-se resultados verdadeiros. Quando se usa a publicidade para obter algo falso ou apenas parcialmente verdadeiro, recebe-se de volta exatamente o que se deu. Em 1974, por exemplo, as eleições de 1974 demonstraram a validade desse raciocínio.

É provável que os pessimistas sejam chatos. Difícil, porém é definir o que é pessimismo.

Um otimista que gasta mais que o próprio salário pode confiar muito no país, mas vai acabar num cartório de protesto de títulos. Um pessimista que não acreditava, desde a criação da Petrobrás até o ano de 1975, na sua capacidade de resolver o problema energético do país, podia até ser chato, mas estava com razão.

Seria mais útil que se usassem o tempo e os recursos para ensinar alguma coisa a alguém.

(Informe JB, 21/01/1977)

Frase

De moderadíssima raposa pernambucana:

- Costeleta, sapato branco e Oposição, só é bonito nos outros.

(Informe JB, 06/04/1977)

Direta e indireta

Uma raposa precocemente sábia, por muito cair e escapar das armadilhas políticas, se viu cercada, em sua própria alcateia, de perguntas sobre a sua eventual indicação para uma das vagas ao Senado por eleições indiretas. Para tanto, diziam-lhe, tinha créditos em serviços prestados.

E ele, arreganhando os dentes:

- Vocês acham que eu não vivi para aprender pelo menos como funciona este protocolo de nomeações. Já viram, nestes tempos, alguém querer um cargo, sair anunciando isso, e pegá-lo?

(Informe JB, 08/05/1977)

Está na lei

De uma raposa com percepção mediúnica:

- O deputado Hebert Levy fará, amanhã, consulta ao presidente Geisel sobre a conveniência de sua campanha a favor da criação de um novo partido. Sem ir ao Palácio do Planalto, eu sei qual será a resposta. Ele ouvirá que a criação de quantos partidos os políticos desejarem está prevista na Constituição.

(Informe JB, 23/05/1977)

De duas uma

Diz assustada raposa da Arena:

- O MDB enlouqueceu tentando solidarizar-se com o Deputado Marcos Tito. Pelo que ele mesmo diz, de duas uma, ou é porta-voz do Partido Comunista e não quer confessar, ou é porta-voz de cartas anônimas, o que é muito pior.

(Informe JB, 30/05/1977)

